

UNESP, UNICAMP, PUC-SP (“SAN TIAGO DANTAS”)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM PAZ, DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL.

Thalia Lacerda de Azevedo.

**A ESCOLA GALESA DE ESTUDOS CRÍTICOS DE SEGURANÇA: SEGURANÇA
COMO EMANCIPAÇÃO.**

MESTRADO ACADÊMICO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais, área de concentração em Estudos da Paz, Defesa e Segurança Internacional pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp, Puc-SP (“San Tiago Dantas”), sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

SÃO PAULO
2009

Banca Examinadora:

Professor Doutor Reginaldo Mattar Nasser.

Professora Doutora Flávia de Campos Mello.

Professor Doutor Samuel Alves Soares.

The road not taken

Robert Frost

*“Two roads diverged in a yellow wood,
And sorry I could not travel both
And be one traveler, long I stood
And looked down one as far as I could
To where it bent in the undergrowth;*

*Then took the other, as just as fair,
And having perhaps the better claim,
Because it was grassy and wanted wear
Though as for that the passing there
Had worn them really about the same,
And both that morning equally lay
In leaves no step had trodden black.
Oh, I kept the first for another day!
Yet knowing how way leads onto way,
I doubted if I should ever come back.*

*I shall be telling this with a sigh
Somewhere ages and ages hence;
Two roads diverged in a wood, and I –
I took the one less traveled by,
And that has made all the difference.”*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao apoio sempre oferecido por meus pais. Ao meu pai que sempre fez o possível e o impossível pela educação de seus filhos, que acreditou em mim antes mesmo da minha existência, escrevendo meu nome em seus cadernos da faculdade. Que sempre me apoiou mesmo em momentos difíceis, como quando nosso lar deixou de restringir-se a uma casa, e que mesmo afastados pela separação não se fez um pai distante em momento algum. Obrigada por ter sempre permanecido tão próximo, mesmo estando tão distante fisicamente.

À minha mãe pelo exemplo de que mesmo em face das maiores dificuldades possíveis não se deve perder o bom-humor, por ter me chamado atenção pelo foco excessivo nos estudos, sempre tentando me mostrar os prazeres da vida, um deles, a leitura que desde cedo me incentivou. Por ter oferecido as condições ideais para que eu terminasse de escrever a dissertação em um momento em que não conseguia mais escrever.

Ao Programa San Tiago Dantas pela oportunidade de aperfeiçoamento do meu conhecimento junto a excelentes profissionais e alunos. A CAPES pelo apoio financeiro durante os dois anos de mestrado, sem o qual teria sido bem difícil desenvolver esta dissertação.

Ao meu orientador, Professor Reginaldo Mattar Nasser pela sugestão na escolha do tema, e pela confiança em mim depositada para entrar na discussão sobre os estudos críticos de segurança, bem como pelos conselhos sobre como estruturar melhor o trabalho.

Aos membros da banca Professor Samuel Alves Soares e Professora Flávia de Campos Mellos pelas críticas sugestões no exame de qualificação que muito influenciaram na forma final desta dissertação. Ao Professor Samuel, agradeço pelas críticas e orientações desde a graduação que em muito influenciaram nas minhas orientações e escolhas teóricas.

À Giovana Vieira pela preocupação e dedicação para que não perdêssemos os prazos.

A todos os meus colegas do San Tiago Dantas que durante dois anos de mestrado me agraciaram não somente com discussões e trocas acadêmicas, mas também com a amizade. Em especial gostaria de agradecer ao Bernardo Wahl de Araújo Jorge pelo o humor e a amizade que a cada dia me surpreenderam. À Giovanna Caldeira por uma amizade que trarei por toda a vida, te adoro! Agradeço também ao André Chaves for trying to show when the bell rings, ao David Magalhães, Janaína Storti, Juliana Bigatão, Márcio Scherma e Alberto 'Tosco' Montoya por terem se mostrado grandes amigos e críticos.

Ao Alessandro Shimabukuro agradeço por ter acompanhado todo o meu processo de elaboração e escrita da dissertação, sem perder a paciência nos momentos críticos, sempre pronto a oferecer sugestões e não me deixar desanimar.

Agradeço especialmente à Laura Morais Sales de Lima e Daniel Pineu, da Universidade de Aberystwyth, pelas críticas e sugestões, assim como pela amizade em um momento em que eu acreditava estar sozinha, e por me mostrarem que não há nada de errado em seguir um caminho diferente do convencional. Aos dois devo desculpas por não ter feito jus ao termo crítico na Escola Galea, como sempre me alertaram. Todos os erros são meus.

Ao Professor Ken Booth, pela resposta: “If it was..., he must have misunderstood something I said”.

Ao Wellington Schneider por ter feito os meus dias mais alegres durante o tempo em que morei em São Paulo.

À Laís Soler, Célia Ribeiro, Luiz Fernando Ale César, Nelson Saldanha, Juliana Leda, Flávia Macedo, Larissa Guimarães e Vanessa Rezende pelos longos anos de amizade e que mesmo distantes sempre me apoiaram em meus projetos.

Aos meus três amores: Caroline Lacerda, Douglas Sávio e Luiz Fernando Lacerda (Bronco, Rústico e Sistemático) sem os quais não poderia viver.

À Dona Cacilda, minha querida avó.

Ao meu querido Billy.

E por último, mas não menos importante, ao meu grande amigo Rodrigo de Andrade Iglesias, sem o qual a existência do segundo capítulo seria impossível, por ter se aventurado na Praia Vermelha, nos meandros da Escola Naval de Guerra, na qual teve que responder a um longo e extenso questionário sobre o porquê dele querer xerocar o livro “Strategy and Ethnocentrism”... Obrigado por ter encarado o questionário e ter-me trago a cópia de um livro que praticamente inexistente nas bibliotecas das Universidades aqui do Brasil.

A Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança: Segurança como Emancipação.

Resumo: Os Estudos Críticos de Segurança surgiram como contraponto ao arcabouço conceitual dos estudos tradicionais de segurança, com o intuito de propor uma nova ontologia e epistemologia da segurança e apontando para a necessidade de se redefinir o objeto da segurança, bem como fomentar uma maior reflexão acerca de como as ameaças e as respostas a essas são criadas. É por meio dessas discussões acerca de uma abordagem crítica da segurança que se destaca a Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança e seus principais autores, Ken Booth e Richard Wyn Jones. O projeto de estudos de segurança desses autores irá redefinir a segurança como equivalente à emancipação do indivíduo das amarras estruturais que os impedem de se afirmarem livremente dentro de suas comunidades, retomando para isso os conceitos de emancipação, tecnologia e iluminismo debatidos na Escola de Frankfurt. Booth e Wyn Jones além de proporem uma reconceptualização ao conceito de segurança irão retomar os estudos estratégicos mostrando como estes influenciaram na rigidez intelectual da disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança; Emancipação, Teoria Crítica; Etnocentrismo.

The Welsh Scholl of Critical Security Studies: Security as Emancipation.

ABSTRACT: The Critical Security Studies appeared as a counterpoint to the conceptual framework of traditional security studies, proposing a new ontology and epistemology of security and pointing to the necessity of redefine the security object, as well as to promote a bigger reflection about the construction not only of threats, but to the answers to it. It is through these discussions about a critical approach to security that stands out the Welsh School of Critical Studies of Security and its principal authors, Ken Booth and Richard Wyn Jones. The security studies project proposed by these authors will be going to re-define security as equivalent to the individual emancipation from structural constrains which prevent them from freely developing inside their communities, and due to this fact they retake the concepts of emancipation, technology and enlightenment which are central in the Frankfurt School debate. Furthermore, Booth and Wyn Jones will be going to discuss the central points in strategic studies, showing that these studies were influenced by the discipline's intellectual rigidity.

KEY-WORDS: Security, Emancipation, Critical Theory, Ethnocentrism.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
------------------------	-----------

Capítulo I - Estudos Críticos de Segurança.

1.1-O Contexto Internacional: A busca de novos paradigmas.....	18
1.2-Estudos Críticos de Segurança: A área de estudos.....	25
1.3-O objeto da Segurança.....	34
1.4-A construção das Ameaças.....	41
1.5-Alternativas para o dilema da segurança.....	46

Capítulo II - Segurança e Estratégia: O início da mudança.

2.1-Os Estudos Estratégicos.....	51
2.2-Estratégia e Etnocentrismo: Uma nova perspectiva.....	58
2.3-Etnocentrismo: O conceito.....	64
2.4-O Etnocentrismo na prática da estratégia.....	67
2.5-Etnocentrismo: Contribuições e problemas para o Pensamento estratégico.....	74

Capítulo III - Segurança como Emancipação.

3.1-A Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança.....	80
3.2-Segurança.....	92
3.3-Emancipação.....	97
3.4-Comunidade.....	103

Considerações Finais: As principais contribuições da Escola Galesa para a subárea de segurança internacional: Emancipação e Etnocentrismo.....	108
--	-----

Referências Bibliográficas.....	115
--	------------

INTRODUÇÃO

“We don't see things as they are, we see them as we are”.

Anís Nin

Os estudos críticos de segurança, ou *Critical Security Studies* é um termo que foi cunhado por Keith Krause e Michael Williams quando da edição e publicação do livro *Critical Security Studies: Concepts and Cases*, que foi resultado da Conferência *Strategies in Conflict: Critical Approaches to Security Studies* realizada na Universidade de York, no Canadá, em 1994. Esse livro foi a primeira iniciativa de se reunir os autores contemporâneos adeptos de uma reconceptualização do conceito de segurança, e por isso contou com a colaboração de acadêmicos provenientes das mais diversas correntes teóricas, como o construtivismo, a teoria crítica, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo.

O termo *crítico* da insígnia “estudos críticos de segurança” ganhou papel de destaque nas discussões do meio, e que foi esclarecido por Krause e Williams ao afirmarem que este aparece mais como uma orientação na forma de se pensar a disciplina, não fazendo jus à origem do termo “crítico” – que está ligado ao desenvolvimento da Teoria Crítica na Escola de Frankfurt – e por essa razão a sigla de *Critical Security Studies*, em inglês, é escrita em letras minúsculas *css* (KRAUSE, 1998). Com isso, os estudos críticos de segurança aparecem, nesse sentido, como um campo de estudos, como uma área aberta a discussões entre acadêmicos das mais variadas correntes teóricas que têm como principal ponto em comum a rejeição à epistemologia positivista e à ontologia material dos estudos tradicionais de segurança.¹

O conceito de segurança para esses autores é essencialmente derivativo, isto é, a segurança em si é vazia de significado, adquirindo sentido, somente, a partir do momento em que existe um objeto a ser assegurado, de maneira que as mais diferentes abordagens teóricas podem lhe imprimir um significado peculiar, em acórdância com seus marcos conceituais específicos (KRAUSE; WILLIAMS, 1997).

Os estudos críticos de segurança buscam romper com a maneira como a subárea de segurança internacional institucionalizou-se em um corpo de conhecimento rígido, que compreende a realidade como dada, não aceitando nenhuma modificação em seu objeto referente central. Para os teóricos críticos essa rejeição a qualquer tipo de mudança, deve-se à influência positivista no modo de produzir conhecimento, tanto no marco referencial neorealista, quanto no neoliberal. Os estudos tradicionais de segurança dão a esta matéria o

¹ Nesta dissertação utilizar-se-á o termo estudos críticos de segurança para se referir à área de estudos, e Estudos Críticos de Segurança como referência à Escola Galesa.

tratamento de uma ciência objetiva, exata, o que não encontra contrapartida na realidade das relações internacionais que se apresenta múltipla e dinâmica.

A Guerra Fria e a conseqüente polarização mundial entre as duas grandes superpotências, os Estados Unidos (EUA) e a Ex-URSS, são apontadas como as causas principais da estagnação atemporal dos estudos de segurança, uma vez que moldaram a disciplina dentro da lógica do dilema de segurança, no qual o sujeito e autor principal são os Estados e a condição estrutural do sistema é a anarquia, como apontam os neorealistas. Os realistas clássicos diriam que a natureza humana essencialmente má é a responsável pela insegurança constante das relações interestatais e grande culpada, também, pela o frágil equilíbrio de poder entre as nações, o que por meio de uma releitura de Hobbes mostra-se equivocado.

Porém, a realidade internacional que se apresenta diante de nós traz uma gama de atores, problemas, incertezas e cenários que antes eram inimagináveis e que agora desafiam muitos acadêmicos das relações internacionais a entenderem a configuração internacional. A globalização uniu e excluiu indivíduos, países, mercadorias e problemas, mas a solução para os problemas de guerra e as propostas para a paz continuam, ainda, sendo pensadas e resolvidas com instrumentos anacrônicos do passado.

As questões de soberania estatal e de interesses nacionais devem ficar em segundo plano nos estudos críticos de segurança que agora intentam colocar o indivíduo como objeto referente central a ser assegurado, pois até mesmo dentro da lógica estatal é para o indivíduo que o Estado é erigido, para protegê-lo não somente da ameaça externa, mas também de uma possível guerra entre indivíduos de uma mesma nação. A agenda de segurança também é um ponto importante nesta nova abordagem crítica da segurança, uma vez que esses autores postulam para a necessidade de inserção de novos temas como a pobreza, miséria, meio-ambiente, fome, entre outros que são excluídos da os estudos tradicionais de segurança.

É nessa esteira de discussões sobre os estudos críticos de segurança sobre o significado do termo *crítico* nessa expressão, que surge uma das contribuições consideradas mais radicais e não-usuais aos Estudos Críticos de Segurança, e que é o tema principal desta dissertação: a dos autores de Aberystwyth – também conhecidos como Escola Galesa² – Ken Booth e Richard Wyn Jones. Esses autores irão vincular o termo “crítico” à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, concedendo grande relevância ao pensamento de Karl Marx, Gramsci e Immanuel Kant, além de buscarem uma releitura do Iluminismo. Dessa maneira o termo

² A expressão Welsh School aparece no texto *Aberystwyth, Paris, Copenhagen New ‘Schools’ in Security Theory and their Origins between Core and Periphery* de Ole Waever.

Critical Security Studies aparece aqui como um projeto e não um rótulo ou campo de estudo, sendo representado e diferenciado, na sigla em inglês, do *CSS* anteriormente apontado, pelas iniciais maiúsculas *CSS*.

Ken Booth e Richard Wyn Jones abordam a segurança em termos de um pós-naturalismo e não de um pós-positivismo, pois eles consideram a questão em termos de naturalismo³ e pós-naturalismo, e para eles é o pós-naturalismo que une as abordagens críticas. Para Booth o que existe é uma distância crítica e não uma neutralidade completa diante do mundo e é essa distância que vai fomentar a crítica imanente orientada para libertar os grupos e os indivíduos das amarras estruturais que os impedem de serem livres, seguros, isto é, de serem emancipados. A importância da intersubjetividade no processo cognitivo é de extrema relevância.

O projeto de Estudos Críticos de Aberystwyth fundamenta-se, sobretudo, em três autores da Escola de Frankfurt e seus principais textos: Max Horkheimer em “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, Theodore Adorno em “Dialética do Iluminismo” (juntamente com Horkheimer) e Jürgen Habermas com o desenvolvimento dos campos da ação instrumental e da ação comunicativa. Essa influência fez da emancipação um tema central e de convergência de um projeto intelectual na Escola Galesa, o da segurança como emancipação, sendo assim, os conceitos centrais sobre o quais se desenvolve o pensamento de Aberystwyth são: segurança, emancipação e comunidade.

Porém, pode-se afirmar que o pensamento da Escola Galesa de estudos críticos remonta e acompanha a evolução do trabalho do seu principal autor, Ken Booth que aponta seu livro publicado em 1979, *Strategy and Ethnocentrism* como o começo de um trabalho que levaria anos para ser desenvolvido, até a publicação de *Theory of World Security*, em 2007, no qual vai discorrer sobre sua Teoria Crítica da Segurança Internacional.

O trabalho de Ken Booth enquanto teórico crítico de uma nova abordagem da segurança é um trabalho de evolução e ruptura com paradigmas tradicionais que o próprio autor reconhece ter tomado como verdades absolutas, pois Booth era um teórico realista e não tinha contato algum com correntes teóricas pós-positivistas, como o feminismo, por exemplo.

Desse modo, para compreender o que é hoje a Escola Galesa de Estudos Críticos e principalmente, o que é a segurança como emancipação faz-se necessário a sistematização do pensamento de seus principais autores, Ken Booth e Richard Wyn Jones, partindo do que

³ O naturalismo, Segundo Booth, entende que o método das ciências naturais pode ser transposto para o estudo da sociedade.

estes entendem como estratégia e como esta deve ser estudada, para chegar ao novo conceito de segurança proposto por esses, o da emancipação.

Em *Strategy and Ethnocentrism* Ken Booth desenvolve uma visão diferente sobre os estudos estratégicos discorrendo que estes, durante a Guerra Fria, estavam voltados, para a análise e elaboração da defesa do Estado, mas sem buscar entender e interpretar o que motivava as ações de seus adversários, ou seja, era uma teoria egocêntrica do Estado, olhar ao redor na tentativa de captar múltiplas realidades não fazia parte da agenda estatal (BOOTH, 1979). O etnocentrismo e o relativismo cultural têm sido ignorados pelos estrategistas, fato que foi e tem sido responsável por muitos erros nos cálculos das ações dos Estados.

O etnocentrismo possui grande relação com temas culturais que não são levados em consideração pelos estudos estratégicos, e Ken Booth, neste seu livro, vai desenvolver todo o seu argumento sobre dois conceitos: o de cultura e o de etnocentrismo, e vai trazer dois conceitos que para ele estão àqueles relacionados, o de relativismo cultural e o de caráter nacional. O conceito mais importante, todavia é o de etnocentrismo que Ken Booth divide em três categorias: a) como um termo referente aos sentimentos de superioridade e centralidade de um grupo, que ele aponta como sendo o conceito original elaborado por W.G. Summer e que se apresenta como um fenômeno universal; b) como um termo técnico para descrever uma metodologia falsa sobre as ciências sociais, e nesse sentido refere-se à projeção de um padrão de conhecimento, de cultura sobre outro grupo, tomando este “outro” como inferior, ou seja, é o preconceito etnocêntrico; c) como sinônimo de vinculação a uma cultura, o que torna o indivíduo incapaz de colocar-se no lugar de outro, pertencente a um grupo diferente, o que dificulta a empatia para com os estrangeiros (BOOTH, 1979: 14-15).

Nesse trabalho de Booth pode-se observar sua postura crítica –ainda não no sentido da Teoria Crítica – diante de temas de segurança internacional importantes, mas precisamente o dos conflitos no âmbito da Guerra Fria, que para ele foram resultado de um má antropologia, de uma falha na superação do etnocentrismo por meio do relativismo cultural, que nada mais é do que a superação do preconceito etnocêntrico.

Richard Wyn Jones, em seu livro *Security, Strategy and Critical Theory*, de 1999, também vai trazer uma colaboração interessante para os estudos estratégicos propondo uma reconceptualização da estratégia, ao indagar sobre como os estudos estratégicos dissociaram-se do seu real objetivo e significado, que remonta ao estrategista clássico Carl von Clausewitz. Segundo Wyn Jones, os teóricos militares clássicos compreendiam e reconheciam que a estratégia é subordinada às considerações políticas e que a guerra nada mais é que o

reflexo da sociedade, das relações dentro e fora destas, mas os estrategistas contemporâneos obscureceram essa relação (WYN JONES, 1999).

Booth e Wyn Jones, enquanto autores de um projeto de estudos de segurança ligado à Teoria Crítica, vão compartilhar da rejeição ao realismo político, porém com graus de sofisticação diferentes. Para os críticos de Booth, a sua maneira de rebater as premissas centrais do realismo político é pobre e carece de sofisticação. Wyn Jones, no que se refere ao realismo, vai dizer que o argumento central deste, o estatismo, é tautológico, como se pode observar no trecho a seguir:

Empirically, realists regard statism as being justified, indeed, necessary, because this perspective reflects the reality of international relations: States are placed at the center of the analysis of the world politics because they are at the center of the international stage, particularly, when security issues are concerned. For realists, international relations is defined in terms of the interaction of states. Thus one arrives at the tautological argument that states are at the center of study of international relations because international relations is about the interrelationship of states.

A relação de Ken Booth com o realismo político é a de um *fallen realist*, isto é, de um realista caído que perdeu sua grandeza e que passou por uma “reinvenção ontológica”⁴, e isto fica claro em seu texto autobiográfico *Security and the Self: Reflections of a Fallen Realist* no qual Booth vai apontar o conjunto de mudanças que o levou a adotar uma abordagem diferente das relações internacionais, refletindo sobre sua própria experiência enquanto estudante e acadêmico da disciplina. Para Booth o que fez com ele mudasse de opinião acerca do realismo político foi uma gama de experiências pessoais, como o contato com acadêmicas feministas e uma maior aproximação com o trabalho de organizações internacionais, como a Anistia Internacional, que fomentaram uma maior reflexão do seu papel enquanto teórico das relações internacionais, e da segurança.

Ken Booth vai discorrer que o seu primeiro choque acadêmico ocorreu no ano de 1967, quando começou a ministrar a disciplina de estudos estratégicos e percebeu que a grande maioria dos estrategistas que estavam envolvidos com os estudos e, até mesmo, a criação da ameaça soviética sabiam muito pouco, ou quase nada sobre a Ex-URSS, e segundo Booth, eles pareciam não se importar em desconhecer completamente o inimigo, uma vez que tomaram seu quadro referencial de análise como superior ao do adversário (BOOTH, 1992).

⁴ “I only attempted to become self-conscious about this process of ontological reinvention recently, when a student tagged me as a ‘fallen realist’” (BOOTH, 1992).

Nesse sentido, pode-se reforçar o argumento anteriormente citado por Booth, de que a disciplina de relações internacionais, e conseqüentemente a sua subárea de segurança internacional são etnocêntricas.

Entretanto, o texto que marca definitivamente a ruptura de Ken Booth com o realismo político é o texto *Security and Emancipation*, publicado em 1991, no qual o autor vai propor uma nova orientação os estudos de segurança. Pode-se afirmar que grande parte de seu pensamento que será desenvolvido posteriormente, encontra-se condensado neste texto, e principalmente, é em *Security and Emancipation* que se delineia a sua concepção kantiana do indivíduo com fim e não como meio, nos estudos de segurança.

É nesse texto que Ken Booth vai trazer sua proposta de segurança como emancipação, apontando que a complexidade do mundo Pós-Guerra Fria pode ser comparado a uma interregno, em que o antigo está morrendo, mas o novo ainda não pode vir à tona, pois a complexidade dos termos atuais como interdependência, erosão das soberanias, a ampliação do capitalismo em escala global, entre outros, estão imprimindo mudanças no contexto internacional, mas poucos estudos têm sido realizados nesse sentido. Com isso, Booth acredita que antes de se resolverem os problemas mundiais, é preciso dar uma solução para o a questão das palavras, isto é, palavras tais como o Estado, soberania, superpotências, guerra, armas e estratégia para ele não são palavras confiáveis sobre as quais se pode erigir algum tipo de arcabouço teórico (BOOTH, 1991).

Nesse ponto Booth demonstra uma preocupação semântica nos estudos de segurança internacional, principalmente com os conceitos remanescentes da Guerra Fria, defendendo a elaboração de uma linguagem nova que se adapte a realidade atual e que seja elaborada para unir e incluir, e não contrário como tem sido nos estudos tradicionais de segurança.

Sendo assim, Ken Booth vai reconceptualizar a segurança retomando, da Escola de Frankfurt, o conceito de emancipação, uma vez que para este autor a emancipação é a capacidade dos indivíduos de se afirmarem sem empecilhos estruturais como a fome, a guerra, a pobreza, entre outros fatores que impedem os homens de exercerem suas atividades livremente e em segurança.

A Emancipação para Ken Booth é o meio pela qual o indivíduo ou grupo adquire sua liberdade, pois é concebida como uma teoria e prática capaz de (re) inventar a humanidade, libertando as pessoas das amarras estruturais e contingências as quais estão submetidas. Nesse sentido, a emancipação é exposta como sendo capaz de criar estratégias e táticas de resistência, de trazer uma política de esperança para a humanidade.

Porém, por mais irônico que possa parecer, Booth discorre que a relação entre segurança e emancipação é muito mais fácil de ser explicada na prática do que na teoria. Desse modo, pode-se ter noção de quão controversial é emancipação dentro dos estudos críticos de segurança, o que faz com que para muitos teóricos, até mesmo os mais críticos, o projeto de emancipação apareça muito mais como parte do problema do que da solução, pois para alguns ele legitima o etnocentrismo quando observado por uma perspectiva terceiro-mundista. Todavia, é importante ressaltar que o projeto de emancipação nunca pressupõe que os indivíduos ou grupos se rebelariam contra outros grupos nacionais, pois a emancipação, além de estar profundamente relacionada com a segurança, não está dissociada do intuito de criação de uma política comunitária.

No que se refere à prática da emancipação Booth desenvolve um exemplo de como isso pode ocorrer, em seu texto: *Security in Southern África: After Apartheid, beyond Realism*, no qual aponta o fim do *apartheid* na África do Sul como modelo de como uma comunidade de indivíduos oprimidos pela questão racial conseguiram mobilizar progressivamente a opinião internacional e conseguiram livrar-se das amarras estruturais que os impediam de serem livres, emancipados, e por meio dessa emancipação eles conseguiram a sua segurança e legitimação enquanto grupo pertencente a uma nação (BOOTH; VALE, 1995).

Ao elaborar o conceito de segurança como emancipação, Ken Booth, vai utilizar uma ferramenta conceitual que reúne duas palavras contraditórias em um paradoxo, é o que Booth chama de realismo utópico, que para este autor é muito mais uma atitude da mente do que uma teoria propriamente dita. (BOOTH, 2007:90). Ao discorrer sobre o realismo utópico Booth vai retomar o trabalho de Edward Carr e dizer que este autor foi mal interpretado pelos acadêmicos, pois para Booth, Carr é na verdade um crítico do realismo que tece comentários positivos sobre o utopismo (BOOTH, 1991b). O realismo utópico é apresentado por Booth como detentor uma visão holística e não estatista, ao contrário do realismo político clássico, todavia, devido à conotação negativa do termo utopia, Booth irá substituí-lo pelo realismo emancipatório.

Desse modo, o conceito de segurança como emancipação vai remontar não somente à tradição da Teoria Crítica, como também ao desenvolvimento do realismo utópico, sendo importante ressaltar que Richard Wyn Jones permanece mais próximo dos pensadores de Frankfurt, enquanto Ken Booth busca contribuições de vários campos teóricos, principalmente da perspectiva feminista das relações internacionais. Esses dois autores

possuem pontos em comum e pontos de divergência, mas reconhecem que se influenciam mutuamente, como se pode notar nos agradecimentos de seus livros e artigos.

Orientando-se por essa discussão a presente dissertação se divide em três capítulos e conclusão, que buscam sistematizar os estudos críticos de segurança enquanto área de conhecimento, focando-se no projeto da Escola Galesa. Para tal intento adota-se uma abordagem normativa na exposição dos desenvolvimentos desta escola.

O primeiro capítulo é uma introdução aos estudos críticos de segurança como campo de produção de conhecimento sobre a subárea de segurança internacional, e nesse sentido intenta apontar as mudanças ontológicas e epistemológicas das correntes de pensamento que fazem parte deste debate. A estrutura do primeiro capítulo é baseada no programa de estudos críticos de segurança elaborado por Keith Krause (1998), no qual este autor propõe uma reorientação na agenda de segurança a partir das seguintes dimensões: o objeto da segurança, a construção das ameaças e as alternativas para o dilema de segurança.

Estas dimensões apontadas por Krause irão servir como pontos a partir dos quais as discussões sobre o desenvolvimento de novas perspectivas de segurança serão abordadas, com o intuito de mostrar como esses debates sobre as mudanças não só no campo, mas na agenda de segurança, têm sido conduzidos.

O segundo capítulo, em um primeiro momento, irá desenvolver brevemente o papel dos Estudos Estratégicos no período em que possuiu maior destaque, isto é, durante a Guerra Fria, apontando como se deram o desenvolvimento dos ciclos de estudos sobre a estratégia com a intenção de elucidar a metodologia sobre a qual a disciplina foi erigida. Na segunda e principal parte deste capítulo desenvolver-se-á a argumentação de Ken Booth sobre o etnocentrismo, apontando suas principais conceptualizações e bases teóricas, bem como os aspectos positivos e negativos do chamado etnocentrismo nos Estudos Estratégicos.

Compreender o desenvolvimento do pensamento etnocêntrico na obra de Ken Booth, inserido no contexto histórico no qual o trabalho é desenvolvido, permite apontar os fundamentos teóricos tradicionais presentes na visão de mundo do autor e entender como se deu a evolução de sua maneira de pensar, não somente como acadêmico, mas como indivíduo membro de uma sociedade, na esteira de desenvolvimento de sua Teoria Crítica da Segurança Internacional. Nesse sentido, o segundo capítulo foca-se especificamente em uma obra de Booth "*Strategy and Ethnocentrism*".

O terceiro capítulo introduz a chamada Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança, apontando as principais conceptualizações de autores, Richard Wyn Jones e Ken Booth, e discorrendo sobre a ruptura de Booth com realismo político. Este capítulo irá

mostrar a proposta destes autores para a subárea de segurança internacional, que se baseia na mudança de foco da trindade da segurança internacional que, segundo Booth, seria fundamentada no estatismo, na estratégia e na manutenção do *status quo*, para uma abordagem crítica, influenciada pela Escola de Frankfurt, que seria constituída por três conceitos: segurança, emancipação e comunidade. A questão da emancipação do indivíduo como equivalente à segurança é o ponto central desta abordagem, dando-se grande relevância para o papel das chamadas comunidades emancipatórias no sistema internacional.

E por fim, a conclusão irá levantar a emancipação e o etnocentrismo, em que se pesem as diferenças temporais de suas respectivas elaborações teóricas, como sendo as principais contribuições destes autores para o estudo da segurança e da estratégia.

CAPÍTULO I

ESTUDOS CRÍTICOS DE SEGURANÇA

1 - O CONTEXTO INTERNACIONAL: A BUSCA DE NOVOS PARADIGMAS.

“...the Berlin Wall was knocked down after 1989 (it did not ‘fall’)”.
Ken Booth

A configuração de poderes no cenário internacional da Guerra Fria sustentou-se na supremacia das duas superpotências que emergiram após a Segunda Grande Guerra Mundial – os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – momento em que o mundo encontrou-se dividido em esferas de influência, dicotomicamente divididas entre capitalismo e socialismo. Essa divisão do sistema internacional entre dois modos de produção distintos e principalmente, entre dois países de culturas radicalmente diferentes, marcou um período tenso da história mundial, momento em que o enfoque militarista estava na agenda do dia para lidar com a ameaça, supostamente oriunda, do outro país rival.

O forte militarismo presente nesse período foi produto de uma concepção de segurança cujo foco principal era a defesa dos interesses nacionais, resultando na formulação das doutrinas de segurança nacional tão presentes na América Latina durante a Guerra Fria. A ênfase no interesse nacional do Estado, dentro desta perspectiva estratégica, fez com que os dirigentes das superpotências se engrenassem em uma corrida armamentista que elevou seus respectivos arsenais nucleares a níveis antes nunca imaginados, e com um potencial de destruição surpreendente. Pode-se inferir, a partir dessa conjuntura, que o arcabouço realista preponderou, uma vez que, ao mesmo tempo em que explicava as relações internacionais de poder, refletia-se no mundo político, como se configurasse a própria realidade.

Os estudos estratégicos, neste momento, estavam em uma posição de destaque, pois a segurança era voltada e pensada de maneira a garantir a sobrevivência do Estado que era o objeto referente central da segurança. A defesa do território contra o inimigo externo foi uma constante, de modo que esta defesa foi pautada pelo incremento de equipamentos nucleares capazes de contrabalançar o poder rival, em uma estratégia de defesa ofensiva, não deixando

dúvidas de que a resposta ao ataque inimigo seria fatal para ambos os lados, o que ficou conhecido como *Mutual Assured Destruction* (MAD).⁵

O que norteava as relações internacionais, no cenário da Guerra Fria, era o frágil equilíbrio de poder existente entre os EUA e as Ex-URSS, de modo que essa situação dominou não somente a política, mas como também os estudos sobre relações internacionais e segurança internacional, de maneira que os problemas e perspectivas dos países que se encontravam a margem do sistema fossem completamente ignorados. Neste quadro, o dilema de segurança aparecia como condutor principal das ações entre os Estados, o que fez com que qualquer conflito existente fora desse âmbito fosse compreendido como local ou regional, e só seria merecedor de atenção quando ameaçasse a estabilidade do subsistema criado pelos EUA e URSS.

Segundo Keith Krause (2005), o predomínio do pensamento estratégico acabou por criar uma sabedoria ortodoxa que se autoproclama capaz de mostrar o mundo exatamente como ele é, pois estariam orientados a produzir conhecimento objetivo por meio da metodologia positivista, e que conseqüentemente acabaram por impor uma série de medidas disciplinadoras da subárea de segurança internacional e que reduzem “o quê?” e o “como?” pode ser estudado nessa disciplina, assim como o seu objeto.

Seguindo essa linha de argumentação de Krause, tem-se que o realismo político ao utilizar-se do método positivista de produção de conhecimento, que parte da verificação empírica e falsificação das hipóteses, não abre espaço para o papel da reflexão e da intersubjetividade, pois intenta dissociar o objeto de estudo de seu observador buscando uma neutralidade completa. A busca pela objetividade diante de uma realidade complexa e multifacetada é, para alguns autores, responsável pela estagnação e empobrecimento da disciplina de relações internacionais.

Por exemplo, para Ken Booth (1997) o ápice dessa racionalidade presente no realismo político e nas ações entre os Estados foi o lançamento da bomba atômica sobre a cidade japonesa de Hiroshima⁶, em 1945, que pode ser compreendido como o ponto alto no jogo político entre as nações, resultante de anos de uma disciplina de relações internacionais orientada pelo sistema westphaliano de Estados, pela filosofia da guerra de Clausewitz e pela ética maquiaveliana. Com isso, as questões de cálculo estratégico e poder nacional teriam

⁵ Destruição Mútua Garantida.

⁶ “*The destruction of Hiroshima was not a tragedy: that was its tragedy. [...] . The single-bomb destruction of a city did at least leave a unique crystal ball among the radioactive ruins. It showed where traditional rationality (the ‘common sense’ of the powerful) might lead. Despite this warning, the rationality that had led to the destruction of Hiroshima continued to dominate how practitioners and academics conceived international politics during the Cold War*” (BOOTH, 1995: 331).

predominado sobre a preocupação com vidas humanas, mostrando até onde o excessivo enfoque na racionalidade poderia levar a humanidade.

Ken Booth é crítico de como o pensamento realista teria moldado a disciplina de relações internacionais, nos anos da Guerra Fria, que segundo ele foi criada com base em uma cultura ocidental masculinizada anglo-saxã que se preocupa muito mais com questões acerca de soldados e diplomatas do que com a aplicação da ética em uma escala global (ponto este defendido pelo autor). Para Booth, a “horrenda ciência” da Guerra Fria precisa ser contraposta com reflexões sobre nossas sociedades liberais, sobre o sistema capitalista de produção no qual desenvolvemos nossas relações sociais, e primordialmente, auto-reflexões.

“One does not have to be a radical feminist to see the neo-realist subject as the work of the minds of men, and subject-matter as the lives of women (BOOTH, 1995:105)”.

As relações internacionais na Guerra Fria, dentro da visão adotada por Ken Booth (1979), foram orientadas pelo etnocentrismo, tanto dos EUA como da ex-URSS, que se constituiu em uma visão de mundo incapaz de compreender os motivos políticos, econômicos, históricos e culturais por detrás das ações do outro. O etnocentrismo pode ser entendido como uma falha na relação de alteridade, de modo a refletir em sérios conflitos entre o “eu” – o que somos e o que entendemos como certo e errado – e a incapacidade de compreender o “outro”.

O etnocentrismo faz com que julguemos os outros, o diferente, embasados em nossos princípios, valores, e pré-conceitos, não levando em consideração todo o arcabouço cultural destes, ou seja, na grande maioria das vezes somos incapazes de nos colocarmos na situação de outro indivíduo. Porém, colocar-se no lugar de outra pessoa, do inimigo, por exemplo, para compreender o porquê de suas ações, adotando o chamado relativismo cultural – em que o sujeito luta contra seus próprios preconceitos etnocêntricos – não depende unicamente de nossa boa disposição, uma vez que não podemos nos comportar de maneira totalmente neutra, nem muito menos isolar nossas variantes culturais, diante do outro, do objeto a ser observado (BOOTH, 1979). Como Ken Booth observa:

Whether or not God created the world in his own image, men certainly create the social universe in their own images. Ethnocentrism is one cultural variant of this universal socio-psychological phenomenon: societies look at the world with their own group as the centre, they perceive and interpret other societies within their own frames of reference, and they invariably judge them inferior (BOOTH, 1979:13).

O etnocentrismo é uma variável geradora de profundos impactos no campo da estratégia, distorcendo informações e percepções sobre o inimigo, o que faz com que a capacidade de predição dos eventos seja afetada, influenciando também na produção teórica

da subárea de estudos estratégicos. As ações militares são pautadas e imagens que os estrategistas elaboram de seus inimigos e uma percepção errada encadeará toda uma rede de causas e efeitos não desejados e que poderiam ter sido evitados, se uma maior atenção fosse dada ao relativismo cultural na tentativa de superar o preconceito etnocêntrico.

To 'know the enemy' has always been a cardinal tenet of strategy. If this goal is to be achieved in the future with more regularity than it has been achieved in the past, then cultural relativism should take its place in the strategist's lexicon. Knowing the enemy is the bedrock of the business of strategy: strategic theories, in comparison, are second order problems. To concentrate on doctrines before enemies is to put the theoretical cart before the actual horse – a double error (BOOTH, 1979:17).

A subárea de segurança internacional, para Booth, foi imersa nesta lógica etnocêntrica da Guerra Fria, na qual os estudos estratégicos estavam voltados, para a análise e elaboração da defesa do Estado, mas sem buscar entender e interpretar o que motivava as ações de seus adversários, ou seja, era uma teoria egocêntrica do Estado, pois olhar ao redor na tentativa de captar múltiplas realidades não fazia parte da agenda estatal, o que certamente pode ter contribuído para falaciosas interpretações acerca das ações do Estado inimigo.

Utilizando-se de Bernard Brodie como referência, Booth (1979: 34) discorre que uma má antropologia certamente contribuiu e contribuirá para uma má estratégia, porque a falta de empatia e a falta de conhecimento para com outros países configuram falsas expectativas sobre as ações desses, pois esses são observados dentro de uma estrutura referencial de conhecimento completamente diferente das suas.

O conseqüente fim da Guerra Fria e a incapacidade do *mindset* realista em prevê-la, colocou não só mundo, como a disciplina de relações internacionais em um período de crise, de redefinições, pois esta havia passado muito tempo restrita ao gueto⁷, distante da realidade da humanidade e de seus inúmeros problemas como pobreza, doenças, meio-ambiente, fome, além de ter fechado os olhos para questões de gênero e identidade, entre tantos outros temas que agora despontam como preocupações centrais na sociedade internacional e que abalam os fundamentos da disciplina. Os debates neo-neo não mais são suficientes para dar conta da complexa realidade e problemas que se projetam diante de nossos olhos.

Sendo assim, seja o realismo clássico, em que a fonte de conflitos surge da natureza humana Hobbesiana preponderantemente má dos indivíduos, ou seja a sua variante mais atual

⁷ “*International relations theory is no longer confined to its own self-imposed ghetto. But all is not as it should be. As international relations theorists break down the walls of the ghetto – helped by their friends on the other side – and stream into the metropolis of social and political thought, expecting to merge into the life of the city and help shape its future, a disconcerting sight meets their eyes.[...]. Moreover, neutrality is no longer possible, sides must be chosen and positions staked out, especially since ‘International Relations’ is one of the major battlegrounds chosen by the insurgents*” (BROWN. 1994: 1656).

o neorealismo em que os problemas surgem da estrutura anárquica do sistema, o ponto é que a predominância desse pensamento no campo da segurança, nesse momento da história mundial, gera impactos na maneira como buscamos lidar com as novas ameaças do mundo Pós-Guerra Fria.

Os instrumentos criados não só pelos estrategistas, mas também pelos acadêmicos – que nesse período ocupavam cargos de alto escalão no governo – para lidar com uma realidade que refletia nada mais do que um etnocentrismo focado na visão de mundo Anglo-Saxã, eram construídos sobre um conceito de segurança epistemologicamente positivista e uma ontologia voltada para as capacidades materiais. Não havia espaço para o papel das idéias e interesses como elementos constitutivos da ontologia da segurança, logo inferindo-se que esses instrumentos teriam dificuldades em lidar com a realidade das novas ameaças.

Com a derrubada do Muro de Berlim e o conseqüente término da Guerra Fria, não só as relações de poder agora se apresentavam em uma nova configuração, a chamada multilateralidade, como também as ameaças à segurança dos Estados multiplicavam-se, adquirindo um caráter mais dinâmico e ameaçando não somente a unidade estatal, ou seja, o objeto referente central da segurança estava sendo deslocado.

O mundo atual apresenta uma complexa rede de relações e de trocas no qual as fronteiras estatais não são mais obstáculos a livre circulação de produtos, pessoas e informações e os conflitos interestatais intensificaram-se mostrando até onde questões de identidade podem chegar. Os nacionalismos estão se acirrando e o terrorismo após os atentados de 11 de setembro tornou-se uma ameaça global, moldando políticas estatais belicistas. A globalização que integra e exclui acentuou as discrepâncias entre as nações, a pobreza, a miséria, a fome e o crescimento populacional desenfreado, entre outros fatores agora despontam como agravantes da segurança mundial, pois a distribuição de renda não ocorre concomitantemente às grandes transações financeiras internacionais. A realidade atual ainda concentra grande soma de dinheiros nas mãos de poucas e pobreza e miséria nas mãos de muitos.

Apesar de todas essas mudanças e complexidades presentes na sociedade internacional e apesar da necessidade latente de mudanças não só nas relações entre os Estados, mas dentro da disciplina de relações internacionais e da sua área de segurança, o pensamento racionalista do realismo prevalece, desconsiderando temas relevantes como a identidade, os interesses e o papel das idéias na configuração do sistema internacional, e desse modo acaba por colocar à margem da academia correntes teóricas que buscam elaborar uma visão mais crítica e

diferente da história internacional e que colocam no centro dos estudos o papel da intersubjetividade enquanto método de apreensão da realidade.

Entre essas abordagens recentes que são criticadas pelo *mindset* realista, merece destaque abordagem feminista das relações internacionais e também da sub-área de segurança que busca repensar e redefinir as relações internacionais por meio de uma perspectiva de gênero, destacando nesta literatura o trabalho de Cynthia Enloe, Sandra Whitworth e J. Ann Tickner. Para Ken Booth a abordagem feminista das relações internacionais merece destaque porque, para ele, até os dias atuais as mulheres permanecem invisíveis enquanto sujeito e objeto das relações internacionais e conseqüentemente da segurança, isto é, as relações internacionais são cegas com relação às questões de gênero.

“Feminist perspectives are integral to any people-centred subject (BOOTH, 1991:324)”

A disciplina de relações internacionais, para Booth, não só esteve cega até o presente momento às questões de gênero, como também desenvolveu-se enquanto disciplina dentro de uma referencial teórico ocidental, desconsiderando visões dos países orientais, pois essas eram tidas como anti-americanas, anti-ocidentais, pois o Ocidente sempre se sentiu no papel de agente civilizador e disciplinador de outras nações que eram tidas, e em grande medida até hoje o são, como bárbaras, terroristas, anacrônicas e como não respeitando os ideais da democracia e liberdade.

A alteridade falha dentro da disciplina de relações internacionais devido às tradições autoritárias da disciplina que contribuíram para o seu empobrecimento, que insiste em chamar de utópicos os teóricos da paz, os pesquisadores adeptos de uma abordagem mais crítica, os estudos de gênero e qualquer outro arcabouço conceitual que proponha uma abordagem alternativa à vigente, perpetuando assim o *status quo* internacional.

O discurso realista entende que se pode compreender muito mais o mundo analisando as estruturas de poder e ordem, do que buscar diálogo e entendimento com todos aqueles atores à margem do sistema, como as mulheres, as crianças abusadas e exploradas, os trabalhadores dos países subdesenvolvidos, os famintos, entre outros marginalizados dos centros de poder de decisão, como querem os teóricos críticos da segurança.⁸

⁸ Sobre as crianças exploradas e sua relação com o sistema político internacional, Ken Booth (2007:14) diz: “*The Children who are hungry, and helpless are not the world’s children. They are the children of the very poor; and they are not hungry, homeless, and helpless because it is their faulty, or because it is natural: they are*

Para os teóricos críticos do realismo, o silêncio daqueles desprovidos de poder tem uma custo muito mais alto para a história, pois no final, a história contada sempre será a dos vencedores, por mais que não contenha elementos verdadeiros, ela sempre está presente para esconder a história que não foi contada, pois toda e qualquer situação possui dois lados.

O momento atual é para muitos dos autores contemporâneos críticos da abordagem tradicional da segurança, um período de interregno, momento em que o antigo está morrendo e o novo não pode vir a tona diante de uma complexa realidade internacional que não mais pode ser chamada de Pós-Guerra Fria, uma vez que esse termo apenas define o momento histórico no qual vivemos, o período temporal, mas é um termo que não consegue abringir todas as mudanças que ocorreram no final do século XX e que ainda estão para acontecer no século XXI.

An 'interregnum' is a useful way to think about the present. Thucydies would not find himself at loss in an international relations seminar, as we talk about the role of power and the prevalence of mistrust between states; but his mind would be completely blown by such forces shaping the context of world politics as the terrible destructiveness of modern weapons, the 3 million who zigzag the world by air, the frightening destruction of natural life, and the working fax machine, which knows no country (BOOTH, 1991:315).

Para Booth, o Século XXI será o século da ética⁹, no qual a moral será recuperada em todos os âmbitos da vida política e social, e até mesmo na guerra, na busca por uma ética global, pois ele espera que o foco da disciplina de relações internacionais mude da busca pela acumulação de conhecimento sobre as relações estatais para o incentivo do pensamento sobre a ética e como esta pode ser aplicada em escala global (BOOTH, 1995)

Os atentados de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center representou para as relações internacionais, e para a subárea de segurança internacional, o fim do mundo Pós-Guerra Fria e talvez, o fim do interregno iniciado com a derrubada do Muro de Berlim.¹⁰

as they are because they are made to be hungry, homeless, and helpless. Global Poverty is not an existential condition; it is the outcome of world politics – of human choices made in specific conditions”.

⁹ Sobre o século XXI ser o século da ética, Ken Booth discorre: “ *What I would like to see is a shift in the focus of the study of international relations from accumulating knowledge about ‘relations between states’ what might be called the ‘dismal science’ of Cold War International Relations to thinking about ethics and applied ethics on global scale”* (BOOTH, 2005:109).

¹⁰ “*The events of September 11, 2001 give us good reason to reassess the meaning of the concept of security. While at first glance the events seem to strengthen the traditional view of security as primarily a military domain, closer examination reveals that to explain the events requires much wider and deeper notion of security. Both the motivations of those who undertook the attacks on September 11, and the way in which the ensuing conflict unfolded, simply do not fit within the traditional realist view of security”* (BOOTH; SMITH, 2005:27).

1.2 - ESTUDOS CRÍTICOS DE SEGURANÇA COMO ÁREA DE ESTUDOS.

O foco empírico dos estudos de segurança foi dramaticamente modificado com o fim da Guerra Fria, de maneira que tanto a fonte de conflitos como as ameaças oriundas destes foram impelidos de um caráter mais dinâmico que não mais se encaixa em um conceito restrito de segurança, sendo necessária a formulação de novas ferramentas e a adoção de uma nova metodologia para lidar com a realidade de um mundo pós-Guerra Fria, um mundo em que a lógica de um equilíbrio de poder nuclear entre as duas superpotências cessou de existir, deixando os estrategistas sem o referencial sobre o qual se apoiavam, e imiscuídos, cada vez mais, em um cenário internacional dinâmico e complexo.

Segundo Amitav Acharya (1997), o cenário mundial até o fim da Guerra Fria nada mais foi do que uma transposição da Paz de Westphalia, de 1648 – que necessariamente é um modelo voltado para dar concerto ao sistema europeu de Estados – para todo o sistema internacional, de maneira que a sociedade internacional se viu submetida a esse arquétipo, em que a defesa territorial e a segurança nacional do Estado eram os pontos centrais da agenda estatal, visão esta que não correspondia à realidade dos países do Terceiro Mundo, assim como dos inúmeros Estados que se constituíram ao fim das duas grandes guerras mundiais.

Desses Estados que surgiram ao fim da Primeira e Segunda Guerra Mundial foi-se exigido que se estruturassem da mesma maneira que os grandes Estados- Nacionais europeus que, como a história mostra, levaram séculos para instituírem-se. As questões de identidades e interesses foram e são um grande turbilhão de conflitos nesses novos Estados – que na grande maioria dos casos não chegaram a constituírem-se em Estados *de facto* – mas mesmo assim, mesmo apesar dos enormes impactos destas nas relações interestatais, a tradição realista insiste em negar sua importância e dar-lhes relevância.

Desse modo, é negando essa tradição realista que traz como sujeito central dos estudos de segurança internacional o Estado e que toma a condição na quais estes vivem como uma anarquia somente solucionada pelo contratualismo, e tentando fazer frente aos profissionais dessa área que surgem – da virada pós-positivista nas relações internacionais – os chamados Estudos Críticos de Segurança. Os Estudos Críticos visam ampliar a agenda da segurança e também redefinir o seu conceito a luz dos problemas atuais buscando uma maneira de substituir o realismo como paradigma central da segurança internacional.

Os estudos críticos de segurança ou Critical Security Studies estão concentrados na Europa, isto é, são eurocêntricos e estão relacionados com as especificidades históricas desse

continente, principalmente nos anos da Guerra Fria em que importantes estudos sobre a paz e a segurança foram desenvolvidos, com destaque para John Galtung e Dieter Senghaas (COLLECTIVE, 2006). Em contrapartida, os estudos estratégicos estão concentrados nos Estados Unidos da América (EUA), país que para Ole Waever (2004) não produz muitos debates acerca dos estudos de segurança, existindo, na verdade, um debate intra-realista entre realismo defensivo e realismo ofensivo.

Os Estudos Críticos de Segurança ganharam relevância quando da realização da Conferência *Strategies in Conflict: Critical Approaches to Security Studies*, em 1994, na Universidade de York, em Toronto, e que resultou na publicação do livro *Critical Security Studies: Concepts and Cases*, editado por Keith Krause e Michael Williams. A partir desse momento a insígnia “Estudos Críticos de Segurança” começou a ser utilizada e principalmente discutida por vários acadêmicos e intelectuais.

Desse modo, o termo “crítico” tornou-se o centro das discussões, uma vez que acadêmicos das mais diferentes linhas de pensamento aderiram ao rótulo ou foram agrupados sobre esse. Segundo Krause e Williams (1997) o termo *crítico* quando se refere à insígnia “Estudos Críticos de Segurança” aparece mais como uma orientação na forma de se pensar a disciplina, não fazendo jus à origem do termo “crítico” – que está ligado ao desenvolvimento da Teoria Crítica na Escola de Frankfurt – e por essa razão a sigla de *Critical Security Studies*, em inglês, é escrita em letras minúsculas *css*. Sendo assim, pós-modernistas, pós-estruturalistas, feministas, construtivistas, entre outras correntes adeptas de uma nova abordagem da segurança, fizeram expressivas contribuições aos Estudos Críticos de Segurança ao rejeitarem o conceito tradicional e proporem novas e contraditórias abordagens que se baseiam em novas orientações epistemológicas, metodológicas e ontológicas.

Entre os autores que se enquadram nesse campo de estudos, podem ser citados: Mohammed Ayoob, Barry Buzan, Ole Waever, Cynthia Enloe, Sandra Witworth, David Mutimer, Amitav Acharya, Ken Booth, Richard Wyn Jones, Didier Bigo e Jef Huysmans, sendo que a grande maioria dos autores sob o rótulo de Estudos Críticos de Segurança possui mais diferenças entre suas abordagens, do que pontos de discussão em comum; todavia compartilham da mesma rejeição ao pensamento neorealista e neoliberal que tem dominado a disciplina de segurança internacional, trazendo, assim, contribuições das mais diversificadas possíveis. Cada um desses autores acima citados enquadra-se em determinada perspectiva crítica, possuindo suas especificidades e influências acadêmicas, contudo o que importa ressaltar aqui não é a segmentação em diferentes correntes teóricas que caracterizam esses autores, mas sim mostrar o que os une: a rejeição ao predomínio do realismo político não

somente na subárea de segurança internacional, como também na área de relações internacionais.

No que tange a definição do que seja o termo “crítico”¹¹ no campo dos estudos críticos de segurança, Krause e Williams (1997) esclarecem que não possuem a intenção de discutir o significado preciso da terminação. Para esses autores, a nova orientação estudos críticos de segurança tem muito a oferecer para a disciplina de segurança, sendo necessário fomentar a discussão e intercâmbio entre as mais diferentes vertentes, uma vez que a mera rejeição dos pressupostos tradicionais da segurança não traz nenhuma contribuição e não elabora nenhuma reflexão crítica sobre o tema.

Wyn Jones (2004), ao fazer referência à expressão *Critical Security Studies*, discorre que é uma maneira útil de reunir todos aqueles autores contemporâneos que compartilham dessa mesma perspectiva de rejeição da estreita abordagem sob a qual a disciplina de segurança internacional estaria sendo orientada e estudada. Ken Booth (2005:15), todavia, já propõe uma decisão mais precisa, apesar da sutil incerteza em sua elaboração, do que seriam os estudos críticos de segurança:

Critical security studies is an issue-area study, developed within the academic discipline of international politics, concerned with the pursuit of critical knowledge about security in world politics. Security is conceived comprehensively, embracing theories and practices at multiple levels of society, from the individual to the whole human species. “Critical” implies a perspective that seeks to stand outside prevailing structures, processes, ideologies, and orthodoxies while recognizing that all conceptualizations of security derive from particular political/theoretical positions; critical perspectives do not make a claim to objective truth but rather seek to provide deeper understandings of prevailing attitudes and behavior with a view to developing more promising ideas by which to overcome structural and contingent human wrongs.

Entretanto, Richard Wyn Jones juntamente com Ken Booth, autores de Aberystwyth, irão vincular o termo “crítico” à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, concedendo grande relevância ao pensamento de Karl Marx e Gramsci. Dessa maneira o termo *Critical Security Studies* aparece para esses dois autores como um projeto, como um “corpo de conhecimento” e não um rótulo ou campo de estudo que engloba as mais diferentes abordagens sobre os estudos de segurança, sendo, por isso, representado e diferenciado, na sigla em inglês, do *css*

¹¹ É importante apontar que Keith Krause, em seu texto “*Critical Theory and Security Studies*”, de 1998, faz um distinção sobre a utilização do termo crítico na insígnia estudos críticos de segurança: “...*I would have register the obvious caveats over the use of the term ‘critical’.* The use as an umbrella term to describe all work that falls outside of the rationalist (neoliberal and neorealist) paradigm does some insolence to the intellectual origins of the term, in the German (Frankfurt) tradition of critique associated with contemporary thinkers such as Jürgen Habermas. This tradition does not include the radically different ideas that emerge from post-structuralist or post-modernist projects (and in fact, it is resolutely modernist in its rejection of the term), but does present itself as an alternative to rationalist social science.” (Grifo meu).

anteriormente apontado, pelas iniciais maiúsculas CSS (WYN JONES, 2004:260). A diferença fundamental existente entre os estudos críticos de segurança e a abordagem da Escola Galesa, é a concepção de emancipação, como equivalente à segurança, e que é desenvolvida por seus autores ao revisitarem as idéias Escola de Frankfurt acerca da emancipação e ao promoverem uma releitura do Iluminismo.

Ole Waever em seu texto “*Aberystwyth, Paris, Copenhagen ‘New School’s in Security Theory and their Origins between the Core and Periphery*” aponta que as principais contribuições para os estudos críticos de segurança, até o momento, são as Escolas Galesa, Paris e Copenhagen, entretanto, Waever aponta que o rótulo de “Escolas” é feito apenas para situar os autores e debates geograficamente, mais do que para expressar um pensamento unitário. Porém, muitos autores criticam esta categorização de autores em Escolas de pensamento, pois segundo estes tais divisões serviram somente para acirrar as competições dentro da academia, ao invés de proporem uma maior discussão entre as diferentes correntes teóricas, orientada para a elaboração de políticas realizáveis.

Segundo Waever (2004:260), um ponto importante nessas escolas é a concepção que seus autores possuem da relação entre a pesquisa e a política, pois para eles a pesquisa não está de maneira alguma dissociada de intenções políticas, e eles, enquanto autores são responsáveis por falar e escrever a segurança, fato que impele transformações à realidade e a concretização de projetos políticos.

A Escola Galesa é a que tem em Ken Booth e Richard Wyn Jones seus expoentes, de modo que representa uma instituição específica, a Universidade de Aberystwyth, sendo caracterizada, como já foi citado anteriormente, pela influência da teoria crítica e do iluminismo, seu arcabouço teórico desenvolve-se sobre três conceitos: segurança, emancipação e comunidade. A Escola de Copenhagen é a que atualmente atinge uma maior audiência no meio acadêmico quando comparada com as Escolas Galesa e de Paris, e que tem entre seus principais autores Barry Buzan, Ole Waever e Jaap Wilde. Waever aponta que o pensamento da Escola de Copenhagen pode ser compreendido por meio das seguintes ferramentas conceituais: a teoria da *securitização*¹², os setores de segurança e a teoria do

¹² *Securitização* é o processo pelo qual determinado objeto referente é tratado como uma ameaça existencial, retirando-o da esfera política de modo a legitimar ações fora dos procedimentos legais do Estado, isto é, uma politização¹² extremada. As unidades envolvidas no processo de *securitização* são: a) *os objetos referentes*, que são aqueles que podem ser considerados como ameaçados e passíveis de serem transformados em questões de segurança; b) *os atores securitizados* são os que declaram, por meio do discurso, que determinado objeto referente é uma questão de segurança; c) *os atores funcionais*, que é uma categoria intermediária às outras duas, porém sem perder o seu poder de influência, pois são estes que concordam ou não com a securitização proposta pelos agentes, embora em muitos casos esta seja transformada em um discurso único e coercitivo.

complexo regional, e afirma que a teoria da securitização é o ponto mais importante para o entendimento da proposta da Escola, mas ressalta que não se pode perder de vista a importância da interação entre esses conceitos (WAEVER, 2004).

A Escola de Paris parece ter chegado um pouco tarde na discussão sobre segurança devido à barreira lingüística existente entre os países de língua inglesa para com um outro de língua francesa, mas trouxe grandes contribuições para o debate entre a questão interna/externa da segurança, possuindo um arcabouço conceitual que inclui a sociologia da imigração, criminologia, direito, política sociológica e relações internacionais. Nesta escola, destacam-se a figura de Didier Bigo e de Jef Huysmans¹³ que introduziram uma agenda voltada para os profissionais da segurança, os efeitos políticos da tecnologia e do conhecimento na segurança, e a racionalidade governamental da segurança (COLLECTIVE, 2006: 449).

Estas três Escolas de pensamento apontadas, em que se pesem suas especificidades, vão ao encontro da crítica contra o conceito tradicional de segurança, apontando para a necessidade de mudanças e para uma agenda de segurança mais ampla, além de proporem redefinições a este conceito.

Para Waever, o conceito tradicional de segurança é estreito, pois foi criado como uma estratégia de *desecuritização*¹⁴, isto é, pretendia circunscrever a defesa e o uso da violência ao Estado e somente contra ameaças físicas, o que se configurou como uma maneira eficaz de manutenção da ordem, e de se isolar a possível aplicação da segurança de outras esferas da sociedade.

Adopting a materialist ontology and positivist epistemology was an early modern security strategy, or in a sense a strategy of de-securitization: the narrow concept of security meant to restrict the resort to violence and defence to only the state and only in relation to physical threats which was an important element of the order creating process of removing these instruments from diverse groups and individuals in the feudal order and from religious and identity referents in the religious and civil wars of the 16th and 17th Century. That is: to limit violence and establish peaceful order, it was imperative to narrow the security logic to the minimalist reference of state and war. Thus, the concept of security is [...] a thoroughly political question tied with the whole modern political language of state, sovereignty, community and identity. To widen or in other ways redefine the concept of security is not an innocent matter of simple conceptual improvement, but a political move not to be carried out lightly but with full awareness of the implications of unpacking the westphalian parcel of political, concepts, peace and order (WAEVER, 2004:7).

¹³ Jef Huysmans foi, em grande medida, responsável pela quebra dessa barreira lingüística entre o inglês e o francês.

¹⁴ *Desecuritizar* é fazer com que determinado objeto referente saia da esfera pública de debates e seja *despolitizado*.

Pode-se, assim, inferir que a concepção tradicional de segurança erigiu-se sobre a organização do monopólio da violência, exteriorizando-se na forma do Estado territorial e do princípio da soberania, o que orientou a vida política para o âmbito estatal, uma vez que a preocupação constante seria com a manutenção da ordem política, seja ela na esfera doméstica ou na internacional. Desse modo, a segurança, para os teóricos críticos, restringiu-se à política de poder entre as nações, desconsiderando os problemas oriundos de outras esferas da sociedade como sendo matéria de segurança.

Nos estudos críticos de segurança, o termo “crítico” adotado e discutido, tanto por autores como por escolas de segurança, pode ser mais bem compreendido quando analisado à luz do trabalho desenvolvido por Robert Cox em seu texto “*Social Forces, States and World Orders*”, no qual distingue a *problem-solving theory* de uma *critical theory*. Segundo Cox¹⁵, as teorias são sempre para alguém e para algum propósito, isto é, a teoria tem que existir sempre em relação com o espaço e tempo no qual está sendo elaborada, de maneira a possuir alguma funcionalidade, pois uma vez que a teoria existe com o único propósito em si mesma, ela se torna uma ideologia. A realidade muda e juntamente com ela as percepções dos teóricos, sendo o trabalho de elaboração das teorias dependente da dinâmica das transformações mundiais; anacronismos teóricos não contribuem em nada para um melhor entendimento da realidade, principalmente para a teoria política e social que são vinculadas à história (COX, 1981).

Nessa perspectiva, existem dois tipos de teoria que servem a propósitos diferentes, a primeira, a *problem-solving* é um tipo de teoria que busca captar a realidade de maneira objetiva, sistematizá-la, dividi-la em áreas bem delimitadas e com o menor número de variáveis possíveis, orientando-se na busca de regularidades que possam resultar em leis universais. Desse modo, apreende as estruturas sociais, políticas e institucionais como um sistema pré-definido para ações, ou seja, uma *problem-solving theory* leva à perpetuação das estruturas de poder e ordem, não propondo alternativas de mudança, configurando-se como uma teoria a-histórica e concebendo uma ordem fixa como seu ponto de referência, de partida (COX, 1981).

Essa teoria ao intentar adotar uma postura completamente neutra e objetiva, autoproclama-se livre de pré-conceitos, valores e interferências culturais do sujeito observador:

Problem-solving theories can be represented, in the broader perspective of critical theory, as serving a particular national, sectional, or class interests, which are

¹⁵ “Theories are always **for** someone and **for** some purpose”.

comfortable within the given order. Indeed, the purpose served by problem-solving theory is conservative, since it aims to solve the problems arising in various parts of the complex whole in order to smooth the functioning of the whole (COX, 1981: 1541).

Em contrapartida, a teoria crítica é uma teoria reflexiva sobre o processo de sua própria formulação, procurando relacionar-se com outras perspectivas para atingir sua própria perspectiva, tomando para tal, uma distância crítica para com o mundo e buscando observá-lo como um todo e não em partes fragmentadas, uma vez que nos processos de mudanças conjunturais tanto o todo como a parte estão interligados. As instituições, as relações sociais e as questões de poder não são aceitas como dadas, porque a teoria crítica busca compreender as questões de “como” e “quando” estas se originaram, ou estariam em processo de mudança, porque a teoria crítica é a teoria da história no sentido de centrar-se nos processos de mudanças históricas e não somente em fatos passados (COX, 1981). A teoria crítica busca entender como o mundo, a ordem na qual estamos imersos, veio a ser, a constituir-se, pois entende que tem diante de si uma realidade em constante transformação.

But whereas the problem-solving approach leads to further analytical sub-division and limitation of the issue to be dealt with, the critical approach leads towards the construction of a larger picture of the whole of which the initially contemplated part is just one component, and seeks to understand the processes of change in which both parts and whole are involved (COX, 1981:1511).

Dessa maneira, uma teoria crítica pode ajudar a trazer a tona uma realidade diferente, além de mostrar as diferentes possibilidades para uma nova ordem, todavia, Cox (1981) admite que certo grau de utopismo faça parte dessa teoria, pois esta pode esboçar como seria uma realidade alternativa; mas esse grau utópico é refreado pelo seu próprio entendimento do processo histórico.

Uma teoria crítica internacional partiria, então, das seguintes reivindicações – que contrastam fortemente com a perspectiva neo-neo das relações internacionais – quanto aos seus fundamentos: a) os principais sujeitos das relações internacionais são construções sociais resultantes das interações entre complexos processos culturais, históricos, materiais, e principalmente, ideacionais, ressaltando-se aqui o papel das idéias enquanto parte da estrutura e sendo geradora de interesses e ações, de maneira a negar ao sistema internacional uma estrutura estritamente material e conseqüentemente estática; b) o mundo político não é estático, muito pelo contrário, apresenta-se em uma dinâmica constante de transformações na qual não reduz o sistema internacional às determinações da estrutura, uma vez que essa também é uma construção social; c) os sujeitos da arena política internacional são constituídos

e reconstituídos por meio de práticas e processos políticos que são geradores de conhecimentos e expectativas sociais compartilhados, colocando, desse modo, a formação da identidade e interesses no centro da discussão e evitando concebê-los como estáticos, como o faz o pensamento neorealista; d) rejeita a epistemologia positivista como método para compreender as relações do mundo político, apontado para a necessidade de métodos interpretativos que sejam capazes de captar as motivações que levam os atores a organizarem-se socialmente no mundo; e) afirma que não existe a possibilidade de termos um conhecimento objetivo dos atores, processos e do próprio mundo que nos cerca, porque para os teóricos críticos não existe um mundo objetivo dissociado das construções sociais que fazem parte deste e dos atores e observadores dessa realidade; f) o propósito da teoria não é produzir conhecimentos objetivos e leis universais que reificam o mundo político e perpetuam o *status quo*, mas sim a possibilidade de elaborar perspectivas e entendimentos contextuais sobre os acontecimentos, além de produzir conhecimento prático (KRAUSE, 1998).

Partindo dessas inferências, pode-se afirmar que o período da Guerra Fria foi um período que favoreceu a abordagem da *problem-solving theory*, porque foi um momento no qual se observou uma grande estabilidade no sistema internacional e um equilíbrio centrado nas duas superpotências, o que dificultava a abordagem de teorias alternativas, uma vez que estas não encontrariam equivalência na realidade. Agora no Pós-Guerra Fria, no momento do grande interregno, encontram-se abertas as portas para abordagens alternativas acerca de uma nova ordem mundial complexa, dinâmica e multifacetada, na qual as antigas abordagens sobre sistema internacional não mais se configuram suficientes como método de análise e interpretação do mesmo.

Nesse sentido, de procurar uma nova abordagem e compreensão das relações internacionais e conjuntamente para a disciplina da segurança, pode-se afirmar que esse novo conjunto de conhecimento e reflexões – *Critical Security Studies* – sobre a disciplina da segurança origina-se de três fontes: o crescente descontentamento no corpo acadêmico com a predominância neorealista no meio; uma maior ansiedade em responder aos problemas impostos por uma ordem mundial multilateral e dinâmica sem ter que se utilizar para isso, de instrumentos anacrônicos da Guerra Fria; e a percepção de que se faz necessária uma reorientação da subárea de segurança que traga contribuições relevantes para a resolução dos problemas de segurança contemporâneos (KRAUSE, 1998).

Os estudos críticos de segurança buscam ampliar e redefinir o conceito de segurança de modo que ele possa corresponder a atual realidade internacional, em que o caráter das ameaças mudou, mas os meios empregados para lidar com essas permanecem no passado da

Guerra Fria, no qual os estudos estratégicos encontravam-se em destaque. Sendo assim, apontam para a necessidade de mudanças ontológicas e epistemológicas para se desenvolver uma nova abordagem da segurança, e propõem também uma ampliação na agenda da segurança de modo que esta não se concentre somente em assuntos de *high-politics*. Uma ontologia voltada para as capacidades materiais e uma metodologia positivista é assim que se apresenta o pensamento neorealista sobre a segurança para os teóricos críticos, e é contra essa ontologia e epistemologia que eles vão desenvolver sua nova área de estudos de segurança.

Dentro do pensamento neorealista os dois autores mais criticados por esta nova abordagem da segurança são: Stephen Walt e seu artigo “The Renaissance of Security Studies” e John Mearsheimer que são acusados de perpetuar o caráter de ciência objetiva, a um campo de estudos que lida, acima de tudo, com as relações entre os homens, entre os indivíduos, e por isso são apontados como responsáveis pela estagnação atemporal dos estudos de segurança. Ao rejeitarem o papel da intersubjetividade e da interpretação no campo da segurança, esses autores estariam priorizando a razão instrumental e reificando o objeto da segurança.

No texto de Walt, “Renaissance of Security Studies”, tem-se um exemplo claro da maneira como os autores neorealistas lidam com o campo da segurança, opondo-se a qualquer ampliação da agenda da segurança que não seja a militar, uma vez que para eles essa ampliação acabaria por esvaziar o conceito de segurança, pois, nessa perspectiva, os problemas oriundos da degradação do meio-ambiente, da fome, da miséria, entre outros, são problemas e problemas não são conceitos, logo não podem ser inseridos em uma nova agenda de segurança.

Security Studies seeks cumulative knowledge about the role of military force. To obtain it, the field must follow the standard canons of scientific research: careful and consistent use of the terms, unbiased measurement of critical approaches, and public documentation of theoretical and empirical claims. Although no research enterprise ever lives up to these standards completely, they are the principles that make cumulative research possible. The increased sophistication of the security studies field and its growing prominence within the scholarly community is due in large part to the endorsement of these principles by most members of the field (WALT, 1991:222).

Essa perspectiva contribuiria, na ótica dos estudos críticos de segurança, para a manutenção do *status quo*, pois sua agenda perpetua uma concepção de segurança na qual o objeto referente central da segurança é o Estado que deve ser defendido por meios ligados à lógica militar, lidando com questões de defesa nacional e soberania estatal. O Estado é o principal responsável pelo provimento da segurança de seus cidadãos tanto contra as ameaças internas como pelas externas, mas quando analisado por outra perspectiva, como a do autor

crítico Mohammed Ayoob, o Estado é na atualidade uma fonte muito maior de insegurança do que segurança para os seus cidadãos, principalmente dos Estados recém criados Terceiro Mundo, que oriundos das duas grandes guerras mundiais apresentam-se fragilmente no sistema internacional quando comparados com os Estados-Nacionais europeus.

É contra essa tentativa de manter o campo de estudos de segurança fechado para novos temas e contribuições que os autores de uma abordagem crítica da segurança propõem às seguintes reorientações na agenda da disciplina: repensar objeto referente central da segurança; abandonar o enfoque da segurança como estritamente militar; propor um novo método para se estudar a segurança, isto é, o pós-positivismo, com o intuito de entender o que motiva as ações dos atores internacionais e a maneira como as ameaças foram construídas, proporcionando, com isso, o desenvolvimento de meios mais eficazes para combatê-las e propondo alternativas aos dilemas de segurança.¹⁶

Dessa maneira, os estudos críticos de segurança compreendem a realidade como socialmente construída, na qual instituições, relações sociais, e especialmente os temas de poder e de ordem não podem ser observados com uma neutralidade objetiva que às apreende como pré-existentes, dadas, e que acaba por contribuir para a manutenção da ordem de poder. Sendo assim, os autores críticos de uma nova abordagem da segurança, buscam contestar as bases ideológicas do conhecimento, a importância da ética, o papel dos intelectuais no campo dos estudos de segurança, com o intuito de desvelar as mais profundas estruturas do conhecimento do poder (BOOTH, 1997)

1.3 - O OBJETO DA SEGURANÇA.

O Estado tanto na sua forma política – aqui compreendida como soberania estatal – quanto na territorial, configura-se como o objeto referente central dos estudos de segurança, refletindo o predomínio neorealista e neoliberal nesta disciplina, e como resultado, temos a preponderância do militarismo como método para lidar com as ameaças à figura estatal. Nessa abordagem, a segurança torna-se sinônimo de cidadania, de pertencimento a um Estado garantidor da segurança que é definida com relação a aquilo que não pertence a essa unidade política, ou seja, tudo aquilo que lhe é exterior pode ser considerado como uma ameaça potencial à sua unidade territorial e segurança nacional.

¹⁶ “In security studies this involves constructing the nature (and source) of threats, the ‘object’ being secured, and the possibilities for reinforcing, ameliorating or even overcoming ‘security dilemmas’. Traditional approaches take all these issues as given” (KRAUSE, 1996: 7).

A soberania estatal e os interesses nacionais são os conceitos centrais na abordagem tradicional de segurança, na qual o Estado aparece como a instituição garantidora dos valores da paz, segurança, ética e moral, entre outros, e principalmente como de um grande mobilizador de recursos. Esse poder em mobilizar recursos, deve-se a centralidade do poder estatal que é antes de tudo uma representação do modelo contratual de Thomas Hobbes, pois uma vez que os homens estariam imersos em uma guerra de “todos contra todos”, a única alternativa de constituir-se a paz e evitar a destruição de todos seria ceder todo o poder, o de polícia e de violência, principalmente, para uma entidade que fosse capaz de aplicá-lo de maneira justa, o Estado.

O que coloca o Estado como objeto referente central da segurança é o seu monopólio da violência organizada, sua capacidade de responder não somente às ameaças externas por meio da força, mas também seu poder de garantir a ordem entre seus cidadãos que ao estarem submersos em um constante dilema de segurança interno necessitam da instituição estatal para impor leis e limites na esfera doméstica. O medo da morte é o que uni os homens – pela ótica hobbesiana – em unidades políticas, mas os teóricos da segurança que partem dessa posição se esquecem de procurar entender qual é a fonte desse medo e não compreendem que este varia contextualmente.

A guerra de todos contra todos é transposta, assim, para a arena internacional, sendo que as ações dos Estados vizinhos são interpretadas como uma constante ameaça à soberania, de modo que cálculos estratégicos devem estar sempre na ordem do dia, mesmo que pautados em visões preconceituosas e errôneas sobre o que motivou as ações dos outros governos. Pois o outro, o diferente representa uma fonte constante de inseguranças, sendo esse um dos grandes problemas da identidade.¹⁷ A identidade é, em grande medida, um conceito excludente, pois a sua definição já pressupõe a exclusão da diferença do outro em relação ao que ele não é, quando definido em relação ao “eu”, aos indivíduos do meu grupo.

Desse modo, os Estudos Críticos de Segurança contestam o domínio do Estado como objeto referente central da disciplina, buscando uma maior inserção de temas na agenda de segurança. Porém, a simples inserção de novos temas na agenda não implica em uma abordagem crítica da segurança, pois novos temas podem ser inseridos sem interferir na

¹⁷ Sobre a transposição da lógica Hobbesiana para a arena internacional é interessante citar um trecho do artigo de Michael Williams, “Hobbes and International Relations: A Reconsideration”, de 1996: “...if states are identical to Hobbesian individuals – that is, if the purported anarchy of international relations relies upon direct analogy to Hobbesian political theory – why does not the move to an international Leviathan also follow directly? Conversely, if it is argued that states-as-Hobbesian-individuals would not contract globally because none could trust the others, then the initial construction of the Hobbesian contract must also be cast in doubt; and it is upon that contract that the whole of the rational-choice analysis of the creation of the international anarchy is premised”.

maneira como a segurança é conceptualizada, sem propor uma reflexão mais profunda sobre o quadro conceitual em questão, e mantendo o método militar como resposta, ainda que anacrônica a essas novas questões. Redefinir a agenda de segurança é também redefinir o conceito de segurança.

Jef Huysmans (1998) discorre que é necessária uma maior reflexão acerca do significado da segurança, para não restringir as mudanças no campo somente à inserção de novos temas na agenda, pois para ele ainda existe uma falta de interesse acerca do conceito de segurança. Para este autor o conceito de segurança é a agenda em si, o que significa que explorar o significado da segurança é sinônimo de desenvolver a própria agenda de segurança, e não uma ferramenta que ajudaria na formulação desta (HUYSMANS, 1998).

Autores neo-realistas, como Setephan Walt, reconhecem a existência de problemas que não estão ligados à lógica militar e que podem afetar os indivíduos e os Estados, demandando atenção das autoridades, mas afirmam que os inserir na agenda de segurança seria um erro, pois esvaziariam o conceito de segurança. Uma vez que todos os problemas são questões de segurança, esta correria o risco de tornar-se sem sentido, como fica claro na seguinte passagem:

Because nonmilitary phenomena can also threaten states and individuals, some writers have suggested broadening the concept of 'security' to include topics such as poverty, AIDS, environmental hazards, drug abuse, and the like (Buzan, 1983; N. Brow, 1989). Such proposals remind us that nonmilitary issues deserve sustained attention from the scholars and policymakers, and that military power does not guarantee well-being. But this prescription runs the risk of expanding 'security studies' excessively; by this logic, issues such as pollution, disease, child abuse, or economic recessions could all be viewed as threats to 'security'. Defining the field in this way would destroy its intellectual coherence and make it more difficult to devise solutions to any of these important problems (WALT, 1991:213).

A ampliação da agenda, inserindo novos temas como o meio-ambiente, a miséria e a imigração, por exemplo, não necessariamente traz uma contribuição crítica e diversificada para a matéria de segurança internacional, porque muitas vezes essas novas ameaças são pensadas dentro da lógica da segurança nacional; isto é, o meio-ambiente seria responsável por guerras entre unidades políticas na busca de maiores recursos para suas populações, ou até mesmo um conflito na qual a água seria o problema central; no caso da miséria, esta faria grandes contingentes populacionais se deslocarem na busca de melhores condições de vida, o que geraria represálias por parte dos Estados mais ricos.

Em suma, apesar da diversificação dos temas na agenda de segurança, ainda corre-se o risco de se pensar esta em termos tradicionais, pois a degradação ambiental desencadearia

conflitos interestatais violentos, o que não desafia a maneira como o objeto da segurança é construído. Essa rigidez na forma de lidar com as novas ameaças deve-se em grande medida ao estreitamento da disciplina de segurança no quadro da Guerra Fria, que se tornou estritamente militarizada. O objeto da segurança era tratado – e ainda o é dentro da lógica neorealista – como pré-existente, como dado, existindo uma separação radical entre a ameaça e o objeto, no qual os interesses estatais já estão formulados fixamente (KRAUSE, 1996).

No que se refere à inserção do meio-ambiente como tema na agenda de segurança, Daniel Deudney compreende que existe a possibilidade dos recursos naturais se tornarem fonte de conflitos e guerras futuras, mas acredita que a probabilidade de que isso ocorra é muito pequena. Deudney discorre que devido ao fato da figura estatal e das guerras intra-estatais estarem sempre no centro do mundo político e da geopolítica, existe uma forte convergência em torno de pensar-se o meio-ambiente em termos de segurança nacional, tentando encaixar os possíveis conflitos por recursos naturais em moldes de guerras intra-estatais (DEUDNEY, 1990).

Deudney aponta que o foco da segurança nacional, a violência interestatal, não possui nenhuma relação com os problemas ambientais e muito menos com a maneira como esses devem ser solucionados. Para este autor, existem três motivos pelos quais não é provável que a degradação ambiental ocasione guerras intra-estatais: a primeira razão é que com o incremento nos fluxos comerciais que facilitam as trocas mundiais, a possibilidade da dependência dos Estados para com recursos naturais como ameaça à sua soberania política e segurança militar não mais existem; o segundo motivo é que as chances de uma guerra ser travada tendo como causa disputa por recursos naturais são ínfimas, pois segundo Deudney, os Estados não se arriscariam, na atualidade, em uma guerra de conquista, uma vez que o custo de subjugar uma população inteira seria muito alto e afetaria enormemente a consciência nacional; e a terceira razão seria o fato da humanidade ter chegado na “era em que tudo pode ser substituído”¹⁸, momento em os complexos industriais são capazes de transformar qualquer recurso em tudo o que precisemos, e para tal ele cita alguns como o ferro, o silicone, hidrocarbonetos e o alumínio como sendo matérias abundantes e passíveis de serem encontradas em todo lugar e convertidas em tudo que os homens precisam (DEUDNEY, 1990).

Os fundamentos da segurança nacional seriam, então, incompatíveis com os valores universais e comunitários que estão ligados às organizações não-governamentais e àqueles

¹⁸ “Age of Substitutability”.

que procuram proteger o meio-ambiente contra a degradação, todavia, esta visão de Daniel Deudney é passível de contestação não só por teóricos da segurança nacional, como também por alguns teóricos críticos que poderiam considerá-la demasiadamente utópica e não correspondendo a realidade do mundo atual. Além disso, essa abordagem não propõe uma reconceptualização do conceito de segurança e com isso acaba por não apontar uma alternativa para como os problemas ambientais devem ser tratados de modo a não desencadear conflitos intra-estatais, em linhas gerais, Deudney é contra o processo de *securitização* do meio-ambiente.

Pode-se, assim, afirmar que os estudos críticos de segurança, ao contrário das abordagens tradicionais, irão se ocupar das questões de “como?” o objeto foi constituído tendo como referência “quais?” ameaças, já que entende todo o processo das relações internacionais como socialmente construído e não como um sistema estático no qual até mesmo as identidades são tidas como fixas. A questão central aqui é como o objeto da segurança é construído, ou, mais precisamente, como ele deveria ser construído em uma realidade Pós-Guerra Fria? A resposta a essa pergunta só pode surgir por meio de uma nova epistemologia interpretativa e uma ontologia da segurança que leve em consideração não somente as capacidades materiais, mas também o papel das idéias, da cultura e dos interesses como constituidores de um novo objeto para a segurança.

Alguns autores adoram uma postura diferente no que se refere à ampliação da agenda de segurança e na redefinição do objeto central desta, como é o caso de Barry Buzan que se autodefine como um *widener* e não de um teórico crítico da segurança, buscando diferenciar-se deste último (BUZAN, 1997). *Wideners* é assim que são chamados os autores que são partidários de uma agenda de segurança com uma maior diversidade de temas, mas que não buscam uma reconceptualização do conceito de segurança. Nas palavras do próprio Buzan:

I am a widener, but have been skeptical about the prospects for coherent conceptualization of security in the economic and environmental sectors. I have argued for retaining a distinctively military sub-field of strategic studies within a wider Security Studies (BUZAN, 1997:21).

Repensar o objeto central da segurança envolve também a complexa delicada relação entre estudos de segurança e estudos estratégicos, pois durante a Guerra Fria a segurança era pensada em termos de estudos estratégicos e agora, com a influência pós-positivista no campo das relações internacionais e o surgimento de novas ameaças, busca-se pensar em uma área mais ampla de segurança internacional na qual estariam inseridos os estudos estratégicos

como subárea, de modo que o foco militar permaneceria neste último, permitindo um alargamento na agenda da segurança.

Nos Estudos Críticos de Segurança existe a intenção de colocar o indivíduo como objeto referente central, tirando assim o enfoque do Estado soberano, porque a segurança é uma condição usufruída principalmente pelos indivíduos, de modo que eles devem ter primazia no momento de se pensar o referencial sobre o qual esta ameaça está sendo construída, além disso, concentrar-se na segurança do indivíduo torna visível o seu conflito com a segurança estatal (KRAUSE; WILLIAMS, 1997).

Ao colocar-se o indivíduo como objeto central da segurança, tem-se a mudança conceitual necessária para se submeter o Estado ao escrutínio de suas instituições. Nessa perspectiva, abre-se caminho para de três modos de análise distintos, porém complementares: o indivíduo enquanto pessoa; o indivíduo como cidadão; e o indivíduo como objeto da segurança (KRAUSE; WILLIAMS, 1997).

É importante, contudo, ter em consideração o fato de que os indivíduos devem ser estudados levando-se em conta seu contexto histórico e social, tomando o cuidado de não tratá-los como sujeitos abstratos e principalmente, compreender que o Estado não é a única fonte de segurança para com seus cidadãos, pelo contrário, muitas vezes ele não só é a fonte maior de inseguranças, como não se apresenta de maneira legítima perante seus cidadãos.

O indivíduo enquanto pessoa levanta discussões acerca do papel do Estado como garantidor e promotor dos direitos humanos, uma vez que essa instituição possui o poder de promover a segurança de seus membros. A proteção da comunidade de indivíduos dentro de um Estado, porém, nem sempre conta com o apoio deste, o que vai trazer a tona o choque entre os direitos do cidadão e os direitos humanos para com atitudes arbitrárias dos Estados, como por exemplo, a tortura, prisões arbitrárias, supressão de nacionalismos e conflitos étnicos entre outros (KRAUSE; WILLIAMS, 1997).

O indivíduo como cidadão traz uma contribuição central para os estudos de segurança e que tem sido obscurecido pelo pensamento neorealista: o Estado, na grande maioria das vezes, é a fonte de insegurança de seus próprios cidadãos, e não os agentes externos como tem sido proclamado pelos neo-realistas. Os Estados que surgiram ao final da Segunda Grande Guerra mundial ainda se encontram em um processo de *state-building*, no qual muitas de suas instituições não estão totalmente consolidadas, abrindo caminhos para incertezas políticas, instabilidade social e conflitos entre as diferentes etnias e segmentos sociais que compõem esses novos Estados (AYOUB, 1997). Nos Estados do Terceiro Mundo o Estado foi forjado antecipadamente a um conceito ou sentimento de pertencimento a uma nação, sendo que a

grande maioria destes Estados não possui estruturas básicas que proporcionem uma vida digna aos seus cidadãos, e quando as reivindicações destes ameaçam a estabilidade do governo, a própria cidadania é usada como desculpa para ações repressivas e violentas dos governos sobre seus cidadãos.

A terceira abordagem do indivíduo é como objeto da segurança e compreende este como membro de uma comunidade global que partilha das mesmas normas e valores universais, o que permite um maior engajamento com temas globais, ou seja, permite uma maior interação com as novas ameaças que surgem em um mundo cada vez mais interdependente (KRAUSE; WILLIAMS, 1997). Questões como o meio ambiente, a pobreza, a fome e a imigração quando compreendidas tendo como referência o indivíduo – como sendo situações capazes de infligir danos ao indivíduo, ou até mesmo gerar grandes catástrofes que atinjam toda a humanidade – impelem uma reorientação ao objeto da segurança. A segurança passa a ser pensada tendo como referencial a salvaguarda do indivíduo e não do Estado, porém não se deve deixar de lado o potencial de violência que pode ser gerado por meio de conflitos interestatais.

O indivíduo como objeto referente central traz para os estudos de segurança análises relacionadas a questões de identidade e comunidade, uma vez que o indivíduo não pode ser analisado sem ter em conta essas duas questões, caso contrário corre-se o risco de lidar-se com um sujeito abstrato, sem relação nenhuma com o meio a qual pertence.

Individual security cannot be severed from the claims of group and collective structures within the claims of group and collective structures within which individuals find their identity and through which they undertake collective projects (KRAUSE; WILLIAMS, 1997:44).

Desse modo, para se repensar o objeto da segurança faz-se necessário, um aprofundamento e um alargamento do conceito de segurança, o que Krause chama de “*broadening and deepening*”, para que se possa compreender quem/ o quê está sendo tratado como objeto da segurança e em relação à quais ameaças esse objeto é pensado. (KRAUSE; WILLIAMS, 1997). Para os Estudos Críticos de Segurança o objeto da segurança e a ameaça não podem ser entendidos separadamente, pois ambos são socialmente construídos e inseridos em contextos históricos, ou seja, o conceito de segurança também deve variar no decorrer do tempo, de modo a ter correspondência com as múltiplas realidades que se apresentam.

1.4. - A CONSTRUÇÃO DAS AMEAÇAS

Como foi apresentada anteriormente, a construção das ameaças está intimamente relacionada com o modo pelo qual o objeto da segurança é construído, isto é, para compreender o “como” dessas ameaças terem sido constituídas faz-se necessário uma interpretação partindo de uma realidade dinâmica e plural. Com isso, intenta-se romper com visão de mundo neo-realista, que concebe o mundo a nossa volta como um sistema estático e que deve ser encarado objetivamente, no qual as ameaças são oriundas do sistema de auto-ajuda que surge da política de poder entre as nações.

É importante reiterar que esse movimento no sentido de tratar a realidade como socialmente construída, só é possível por meio de mudanças epistemológicas e ontológicas na maneira de se estudar a disciplina. Romper com o positivismo, esse é o passo principal para o entendimento da questão aqui desenvolvida e esta ruptura leva, conseqüentemente, a uma nova ontologia da segurança internacional. Porém é importante ressaltar que os teóricos críticos não são radicalmente contra a objetividade, pelo contrário, eles entendem que certo grau de objetividade é importante, mas que esta não deve ter primazia e muito menos anular o papel da intersubjetividade.

“Positivist thinking has informed many approaches in International Relations, including Peace Research as well as Realism, so it is not the prescriptions that have been at issue, but the method (BOOTH, 2007:376.)”.

Segundo Steve Smith (1996:568), a disciplina de relações internacionais tem sido dominada pelo positivismo há mais de 40 anos, o que trouxe como consequência a aplicação de métodos das ciências naturais para a disciplina, de modo que ela passou a orientar-se por um comprometimento com a visão unificada da ciência, o que pode ser observado no fato de os grandes debates nas relações internacionais (realismo *vs.* idealismo, tradicionalismo *vs.* behaviorismo, transnacionalismo *vs.* estadocentrismo) não terem discutido questões epistemológicas. Contrariamente a Booth, para Smith, a questão não é a da aplicação do positivismo enquanto método nas teorias de relações internacionais, mas o fato deste haver determinado o que deve ser estudado, porque determinou o que poderia existir nas relações internacionais (SMITH, 1996:568):

[...] positivism’s importance has been not so much that it has given in theory a method but that its empiricist epistemology has determined what could be studied because it

has determined what kind of things could be studied because it has determined what kind of things existed in IR.

O positivismo na teoria de relações internacionais erigiu-se como padrão sob o qual as demais teorias críticas da disciplina devem ser julgadas, isso significa dizer que uma teoria crítica é julgada pelos seus críticos baseada nos pilares racionalistas das teorias tradicionais, uma vez que estas ainda predominam no *mindset* acadêmico. As teorias que buscam abordagens alternativas, tanto das relações internacionais quanto da segurança internacional, serão analisadas tendo como critério de análise o quão bem elas respondem às questões e problemas do pensamento tradicional.

O positivismo pode ser dividido em três vertentes, sendo que a terceira é a que imprimiu uma maior influência nas relações internacionais. A primeira vertente desenvolvida por Auguste Comte, no século XIX, e que foi responsável pela criação do termo positivismo, acreditava que o conhecimento passaria por três estágios, o teológico, o metafísico e o conhecimento positivista que seria norteado por leis causais, possuindo uma concepção científicista e organicista da sociedade (SMITH, 1996:571). Esta visão possuiu uma grande influência no pensamento sociológico do século XIX, em que havia uma constante busca por leis universais que regessem a sociedade como um todo, como um organismo, daí a qualificação de organicista, por conceber a sociedade como um organismo vivo nos moldes das ciências naturais.

A segunda variante do positivismo é conhecida como positivismo lógico, na qual o trabalho de David Hume sobre o conhecimento empírico – a empiria que é um conhecimento *a posteriori*, isto é, captado por meio da realidade, significando que a verdade advém da observação – possui forte influência. Esta segunda variante que emergiu no começo do século XX e que ficou conhecida como Círculo de Viena acreditava que a ciência era a única forma de conhecimento, de maneira que nada que estava fora do alcance do conhecimento científico poderia ser conhecido (SMITH, 1996:571).

A terceira vertente do pensamento positivista, e que segundo Smith (1996) predominou nos últimos 50 anos da disciplina de relações internacionais, emergiu da segunda corrente conhecida como positivismo lógico e pode ser sintetizada com base nas seguintes características: o logicismo que pressupõe que conhecimento objetivo se enquadre dentro da lógica dedutiva; a verificação empírica, isto é, a possibilidade de verificação e falsificação das variáveis como confirmação da sua cientificidade; a distinção entre observação e teoria em que a observação deve acontecer de maneira neutra; e o por último a influência da teoria da

causalidade humeniana que postula que o estabelecimento de relações causais é um meio de se chegar à relação invariável entre os eventos que se observa (SMITH, 1996:2).

O enfoque empírico aparece como o ponto principal da metodologia positivista, e que na procura por um conhecimento baseado na observação dos fatos e em sua verificação e falsificação, acaba por não abrir caminho para nenhum tipo de conhecimento *a priori* que é independente da experiência, ou seja, as operações do intelecto, da mente, não possuem relevância na epistemologia empiricista.

Para Smith (1996) é esta epistemologia empiricista o problema do positivismo, pois para este autor, as teorias de relações internacionais deveriam desenvolver-se sem as restrições do empiricismo que acabam por separar a interpretação dos fatos. A interpretação, segundo este autor, sempre envolve algum tipo de percepção relacionada a uma ou mais teorias, além de todo o arcabouço cultural do observador. E nesse sentido, ele aponta para o fato de o positivismo atualmente ser muito criticado enquanto metodologia, e em contrapartida não serem desenvolvidos estudos sobre o que o positivismo realmente é, e o que ele representa para o estudo das relações internacionais.

O positivismo não tem sido muito bem definido dentro da disciplina de relações internacionais, de modo que muitos se utilizam do termo sem terem em consideração suas raízes filosóficas e sociológicas, sendo que dentro da disciplina o termo positivismo tem sido aplicado de três maneiras: a) positivismo enquanto epistemologia; b) positivismo enquanto metodologia; c) positivismo como behaviorismo (SMITH, 1996:586). Os pressupostos positivistas têm produzido grandes conseqüências ontológicas na disciplina, entre elas, a de promover a curiosidade pelo o que seria o chamado pós-positivismo.

Thus the methodological aspects of positivism can be rejected as unduly quantitative or behaviouralist, but doing so does not mean that positivism's epistemological basis, and thereby its range of possible statements about what exists (its ontological realm), are also rejected. Positivism-as-methodology may be rejected but all too often positivism-as-epistemology continues to play same role as before (SMITH, 1996:588).

Ao desenvolver seu estudo sobre o positivismo, Smith (1996:574) aponta que a ontologia e a epistemologia não podem ser concebidas separadamente, para ele a epistemologia determina o que pode ser aceito ontologicamente e esta afeta o que aceitamos epistemologicamente. É nesse sentido que Smith vai afirmar que não acredita em uma abordagem pós-positivista das relações internacionais, mas sim em várias devido as suas diferenças e proximidades, o que as podem tornar complementares ou excludentes, sendo que

estas se norteariam pelas seguintes epistemologias: o realismo científico, a hermenêutica, a Teoria Crítica e o feminismo.

Entender o desenvolvimento do positivismo nas relações internacionais e na subárea de segurança internacional é importante porque demonstra como a disciplina constituiu-se, e assim entender os processos que existem por detrás da construção do objeto da segurança, da definição das ameaças, das relações dentro do dilema de segurança e como estas podem ser superadas, pois a partir do momento em que se conhecem os elementos fundacionais do conhecimento que permeia a teoria tradicional de segurança consegue-se compreender quais as mudanças necessárias para uma redefinição do conceito de segurança. Ao alcançar o entendimento sobre em quais pilares a segurança deve ser reconceptualizada, têm-se as ferramentas para buscar uma mudança no modo como o caráter das ameaças deve ser pensando, mudando o foco para epistemologias pós-positivistas, que em que se pesem as diferenças, dão grande destaque para o papel das idéias e da intersubjetividade no processo cognitivo.

Compreender as intenções que construíram e fomentaram a criação das ameaças é para um teórico crítico da segurança entender que estas estão inseridas em contextos históricos, políticos, sociais e culturais, dos quais não podem ser separadas e principalmente, que estão relacionadas ao papel das idéias enquanto agentes geradores de interesses. A realidade para esses autores é uma construção social, de maneira que a estrutura social não é formada, somente, por capacidades materiais (desenvolvidas pela epistemologia empiricista), pelo contrário, esta também é constituída por idéias e valores comuns que geram práticas, expectativas e conhecimentos compartilhados, além de possuírem elementos e entendimentos subjetivos. Isso significa que a capacidade de um Estado em mobilizar recursos para a aplicação da violência em larga escala não é o ponto mais importante para se analisar a construção das ameaças, mas sim o que existe por detrás dos fatos, o que os motivou, o que ocasionou esta maior mobilização de recursos para a guerra e não para outro fim como, por exemplo, a cooperação.

Dessa maneira, as ameaças não surgem apenas das capacidades materiais de um Estado, devendo-se levar em consideração o modo como este se relaciona no sistema internacional, bem como as suas intenções e ações, e as das outras unidades estatais, entre outros fatores. Os estudos críticos de segurança partem do princípio de que conhecendo as construções sociais que dão forma às ameaças é possível construir respostas e métodos mais eficazes e atuais para lidar com estas, pois a ameaça, e a resposta ao perigo, que esta imprime em um meio estão intimamente relacionadas.

Muitas pesquisas foram realizadas com intuito de mostrar como a ameaça soviética foi socialmente construída, durante a Guerra Fria, por meio de discursos que moldaram uma visão de uma ex-URSS como totalitária e aspirante ao poder em escala global, representando assim uma ameaça para as sociedades ocidentais (KRAUSE; WILLIAMS, 1997). Os teóricos críticos da abordagem tradicional da segurança afirmam que na construção da ameaça soviética, as capacidades materiais deste Estado na verdade não desempenharam nenhum papel expressivo, uma vez que não era possível saber qual eram as reais capacidades militares da Ex-URSS, os dados na verdade não passavam de especulações construídas dentro de uma ótica etnocêntrica, não havendo evidência empírica. Essas especulações acerca do arsenal do inimigo foram responsáveis por moldar os argumentos que se inter-relacionaram nos discursos que construíram a ameaça soviética.

Outro ponto bastante explorado por esses autores é sobre como, no período da Guerra Fria, a linguagem sobre o debate nuclear foi construída, *o nukespeak*, e como este debate foi capaz de tornar um tema tão delicado como as armas nucleares em um assunto comum, isto é, normalizou as políticas nucleares, assim como também permitiu que oponentes fossem subestimados, promovendo políticas nucleares particulares (KRAUSE; WILLIAMS, 1997). O poder do discurso tem sido subestimado pelos autores neorealistas e neoliberais que na perspectiva dos estudos críticos de segurança, não conseguem apreender o papel deste na configuração das ameaças, e isso se deve a rejeição destes ao poder e papel que a interpretação representa na produção do conhecimento.

The neglect by neorealist security studies of the crucial role that interpretation plays in their own arguments and the implications this has for their claims to objectivity is difficult to explain, except, perhaps, by the eagerness to gain the disciplining power conveyed by the mantle of science (KRAUSE; WILLIAMS, 1996:248).

Ao contrário desta perspectiva neorrealista dos estudos de segurança, os teóricos críticos desta abordagem querem quebrar com essa busca incessante pelo o manto da ciência que traz consigo as epistemologias do objetivismo, naturalismo¹⁹, empiricismo e behaviorismo e que são veementemente renegadas pelas abordagens pós-positivistas. Desse modo, os estudos críticos de segurança voltam suas pesquisas para as questões de “como” e

¹⁹ Smith aponta para a existência de dois tipos de naturalismo, o fraco e o forte: “... *the strong view is that there is no fundamental difference between the social and the ‘natural’s worlds; the weaker version is that despite differences between the two realms the methods of natural sciences can still be used for the analysis of the world. In international relations an example of strong version might be the view that the international system is in essentially the same as the systems of the natural world; the weaker version is illustrated by the claim that scientific methods can be used to understand the belief of decision-makers even though this does not mean that these beliefs follow some (strong) laws of behaviour*” (SMITH, 1996:572).

“por que” essas ameaças foram construídas, e principalmente tentam compreender a construção social das ameaças dentro de cada contexto histórico com o intuito de propor cenários alternativos para o passado e futuro.

Os teóricos críticos da segurança querem saber como as coisas poderiam ter sido diferentes se as escolhas políticas fossem outras. Porém, essa reconsideração e reinterpretação do passado na busca por cenários alternativos não deve ser compreendida em termos de nostalgia do que poderia ter sido e não foi, uma vez que existe uma grande preocupação com os processos políticos pelos quais essas práticas foram constituídas e poderiam ser modificadas.

1.5 - ALTERNATIVAS PARA O DILEMA DE SEGURANÇA.

Os estudos críticos de segurança buscam por meio da pesquisa, da relação entre teoria e prática, criar alternativas para o dilema de segurança dos realistas que fazem com que as relações internacionais sejam representadas em moldes de um jogo de soma zero, uma vez que os Estados, nesta perspectiva, relacionam-se em uma ordem anárquica tentando sempre maximizar seu poder para contrabalancear o de um possível inimigo. O dilema de segurança acaba por representar o sistema internacional com uma constante luta pela sobrevivência, em um cenário de constante insegurança, de auto-ajuda.

A Guerra Fria com seu frágil equilíbrio de poder entre as duas grandes superpotências é apontada, pelos estudos críticos de segurança, como responsável pela estagnação atemporal dos estudos de segurança que se refletem na contemporaneidade pela presença do dilema de segurança como peça central das relações de poder. Na lógica armamentista da Guerra Fria fazia sentido pensar-se em um jogo de poder em que o possível ganho de uma das superpotências representaria uma grave ameaça e retrocesso para a outra rival.

Contudo, é importante compreender que esta situação correspondia a determinado contexto histórico, diferente do atual, em que as relações internacionais contam com a participação de inúmeras nações, além de inúmeros novos atores transnacionais de destaque como, por exemplo, as redes terroristas que conseguem disseminar terror em proporções antes inimagináveis, configurando-se como uma das novas ameaças não somente ao Estado, mas principalmente à população civil que é na maioria das vezes o seu principal alvo. Quando se pensa em terrorismo, em células terroristas e a sua permeabilidade entre as fronteiras, é difícil pensá-lo dentro do dilema de segurança, uma vez que não envolve ações diretas entre os Estados.

Em que pese o fato do dilema de segurança ter possuído uma razão de ser dentro da Guerra Fria, muitos teóricos críticos afirmariam que tanto esta quanto aquela foram construções sociais de sua época, criadas por meio não só de discursos mas também de decisões políticas, e por isso podem e poderiam ter sido pensados de maneira diferente. Com o término da Guerra Fria o grande desafio da disciplina de relações internacionais foi recontextualizar o dilema de segurança (ROE, 2000:374).

Para Paul Roe (2000) o ponto é que muitos autores esquecem-se do elemento central do dilema da segurança: a falha na percepção, o que faz com que muitas análises do dilema de segurança sejam restritas, isto é, o Estado, seu dirigente, falha na sua percepção das reais intenções do Estado vizinho, em grande medida, porque se condiciona pensar que os outros agirão em acordância com nossos padrões de comportamento. Ao tentar interpretar as ações do Estado vizinho, na grande maioria das vezes não se pode saber ao certo se estas são orientadas para fins defensivos ou ofensivos, o que caracteriza o elemento de incerteza no dilema da segurança.

Na perspectiva dos teóricos críticos, essa necessidade de contrabalançar o poder do Estado vizinho por meio do aumento de seu arsenal bélico leva ao processo da espiral, tão característica da Guerra Fria em que cada Estado aumentava seu armamento baseando-se nas movimentações do Estado rival, nesse caso EUA e ex-URSS. Os Estados não precisam necessariamente aumentar seus recursos materiais com vistas a contrabalançar o poder do Estado vizinho, pois para os teóricos críticos existem alternativas que podem levar à cooperação entre estes, reduzindo o possível prejuízo oriundo de políticas ofensivas.

Para os autores da segurança, existem novas abordagens que conseguem fazer uma contribuição no sentido de melhorar o dilema de segurança entre os Estados, porém ainda permanecem em um quadro conceitual neorealista, sem representar nenhuma superação da política de poder (KRAUSE, 1998b). Na abordagem crítica da segurança, os teóricos que permanecem dentro da ótica neo-neo não conseguem compreender a superação deste dilema, e muito menos por meio da cooperação entre as unidades estatais, pois muitos não aceitam a idéia de que Estados agindo dentro de uma perspectiva realista possam cooperar, mesmo que esta cooperação seja uma estratégia orientada para evitar o prejuízo que seria oriundo da não-cooperação.

A cooperação por ser sustentada em conhecimentos compartilhados e expectativas mútuas pode aparecer como configuradora de um sistema internacional mais pacífico e em que o resultado das políticas estatais não aparece somente como negativo, mas sim somando ao todo da sociedade internacional por meio da criação de valores comuns e universais.

Contudo, para que seja possível a criação de valores comuns na sociedade de Estados, é preciso criar mecanismos orientados a promover o compartilhamento de conhecimento e expectativas, funcionando como um canal aberto ao diálogo entre as nações, o que poderia, por exemplo, ser atingido por meio de uma reforma do Conselho de Segurança da ONU que até os dias atuais apresenta-se com a mesma configuração atemporal do pós-Segunda Grande Guerra Mundial.

Desse modo, os estudos críticos de segurança apontam para a necessidade de uma sociologia da segurança internacional que leve em conta questões tais como a identidade, a cultura, a linguagem, entre outros aspectos sociais que são tomados como dados pelos estudos tradicionais de segurança – não variáveis – bem como o tempo e o espaço no qual estão inseridos. Assim, essa nova perspectiva dos estudos de segurança traz contribuições para a subárea de segurança ao propor uma nova agenda, bem como as ferramentas pelas quais o conceito de segurança deveria ser reconceptualizado e conseqüentemente, a possibilidade da criação de alternativas mais humanas e inclusivas para os antigos dilemas estratégicos dos Estados.

CAPÍTULO II

2 - ESTRATÉGIA E ETNOCENTRISMO: O INÍCIO DA MUDANÇA.

No primeiro capítulo explorou-se os estudos críticos de segurança enquanto novo campo de conhecimento na subárea de segurança internacional, apontando as reorientações propostas para a disciplina, por meio da agenda de segurança proposta por Krause (1998) e que coloca em destaque a necessidade de se repensar o objeto da segurança, de compreender como ocorre a construção das ameaças, assim como o imperativo de se trabalhar e de se buscar novas alternativas para o dilema de segurança. Os estudos críticos de segurança tentam trazer a tona uma nova maneira de se estudar a subárea de segurança internacional, e conseqüentemente a grande área de relações internacionais, propondo para isso mudanças na epistemologia, ontologia e metodologia da disciplina.

Um ponto importante discutido no capítulo anterior foi à maneira como o positivismo tem sido mal definido dentro da disciplina de relações internacionais, o que traz conseqüências para a maneira como a segurança é pensada, pois muitas vezes o positivismo é confundido como ao mesmo tempo sendo a epistemologia e o método, sem levar em considerações as implicações filosóficas que existem ao se relegar o papel do empirismo, da racionalidade e do pragmatismo enquanto possíveis epistemologias de análise positivista. Desse modo, o pensamento positivista tem sido de certa maneira generalizado dentro da área estudos críticos de segurança que ao propor uma ou mais abordagens pós-positivista (SMITH, 1996), não desenvolve debates acerca das propostas do positivismo tomadas em contrapartida às propostas de uma epistemologia pós-positivista. De modo que as críticas são realizadas de maneira superficial e esparsas, não atingindo os fundamentos da disciplina, e em alguns casos, como os pós-modernistas e pós-estruturalistas, proclamando-se como anti-fundacionais, o que traz sérias implicações epistemológicas e ontológicas.

Nessa tentativa de se desenvolver um novo método para se estudar a segurança, a vertente Estudos Críticos de Segurança, com letra maiúscula por estar intimamente relacionada ao desenvolvimento da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, também conhecida como Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança ou Escola de Aberystwyth, é o objeto de estudo central dessa dissertação. Os autores de Aberystwyth buscam desenvolver uma nova concepção da segurança por meio da adoção de uma epistemologia baseada na Teoria Crítica, e principalmente no trabalho desenvolvido por Jürgen Habermas sobre ação comunicativa. Contudo, como escola de pensamento esteve sujeita ao processo de evolução e ruptura

intelectual de um de seus principais autores: Ken Booth. A obra de Booth é marcada pela mudança do paradigma realista das relações internacionais para a abordagem proposta pela Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e da teoria crítica das relações internacionais.

O arcabouço conceitual da Escola Galesa confunde-se em grande parte com o desenvolvimento da obra de Ken Booth, seu autor de maior destaque. O pensamento de Booth é uma constante ruptura com os valores e pressupostos tradicionais da segurança internacional, configurando-se em uma instigante transposição de paradigmas, uma vez que o próprio autor reconhece suas rupturas por meio de um texto autobiográfico: “*Security and the Self: Reflections of a Fallen Realist*”, de 1994.

Na obra de Booth, destaca-se o seu auto-reconhecimento das mudanças imprimidas na sua maneira de pensar as relações internacionais e a disciplina de segurança, uma vez que este autor sempre busca indicar em seus textos as influências intelectuais e pessoais que permearam seu desenvolvimento acadêmico até chegar à sua Teoria Crítica da Segurança Mundial, no livro *Theory of World Security* (2007) que é o maior estudo desenvolvido, até o momento, sobre os Estudos Críticos de Segurança.

Segundo Booth (2007), o desenvolvimento de sua Teoria Crítica da Segurança tem suas origens em seu livro *Strategy and Ethnocentrism*, publicado em 1979, em que o autor começa a esboçar a sua preocupação sobre como as percepções que temos com relação aos outros, que julgamos dentro de nosso referencial histórico-cultural, pode impactar tanto negativamente como positivamente na estratégia militar. No momento em que Ken Booth elabora seu trabalho sobre etnocentrismo, discorrendo sobre como este tem influenciado nos cálculos e decisões estratégicos, é importante notar que o autor encontra-se em um quadro de análise realista.

Sobre a importância de ter aplicado o termo etnocentrismo ao campo da segurança e sobre a relevância que este teve enquanto elemento catalisador das mudanças futuras em sua maneira de conceber uma teoria da segurança internacional é interessante citar um trecho de dos agradecimentos de Ken Booth no livro *Theory of World Security* (BOOTH, 2007: xvii-xviii):

In 1975 I came out of a panel at the ISA Annual Convention in Toronto having presented a paper entitled ‘Strategy and Ethnocentrism’. It was a very long paper in a very small panel. The other presenter did not show, nor did the chair. The audience was three strong. As I was leaving, the peace researcher Charles Chatfield said: ‘You have given yourself a thirty-year project to work on’. In the course of writing this book, I have come to realize that the attempt in this book to construct a critical theory of world security is indeed a culmination of that concern long ago with the perils of allowing world politics and military strategy to be dominated by the views of those

peoples who are convinced that the beliefs they inherited from their own patch of earth are truer, better, and more important than those people from other places.

Nesse sentido, como o objetivo deste trabalho é mostrar a evolução da chamada Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança, apontando como seus argumentos e pressupostos teóricos foram desenvolvidos até culminar em uma Teoria Crítica da Segurança Mundial, este capítulo irá desenvolver uma explanação sobre o que é o etnocentrismo na estratégia, na obra de Booth. Buscar-se-á, também, indicar a presença dos elementos tradicionais da segurança no pensamento desse autor, bem como a relevância de alguns pensadores estratégicos nessa primeira obra que marca o caminho de rupturas até se chegar aos Estudos Críticos de Segurança.

2 1 - OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS.

Os Estudos Estratégicos conquistaram um papel de destaque entre as décadas de 50 e 80, período este em que as relações internacionais foram marcadas pelo o que se convencionou chamar de Guerra de Fria, pois foi um período em que o sistema internacional foi dividido entre as duas superpotências da época, os EUA e a ex-URSS. O fato de essas duas superpotências possuírem um grande arsenal nuclear, e de que a incerteza do dilema de segurança permear suas relações fez com que os cálculos e ações estratégicas tivessem grande relevância nesse cenário. É importante lembrar que se existe um dilema de segurança entre dois ou mais Estados, é porque persiste o elemento da incerteza na expectativa das ações dos Estados bem como o da percepção errônea sobre o real significado das movimentações do Estado vizinho, seja ela de caráter ofensivo ou defensivo.

Enquanto permaneceram em voga no cenário da Guerra Fria, os Estudos Estratégicos retiraram a atenção de outros temas importantes das relações internacionais, como a política econômica internacional, os direitos humanos, entre outras subáreas da disciplina. Com o término da Guerra Fria e a ênfase dada as trocas oriundas do processo da globalização, muito se têm discutido sobre a importância da força militar nos dias atuais e até mesmo sobre como elas deveriam ser repensadas.

A estratégia pode ser definida como o emprego da força militar, da violência, para fins políticos, de modo que se faz necessário não somente o conhecimento do processo político, como também das operações militares, pois a estratégia é responsável por fazer a conexão entre metas políticas e meios militares (BAYLIS, 2001:3). Sendo assim, a estratégia está intimamente ligada à organização militar e conseqüentemente ao pensamento militar, de

maneira que a sua aplicação pode envolver a mobilização de grandes recursos por parte de uma nação com vistas a deter o poder o Estado definido como inimigo.

Raymond Aron aponta que a melhor definição de estratégia é a desenvolvida por Carl von Clausewitz²⁰ em que este a define como sendo a do ensino da utilização dos combates em função da guerra, como objetivo (ARON, 1985: 536). Um aspecto interessante da discussão de Aron sobre a estratégia é o seu reconhecimento de que a utilização desta nas ciências sociais veio a adquirir um significado mais amplo do que quando aplicada estritamente aos meios militares, e que nesse sentido, ampliado, a estratégia coincide com a política, uma vez que não significaria, necessariamente, a confrontação direta entre os atores, mas sim ações norteadas por cálculos racionais (ARON, 1985: 536):

O termo estratégia assumiu, nas ciências sociais e até mesmo na linguagem corrente, uma extensão muito ampla. Evoca-se, por exemplo, a ‘estratégia’ de uma firma, a ‘estratégia’ do desenvolvimento, da desvalorização da moeda; em todos esses casos se entende, ao meu ver, uma série de decisões, mais ou menos previstas pelo ator e ordenadas num plano relativamente fixo e coerente, ficando implícito que o ator tem diante de si não uma matéria inerte, porém homens ou grupos cujas reações (racionais ou irracionais) precisa apreender, quando determina as grandes linhas de sua ação.

Porém, Aron prefere uma definição que seja um meio termo entre a definição clausewitiziana mais restrita da estratégia e esta, anteriormente citada, das ciências sociais que segundo o autor abre uma brecha muito grande no estudo sobre a definição de estratégia (ARON, 1985:537): “... entenderia assim por estratégia a ação em que as regras efetivamente observadas não excluem o recurso à força militar”. Dessa maneira, a estratégia não seria definida apenas em termos do recurso ao arsenal militar, mas sim como uma ação orientada por fins políticos que, quando necessário, recorrer ia ao emprego da violência.

O que determina a estratégia, nessa perspectiva, é a política, de modo que a estratégia irá modificar-se em acordância com seus fins políticos, pois a estratégia seria a intersecção entre as considerações políticas e as considerações militares (ARON, 1986:169). Para Aron que escreve na década de 80, a estratégia nunca se dissociou de seu fim político.²¹

²⁰ “A aceção clássica, da estratégia considerada em oposição à tática, foi definida com perfeita clareza por Clausewitz: ‘A tática é o ensino do emprego das forças armadas no combate; a estratégia, o ensino do emprego dos combates em função do objetivo da guerra’” (ARON, 1985: 536)

²¹ “O pensamento estratégico nunca se separou do pensamento político. Contudo, enquanto o primeiro período do pós-guerra as armas nucleares, a corrida armamentista e o controle de armamentos constituíam o tema mais fascinante, mais promissor em novas idéias, o período atual abre outras perspectivas à pesquisa. Possivelmente o debate entre tradicionalistas e inovadores exprima, em que forma confusa, característica dos conflitos entre seitas acadêmicas, uma oposição autêntica – como se, depois de a teoria ter posto em evidência as conseqüências das armas nucleares e de essas armas terem sido parcialmente neutralizadas, o pensamento estratégico houvesse deixado absorver as novidades e retomasse a linha tradicional modificado, mas não

Segundo Baylis (2001:6) é importante compreender as bases filosóficas sobre aqueles que, como Aron, elaboram e escrevem discussões sobre a matéria de estratégia, sendo que estas estão profundamente relacionadas com a tradição do realismo político clássico e suas principais concepções acerca da natureza humana; da anarquia e do poder; das instituições, da moralidade e da lei internacional.

A visão da natureza humana, nessa perspectiva abordada por Baylis (2001:6), está intimamente relacionada à visão hobbesiana do indivíduo, em que o homem apresenta-se como ameaça potencial para o outro homem, possuindo por isso uma natureza humana má, pois apesar dos homens serem capazes de cooperar e de atos de generosidade, o egoísmo e o orgulho são inerentes ao ser humano, o que de acordo com essa abordagem é responsável pelos grandes conflitos da humanidade. Essa percepção de que as relações entre os homens são propensas ao conflito, faz com que as relações internacionais sejam percebidas como um sistema no qual a guerra e choque entre as nações predominam, e no qual a cooperação somente ocorre quando os interesses vitais do Estado estão em jogo.

Uma vez que a natureza humana é eminente bélica, logicamente, nessa perspectiva, os Estados irão tender para maximização constante de poder na esfera internacional, uma vez que esta, para os realistas, é um sistema anárquico no qual inexistente a possibilidade de se criar não somente um governo mundial, mas também instituições capazes de impor códigos morais aos Estados. Para os teóricos realistas, no sistema internacional de auto-ajuda, o poder é o que realmente importa para manter a segurança dos Estados, e estes sempre estarão orientados pela busca incessante do aumento de suas capacidades materiais. Quanto maior o poder de mobilização de recursos de um Estado, mais temido e respeitado ele será no sistema internacional, o que constituirá a linha tênue entre a paz e a guerra no sistema internacional.

Dessa maneira, no quadro referencial realista existe um papel muito limitado para o papel da razão, da lei e da moralidade, pois essas duas últimas são incapazes de constranger as ações dos Estados quando estes entendem que seus interesses nacionais encontram-se em jogo (BAYLIS, 2001:8). É por isso que as instituições internacionais, enquanto agentes capazes de promover valores universais que consigam frear o desencadear dos conflitos, não possuem papel relevante no realismo político. O interesse nacional, a soberania estatal, a defesa do território são, assim, pontos importantes na formulação estratégica, em que a ênfase principal é dada ao Estado enquanto ator, sujeito e objeto da segurança.

revolucionado: as conceitualizações, os esquemas, os estudos científicos das decisões quantificáveis não substituem a análise histórica das situações e a tomada de decisões à luz dos resultados científicos, mas não determinada por tais resultados” (ARON, 1985: 561).

Uma vez exploradas as bases filosóficas do pensamento estratégico, é também importante expor como os Estudos Estratégicos foram desenvolvidos e que segundo Betts (1997), podem ser definidos em dois ciclos: o primeiro que foi fomentado entre as décadas de 50 e 60 e com forte influência de Bernard Brodie, e o segundo que pode ser considerado como tendo início no final da administração de Nick Carter e que colocou um fim à lacuna ocasionada nos Estudos Estratégicos pelo resfriamento das tensões da Guerra Fria, que agora, no final do governo Carter voltavam à tona, fomentando os debates sobre estratégia.

Estes ciclos de Estudos Estratégicos nada mais são do que tentativas de se desenvolver uma melhor metodologia para se pensar a matéria, não é por lideram com questões relacionadas história e tecnologia militar que os Estudos Estratégicos não devem ter preocupações com o método sobre o qual o seu conhecimento é fundamentado. Ao longo do desenvolvimento desses ciclos de estudo é importante ressaltar o papel dos debates acadêmicos sobre o tema da estratégia, bem como do intercâmbio entre a academia e as instituições militares, em que se pese o fato dessas relações, em determinados momentos, serem norteadas por pré-conceitos e pré-julgamentos: *“Distaste for military studies sometimes comes from moral suspicions that it embraces war rather than attending to how abolish it [...] Most work in strategic studies is profoundly conservative, in the literal sense, because it is concerned with stability a value that privileges peace”* (BETTS, 1997:11). Os periódicos e jornais científicos, enquanto meios de debates e discussões sobre os temas de segurança internacional, também tiveram uma grande representatividade nas discussões sobre os Estudos Estratégicos.

O primeiro ciclo de Estudos Estratégicos é marcado pelo desenvolvimento de estudos sobre deterrence, escalada e estratégia nuclear, ou seja, estavam voltados para a ocorrência de um tipo de guerra menos provável: o da guerra nuclear que sempre foi pensada em um nível de abstração muito alto quando comparado com as revoluções, intervenções e operações de contra-insurgência típicas de um período de guerra (BETTS, 1997: 5). Com a crise dos mísseis em Cuba, em 1962, o foco dos estudiosos da estratégia foi deslocado para as guerras que ocorriam nos países do Terceiro Mundo, focando-se em operações de contra-insurgência (BETTS, 1997: 5).

Para Betts (1997), os trabalhos desenvolvidos, no final da década de 60, foram inexpressivos, devido a grande presença de economistas entre os estrategistas, fato que pode ser explicado pelo apelo cientificista feito por Bernard Brodie quanto ao método para se estudar a matéria. Em 1949, Bernard Brodie publicou um artigo intitulado “Strategy as Science” propondo que a estratégia deveria ser tratada como uma ciência exata, merecendo

grande atenção quanto à sua sistematização, o que encontrou representação dentro das ciências econômicas (BETTS, 1997: 2). As ciências econômicas por envolverem estudos sobre o melhor método de utilização de recursos, bem como da análise de recursos potenciais e sua alocação, foi entendida por Brodie como melhor referencial metodológico para o desenvolvimento de estudos sobre estratégia. É interessante notar que na década de 50 a maioria dos que escreviam sobre estratégia eram civis (BETTS, 1997: 4).

“What Brodie wanted was a much more rigorous systematic form of analysis compared with the rather superficial narrow approach to security problems adopted by the military, who were preoccupied with tactics and technology (BAYLIS, 2001:4)”.

Contudo, o próprio Brodie irá reconhecer, em meados da década de 60, que o seu pedido por uma orientação científica da disciplina de estratégia foi levado muito longe, tornando-se parte do problema e não da solução: “*In 1949 he had seen professional soldiers as too limited by soft intuition and folklore; in the 1960s he believed economics could do no better whithout incorporating more knowledge that scientists often consider soft*”(BETTS, 1997: 5). Brodie estava surpreso com a falta de conhecimento sobre diplomacia e história militar entre os economistas que haviam se transformado em estrategistas e escreviam sobre o tema, e foi por isso que Brodie chamou por uma *mid-course correction* na produção do pensamento estratégico (BAYLIS, 2001: 5).

O segundo ciclo de Estudos Estratégicos que teve início ao final da administração Carter foi caracterizado por uma virada empírica em sua metodologia, preocupando-se com a elaboração de novos conceitos, em que o papel de jornais, especializados sobre o tema de segurança internacional, foram colocados em destaque (BETTS, 2001: 6). A inteligência estratégica foi um tema de destaque nesse período, além do empiricismo ter sido uma preocupação constante, devido às abstrações recorrentes de uma possível guerra nuclear. Muitos estudos neste período foram voltados para como prevenir uma possível Terceira Grande Guerra Mundial, e nesse sentido alguns destes buscaram revisitar as causas da Primeira Guerra Mundial, numa tentativa de elaborar medidas preventivas (BETTS, 1997: 6).

Esta preocupação em evitar uma Terceira Grande Guerra Mundial trouxe as discussões clássicas sobre estratégia de volta aos Estudos Estratégicos, desenvolvendo-se trabalhos sobre Carl von Clausewitz, assim como a publicação de uma nova tradução de seu livro “*On War*”(BETTS, 1997: 7). A crescente preocupação com as forças convencionais na guerra, em contrapartida ao enfoque nas capacidades nucleares dos Estados, abriu caminho para o debate sobre como integração entre os fins políticos e os meios militares – que nada mais é do que a

essência da estratégia – utilizando-se para isso o método histórico comparativo de análise (BETTS, 1997: 7).

O entendimento de que os estudos sobre a estratégia e sua aplicação, no primeiro ciclo, estavam restritos a conceitos abstratos e orientados por um método incapaz de captar toda a complexidade da guerra que antes de tudo é uma relação entre homens, entre sociedades, trouxe de volta a tona os temas tradicionais da estratégia com o intuito de promover a eficácia militar. Todavia, o fim da Guerra Fria teria profundas implicações no campo.

Com o fim da Guerra da Fria os Estudos Estratégicos passaram a ser criticados pela sua inoperância frente à chamada Nova Ordem Mundial que trouxe uma gama de novos atores, e principalmente de temas para a agenda de segurança internacional que agora se foca nas relações entre civis e militares, no controle de armamentos, na cultura estratégia (BETTS, 1997: 7), além dos temas não convencionais como o da segurança ambiental, da miséria, da pobreza enquanto fatores capazes de gerar insegurança. Segundo Baylis (2001), esta tendência em distanciar os estudos de segurança do pensamento estratégico já podia ser observada na década de 80, mas foi somente no pós-Guerra Fria que esta impactou nos Estudos Estratégicos, falando-se em alguns casos de um terceiro ciclo de Estudos Estratégicos, o do mundo após 1989 (BETTS, 1997: 7).

No sistema internacional que surgiu ao final da Guerra Fria as duas superpotências, EUA e ex-URSS, não mais impactavam na agenda de segurança, isto significa dizer que não havia porque predominar assuntos de segurança referentes a esses países se a realidade internacional apresentava-se de maneira complexa e dinâmica, mostrando a necessidade de reorientações na disciplina: *“The end of the cold war turned security studies back to basics: questions about causes of war and peace, effects of the general distribution of power in international relations, economic and ideological influences on patterns of conflicts and cooperation, nationalism, and so forth”* (BETTS, 1997: 7).

O debate que se seguiu com o término da Guerra Fria não foi só o da ampliação do conceito de segurança, ou de uma reconceptualização do mesmo, mas também o do lugar dos Estudos Estratégicos, se estes deveriam ser substituídos ou incorporados pelos estudos de segurança internacional. Para muitos, o foco dos Estudos Estratégicos²², por ser estritamente militar, ligado à tática, a estratégia e ao recurso da violência com um fim político, não possui contrapartida em um sistema internacional marcado pelo incessante processo de trocas

²² *“The problem with strategy, it is argued, is that it is too narrow and increasingly less relevant at a time when major wars are declining, whereas threats to political, economic, social and environmental security interests are increasing. Defined more broadly, security, therefore, is seen, by some, to be more complex, multi-dimensional risks of today”* (BAYLIS, 2001: 12).

geradas pela globalização e pelo caráter múltiplo das ameaças, de modo que a probabilidade de conflitos intra-estatais faz-se muito maior do que um conflito entre duas entidades soberanas.

Betts aponta o lugar da estratégia nos estudos de segurança, discorrendo que a matéria de segurança internacional deveria ser pensada como três círculos concêntricos: *“To clarify where strategic studies should fit, think of a subfield of three concentric circles: at the core is military science (how technology, organization, and tactics combine with battler); the other, most inclusive ring is security studies (everything that bears on the safety of a polity); and in the middle lies strategic studies (how political ends and military means interact under social, economic, and other constrains) (BETTS, 1997: 2)”*.

Nesse sentido, Betts (1997) vai apontar para a importância da permanência dos Estudos Estratégicos enquanto subárea das relações internacionais, e como merecedora de enfoque acadêmico, que segundo este autor, tem sido retirado da disciplina enquanto subárea específica em contrapartida aos estudos de segurança. Se a estratégia é ensinada e estudada tendo como enfoque metodológico esta busca por um conceito de segurança mais amplo, capaz de englobar as novas ameaças, a estratégia irá perder a suas bases que se erguem sobre os estudos militares.

Existe a necessidade, de na contemporaneidade, desenvolverem-se debates acerca do papel dos Estudos Estratégicos no século XXI, sobre como esse pensamento ainda pode ser relevante para o *mindset* acadêmico atual, sem a necessidade de desconsiderarem-se seus pressupostos militares, que segundo Baylis, ainda é de extrema relevância no cenário internacional atual (BAYLIS, 2001: 13):

Certainly important changes are taking place in world politics which necessitate a broader definition of national and international security. It is undoubtedly that wars between the great powers, for the moment at least, have slipped into the background. The sad fact remains, however, that the utilization of military power as an instrument of political (and other) purposes and therefore, strategic studies, remains just as relevant and important today as it has been in the past.

2.2 – ESTRATÉGIA E ETNOCENTRISMO: UMA NOVA PERSPECTIVA.

“Not only is there a tendency to assume that our own strategic conceptualizations are superior to those of other countries, but at the same time we are by no means always confident about what some of our own conceptualizations means”. Ken Booth.

Ken Booth publica seu livro, *“Strategy and Ethnocentrism”*, em 1979, período caracterizado pelo fim da détente e início do recrudescimento das relações na Guerra Fria, entre os Estados Unidos e a Ex-União das Repúblicas Socialistas soviéticas, com a eleição de Ronald Regan, em 1980, para a presidência dos EUA, o que trouxe como consequência, a aplicação de políticas mais conservadoras. A não ratificação dos Acordos SALT II que postulavam sobre a limitação das armas nucleares, foi uma das características da postura do governo Reagan durante a Guerra Fria.

Booth desenvolve seu trabalho sobre etnocentrismo no contexto da Guerra Fria, o que faz com seu pensamento reflita as preocupações de um observador que ao mesmo tempo sujeito de uma determinada circunstância histórica, isto é, o foco temporal é e o da ameaça nuclear. Todavia, é interessante notar que nesse momento, apesar de sua afirmação de que a maior ameaça enfrentada pelo sistema internacional é a nuclear, Booth aponta, ainda que minimamente, os problemas ambientais e sociais – que virão a configurarem-se como os novos temas de segurança na agenda dos estudos críticos – na pequena passagem:

At this minute there are thousands of babies being born around the world; tons of pollution are being discharged; valuable non-renewable resources are being eaten up; and pressures are growing on renewable resources. Each of these developments threatens our existing way of life. But not yet. Only the thermonuclear threat could turn the world upside down in the time it takes to read this book. To extrapolate Heidegger, such an outcome is the possibility which cancels all our other possibilities (BOOTH, 1979:166).

Inserido neste contexto, a preocupação de Booth é com a profissão do estrategista, assim como a dos acadêmicos que estudam esse assunto, pois para ele esta é uma profissão eminentemente etnocêntrica, marcada por pré-conceitos e pré-julgamentos, tanto dos *policy-makers* como dos professores das universidades.²³

Nesse sentido, pode-se inferir que Ken Booth tece uma crítica aos Estudos Estratégicos, tendo como referência, principalmente, os anos 50 e 60 que como já foi

²³ *“The exigencies of the academic profession encourage regular publication. This pressure itself favours the ploughing of familiar fields rather than the opening up of new ones or the allowing of fallow years in which intellectual energies might be freshened [...] Academic strategists often continue to frame courses in terms of ‘national security policy’ as opposed to ‘strategic studies’. In this case ethnocentric teaching is calculated, if not deliberated”* (BOOTH, 1979:137).

apontando anteriormente, foi um momento em que se tentou impelir um caráter de científico ao estudo da estratégia e que Booth (1979:136) chama de: "... *golden age of contemporary strategic theorizing, which was born of US predicaments in the mid-1950s and which lasted until the mid-1960s*".

Para Booth este foi um momento marcado por grande etnocentrismo na produção do conhecimento dentro da matéria de estratégia, pois esta, como foi o caso nos EUA, era pensada somente dentro de seu próprio referencial teórico, não levando em consideração o papel e impacto que teriam os estudos referentes à estratégia dentro de outras culturas e por isso produziu conhecimento. Por isso, Booth traz a proposta de uma nova maneira de estudar-se estratégia, buscando conhecimento na literatura sobre o tema em outros países e através de uma reorientação do professor de estratégia que deveria tomar ciência do mundo multicultural em que vivemos e assim retomar os elementos culturais e antropológicos nos Estudos Estratégicos: "*In the teaching context strategic studies need broadening rather than deepening.*" (BOOTH, 1979:142). Pois por mais que a matéria de estratégia se relacione de maneira mais incisiva com as capacidades matérias, ainda é uma ação que depende exclusivamente das percepções dos homens sobre os outros homens que define como inimigos.

With more detailed knowledge of the historical evolution of the strategic hopes and fears, policies and processes, problems and styles, and successes and failures of a range of countries over a number of periods of history, the student will temper the worst effects of ethnocentrism and megalogic and will have raw material for endless mental exercise (BOOTH, 1979:143).

Nesse sentido, observa-se no pensamento de Booth a preocupação com as percepções, com a maneira com que lidamos com estas, o que traz para os Estudos Estratégicos a importância da subjetividade no processo cognitivo, em contrapartida à neutralidade objetiva preconizada nas décadas de 50 e 60. E por isso, o autor indica a necessidade de se evitar aos estudantes de estratégia o aprisionamento nas teorias desenvolvidas na "*golden age*" dos Estudos Estratégicos (BOOTH, 1979:140).

A subjetividade seria importante para a compreensão dos diferentes pontos de vista sobre estratégia e interesses nacionais, e até mesmo sobre a nossa concepção de inimigo. Todo o problema surge, segundo Booth, quando o inimigo é definido, pois o definimos baseados em nossos julgamentos e elaborações teóricas, pois pensamos que o inimigo irá agir de acordo com o que acreditamos que seja plausível, ou seja, dentro da nossa lógica. Mas nos

esquecemos que entrar na mente do outro, de modo a adiantar suas ações é um exercício extremamente delicado e não desenvolvido, corretamente, nos Estudos Estratégicos.

Our enemies are those who have been defined as our enemies, not those who have actually done us any harm. We fear what we have been taught to fear by use of language alone, not by actual experience. Man's cruelty to man based on labels that men attach to each exceeds anything observed in the so-called world reddened by tooth and claw (RAPOPORT, 1975: 19 apud BOOTH, 1979: 102).

Segundo Booth, os Estudos Estratégicos precisam ser ampliados em quatro dimensões, para que se possa desenvolver uma “estratégia com um rosto humano”²⁴, a da história estratégica; da cultura e da guerra; da psicologia social; e por fim o da área de estudos.

A dimensão da história estratégica é importante, pois permite o estudo comparativo dos Estudos Estratégicos de mais diferentes países. Assim, os alunos de estratégia deveriam, primeiramente, ser apresentados à história estratégica, porque esta seria uma maneira de introduzir sistematicamente uma grande diversidade sobre o tema, sem ater-se ao que é considerado pelos profissionais da estratégia de seu país como sendo o mais importante (BOOTH, 1979: 142). Com isso, a estratégia seria abordada a partir da história estratégica, constituindo-se o estudo da história em um fator primordial para um maior conhecimento das diferenças nacionais, além de ser uma ferramenta importantíssima na elaboração da estratégia de um Estado com relação a outro, pois quanto maior o conhecimento relacionado ao que definimos como inimigo, maiores serão as chances de elaborarmos uma política estratégica condizente com a realidade dos fatos, e não com suposições sobre como nosso inimigo agiria.²⁵

No que tange a relação entre a cultura e a guerra, Booth deixa claro que a guerra é uma fenômeno cultural, e que para compreendê-la faz-se necessário o conhecimento de várias culturas, de seus fundamentos, de sua sociedade. Nessa perspectiva, estratégia, cultura e sociedade são indissociáveis, pois caso o contrário apresentar-se-iam de maneira estritamente técnica (BOOTH, 1979:144). Cada cultura possui suas especificidades, linguagens, conceitos, valores com o qual a estratégia relaciona-se e define-se, e isso acontece das mais diferentes maneiras e muitas vezes, não compreendemos o porquê de determinadas significações e ações em determinadas sociedades, e isso acontece pelo fato de estarmos a olhar para essas culturas

²⁴ “*Strategy with human face*”

²⁵ Sobre o como os estudos da história estratégica podem influenciar na formação do estudante da estratégia: “*History will not give us answers to our present predicaments, but it is a poor student whose judgment will not be sharpened and deepened and who will not be able to ask better questions about contemporary problems as a result of a good course in history of strategy. In studying strategic history we participate in a time-transcending dialogue with a fascinating variety of theorists and practitioners*” (BOOTH, 1979: 144).

com os nossos olhos, com nossos valores, sendo extremamente difícil, na grande maioria das vezes, colocarmos-nos no lugar do outro.

Words and actions have meaning not in themselves but in the meaning given to them by their particular culture. Cultures need to be recognized as morally and intellectually distinct orders; the forces which give authenticity and continuity to their thoughtways need to be isolated; and comparative studies of societies, institutions, processes and ideas should not proceed on the assumption that a word, however common its usage, has unequivocal connotations in all areas of the world. The diversity of thoughtways in the world results in a great diversity of attitudes to those phenomena we understand as 'war' 'violence' 'strategy' (BOOTH, 1979:144).

A nossa dificuldade em nos colocarmos no lugar do outro, deve-se ao fato de que não fomos educados de uma maneira interdisciplinar, mas sim reconhecendo os limites de cada matéria, de cada significado, de cada palavra em nossa sociedade, perdendo com isso, a grande troca que ocorreria caso houvesse a possibilidade de se criar uma metodologia de conhecimento e estudo que levasse em consideração as diferenças. Mas apresentando-as em suas singularidades, sem tentar igualá-las, e principalmente, sem apontá-las como erradas ou exóticas quando comparadas com nossos conceitos.

A psicologia social aparece como uma dimensão de extrema relevância nos estudos sobre a tomada de decisões no cenário da guerra, pois retomando o que já exposto anteriormente, a estratégia é uma ação humana, e a explicação para o fato de que determinadas ações foram tomadas em determinados contextos históricos, não se refere somente ao momento vivido, mas principalmente à dimensão psicológica daquele que decide uma política, que elabora uma estratégia, ou até mesmo daquele que ensina a ensinar: “*Social psychology is concerned with topics with such as language, stereotype, perceptions, memory, motivation, communication, attitude change, influence between people and reference groups, behaviour under stress, socialisation, group structure and dynamics prejudice*” (BOOTH, 1979:146).

Nesse sentido, uma maior ênfase na psicologia social pode promover um maior conhecimento sobre os fatores que geraram determinada falha na percepção estratégica, permitindo até mesmo antever as conseqüências deste erro. Antever as ações do inimigo é um dos principais pontos da estratégia e para tal é fundamental que se tente pensar como o inimigo, o que também coloca em destaque o papel da psicologia social. Porém, é importante lembrar que para Booth, a predição das ações do inimigo não é possível de ser realizada de

maneira condizente, devido à presença do elemento etnocêntrico na visão do observador, pois para este a empatia não é facilmente adquirida.²⁶

A última dimensão a ser enfatizada nos Estudos Estratégicos seria então a dos estudos de área, e isso quer dizer que para Booth existe uma falta de especialistas em determinadas áreas de conhecimento dentro dos Estudos Estratégicos. Estes estudos de áreas poderiam ser melhores trabalhados com o intuito de produzir dados sobre países distantes, que desconhecemos, e que em determinado momento, poderiam ser úteis em momentos decisivos, em que a eminência do conflito é certa, ou seja, estes especialistas podem trazer uma grande gama de informações para os estrategistas, informações que estes não teriam sem o auxílio dos especialistas de área. Contudo, Booth vai lembrar que os profissionais destas áreas específicas não são mais livres de preconceitos do que os outros teóricos da estratégia muito pelo contrário, estão suscetíveis da mesma maneira: *“Area specialists can give different perspectives and knowledge, but they are neither objective nor unbiased. Area specialists fall into all the familiar camps of prejudice, including ethnocentrism”* (BOOTH, 1979: 152).

Booth afirma que os estudos de área são muito pouco explorados nos Estudos Estratégicos, e aponta que, no momento em que escreve, alguns estudos são realizados tendo como objeto a ex-URSS, que era a grande preocupação estratégica dos Ocidentais naquele período.²⁷ Os especialistas em estudos de área podem trazer diferentes perspectivas para a situação confrontada, porém para Booth é necessário tomar um maior cuidado no momento da escolhas desses especialistas, pois temos a tendência de escolher aqueles que possuem a nossa mesma visão de mundo, até mesmo por uma questão de afinidade (BOOTH, 1979:152):

One must therefore choose one’s area specialists with all care with which one would choose one’s historian, and then asses what is said with one’s best judgement. What usually happens in practice, however, is that one chooses the area specialist who has a view of the adversary which conforms with one’s own.

Porém, é importante ressaltar e relembrar que por mais que Booth esboce preocupações em humanizar a estratégia por meio de uma maior valorização das percepções e

²⁶ Sobre a empatia nos Estudos Estratégicos: *“What has been missing, and what has caused failure, has often been a lack of understanding in a deeper imaginative sense, that is, and inability to construct accurate images of how another perceives ‘reality’, how he sees himself and wants to be seen, and how he feels about his hopes and fears. If achieved, such intimate understanding is called empathy”* (BOOTH, 1979: 152). (Grifo meu).

²⁷ *“We now have translations of some of the military classics of other countries, we have much more translation of recent Soviet military writing, we have a growing number of serious analyses of aspects of Soviet military policy and Chinese defence policy, and we have at least the start of a flow of some relevant materials on Third World problems”* (BOOTH, 1979: 151).

da subjetividade, este ainda permanece em um quadro conceitual realista, em que se percebe a forte influência de Carl von Clausewitz e Anatol Rapoport, em seu pensamento.

No que se refere à Clausewitz, no momento em que escreve, Booth reconhece que a sua filosofia política da guerra é ainda a que prevalece neste contexto, mas destaca o fato de que existem várias filosofias da guerra – sendo que estas são responsáveis, diretamente, pela existência das estratégias nacionais – e que Clausewitz não detém o monopólio sobre esse assunto, porém aponta que quando os estrategistas ocidentais utilizam o conceito de guerra, o fazem como se houvesse apenas um conceito de guerra, o de Clausewitz (BOOTH, 1979:74): *“To imply that the Clausewitzian paradigm is synonymous with the meaning of war is to exhibit an extreme ethnocentrism.”*

Outro ponto defendido pelo autor, é que apesar de relevante para os Estudos Estratégicos, os princípios de Clausewitz podem não ser alcançados, porque para Booth as guerras não se dão sempre de forma instrumental e racional, pelo contrário, são relações muito complexas entre grupos, entre sociedades e que não podem relegar para segundo plano as suas raízes culturais, sociais e psicológicas (BOOTH, 1979: 74).

Um exemplo que Booth utiliza para comprovar sua afirmação de que a filosofia da guerra de Clausewitz não pode ser universalizada, pois existem outras variantes responsáveis pela a decisão de ir à luta – como o fator psicológico – são as guerras de guerrilhas da América Latina. Segundo ele, a tomada da Baía dos Porcos, em 1961, não pode de maneira alguma ser compreendida sem se ter consideração suas variantes culturais e sociais, e que os estudantes que participaram do movimento foram movidos não pela orientação de uma filosofia da guerra, mas por uma *“self-consciously hairy chested”* concepção de masculinidade, no qual os papéis do machismo e do catolicismo foram muito mais relevantes (BOOTH, 1979: 74).

É curioso notar que um autor que busca romper os pré-conceitos e pré-julgamentos acerca de como os Estudos Estratégicos, e a própria estratégia em si, têm sido desenvolvidos; que levanta a ignorância e falta de conhecimento dos acadêmicos sobre estratégia de países à margem do sistema, como os da África e da América Latina; desenvolva uma observação carregada de pré-conceitos sobre os fatos que motivaram a Revolução Cubana.²⁸ Booth parece colocar as guerras de guerrilhas na América Latina como sinônimo de machismo e da influência católica, sem levar em consideração todo o processo de tática,

²⁸ *“In ‘sheer lyricism for Che’, the students of the 1960s went to the jungle ‘with no more than ham sandwiches’. For these groups, war was a continuation of what Anthony Burton nicely termed a ‘self-consciously hairy-cheste’ view of masculinity. Catholicism and machismo were more significant than the Clausewitzian philosophy of war”* (BOOTH, 1979:74).

ataque, defesa, entre outros, envolvidos no bojo deste tipo de conflito, e que foi muito bem desenvolvido no trabalho de Mao Tse Tung e Sun Tzu. Talvez, num primeiro momento, essa percepção de uma visão preconceituosa sobre os fatos apontados, por Ken Booth, que desencadearam o engajamento de estudantes no movimento que levou à Revolução Cubana, pode-se referir ao fato do argumento ter sido muito pouco desenvolvido pelo autor, em seu texto, abrindo caminho para esta interpretação.

A história mostra que havia, sim, certa inconsistência com relação às diretrizes que o movimento tomaria após a tomada da Baía dos Porcos e da conseqüente deposição de Fulgência Batista, mas negar aos estudantes uma motivação mais profunda para o envolvimento nesse evento, simplesmente colocando o machismo e as raízes católicas como principais motivações, é uma demonstração de grande desconhecimento sobre os problemas estruturais não só de Cuba, mas dos países da América Latina.

Assim, após ter levantado algumas características sobre os referenciais teóricos que caracterizavam o pensamento de Ken Booth no momento, bem como a sua preocupação com uma melhor elaboração na disciplina de Estudos Estratégicos e seus conseqüentes apontamentos para se repensar a disciplina, partir-se-á, agora, para a análise específica do conceito de etnocentrismo e seus impactos positivos e negativos no pensamento estratégico.

2.3 - ETNOCENTRISMO: O CONCEITO

“Everyone is a loser in the practice of strategy, only some lose less badly than others.”

Ken Booth

O etnocentrismo é uma variante cultural, um fenômeno presente em todas as sociedades que faz com que olhemos as outras sociedades apenas baseados em nosso referencial teórico, nossos conhecimentos e valores culturais, de maneira que o etnocentrismo pode ser caracterizado, como a dificuldade na aceitação e principalmente, na compreensão da diferença.

Compreender o outro, suas ações, suas escolhas, em um mundo multicultural é uma tarefa extremamente complexa, uma vez que a primeira tendência é a de julgarmos o que é diferente, de julgá-lo por meio dos nossos parâmetros sobre o que seja verdade. Buscamos coerência no que se apresenta como incoerente diante de nossos olhos, e muitas vezes nos esquecemos de que o que se mostra como contraditório possui sua própria não-contradição quando inserido em outro referencial de análise. Afirmamos nossas verdades como universais

e com isso a negamos às outras sociedades, que em alguns casos são obrigadas a aceitá-las independentemente de fazerem sentido para estas ou não.

O etnocentrismo faz com que criemos nossas próprias realidades que se sobrepõem às de outras culturas, seja no campo social, político, econômico, internacional, e neste caso, mais especificamente, no da estratégia. Isso faz com que a ciência militar não esteja livre deste fenômeno que afeta a todos os indivíduos, até mesmo porque a questão do etnocentrismo, de certa maneira, retoma a questão do papel do observador, tão discutido nas ciências sociais, e que postula, em determinadas correntes teóricas, a impossibilidade de se dissociar o observador de suas referências culturais adquiridas durante sua vida em sociedade. Determinado grau de objetivismo pode ser alcançado em todos os tipos de análise, mas uma total liberdade das raízes culturais do observador não se configura como plenamente possível em um mundo tão complexo como este que se nos apresenta.

Sendo assim, Ken Booth (1979:14) aponta que o etnocentrismo pode ser compreendido de três maneiras: a) como um termo referente aos sentimentos de superioridade e centralidade de um grupo, que ele aponta como sendo o conceito original elaborado por W.G. Sumner e que se apresenta como um fenômeno universal; b) como um termo técnico para descrever uma metodologia falsa sobre as ciências sociais, e nesse sentido refere-se à projeção de um padrão de conhecimento, de cultura sobre outro grupo, tomando este “outro” como inferior, ou seja, é o preconceito etnocêntrico; c) como sinônimo de vinculação a uma cultura, o que torna o indivíduo incapaz de colocar-se no lugar de outro, pertencente a um grupo diferente, o que dificulta a empatia para com os estrangeiros, o que Booth chama de “*culture-bound thinking*”²⁹.

O etnocentrismo como sendo um elemento capaz de definir sentimentos de superioridade, em um determinado grupo, é o significado original do termo e apresenta-se como um fenômeno universal. Entre suas características está o forte vínculo de pertencimento a um grupo, de maneira a olhar para os outros de maneira preconceituosa, pois o indivíduo, aqui analisado, entende que a sua cultura é melhor e superior às outras – de maneira que estas serão sempre julgadas com relação à sua – colocando-se no centro do universo, o que caracteriza certo grau de xenofobia (BOOTH, 1979:15).

Enquanto metodologia falaciosa, o etnocentrismo aparece no método como os cientistas sociais buscam analisar e entender outras sociedades tendo como base conceitual os

²⁹ A definição de cultura utilizada por Ken Booth é a seguinte: “*A culture is a set of patterns, of and for behaviour, prevalent among a group of human beings at a specified time and period and which...presents...observable and sharp discontinuities*” (LEVI-STRAUSS, 1953:536 apud BOOTH, 1979:18).

seus próprios preceitos, desconsiderando-se o de outras sociedades: *“In this technical sense ethnocentrism involves the projection of one’s own frame of reference onto others”* (BOOTH, 1979:15). Nesse sentido, o etnocentrismo promove distorções na maneira como as outras sociedades são estudadas, uma vez que estas seriam analisadas dentro de uma ótica completamente diferente da sua. Para Booth, esta percepção é responsável por gerar vários problemas tanto práticos, como teóricos para o campo das relações internacionais (BOOTH, 1979: 15).

A última conceptualização do etnocentrismo seria a de como sinônimo de *“culture-bound”* e pressupõe a incapacidade do indivíduo colocar-se no lugar de um outro, de uma cultura bem diferente da sua, ou seja, é a incapacidade de ver o mundo através dos olhos de outras pessoas, e nesse sentido, também é um fenômeno universal (BOOTH, 1979:15). O etnocentrismo, aqui, impede a empatia, dificultando a criatividade humana na recriação de diferentes perspectivas culturais das suas, e isto se deve em grande medida, a dificuldade de o indivíduo desprender-se de seus valores e costumes.

O etnocentrismo, nessas duas três variações possui grande impacto nos Estudos Estratégicos e na elaboração da estratégia em si, porque esta é uma matéria que lida com percepções das ações dos inimigos, de onde advém a necessidade de prever as suas ações e evitar prejuízos pra sua nação.³⁰ Percepções erradas, falhas de interpretação de atitudes causam um grande impacto no cálculo e planejamento estratégico, assim como também interferem nas elaborações teóricas sobre o assunto. O impacto do fenômeno do etnocentrismo ocorre, então, no plano prático da estratégia, isto é, sua instrumentalização, e também, no nível teórico desta.

Whatever its origins, ethnocentrism will be shown to be an important source of mistakes in the theory and practice of strategy. In particular cases it will not be the sole cause, but rather a contributory one. Too often, we simply will not know enough about individual or group psychology to determine the extent to which a particular thought or act was a manifestation of ethnocentrism or of any of the other large number of psychological mechanisms that screen information and distort perception (BOOTH, 1979:18).

Superar o etnocentrismo, seja na estratégia, ou em outro campo, envolveria o chamado relativismo cultural que seria uma tentativa do indivíduo de deixar de lado seus pré-conceitos

³⁰ No que se refere a diferença entre os Estudos Estratégicos e a profissão do estrategista, Ken Booth discorre: *“The study of strategy is concerned with understanding the military world. The profession of strategy, on the other hand, is concerned with maintaining or changing it. [...] Good strategic studies does not lead to good policy prescriptions any more than excellence in pure science is bound to lead to a thriving industrial nation.”* (BOOTH, 1979:158).

e pré-julgamentos no momento de lidar com o que lhe é diferente, configurando-se em um exercício de empatia para com o objeto observado. Porém, como já foi exposto anteriormente, uma neutralidade absoluta diante de uma realidade diferente da nossa é impossível, pois sempre traremos conosco nosso arcabouço cultural, nossos valores e ideais.

O relativismo cultural, além de envolver um grande esforço de empatia, precisa de um auto-reconhecimento, por parte do indivíduo, de suas limitações enquanto sujeito observador inserido em determinado referencial cultural e teórico, pois o mundo é uma rede muito complexa, marcada por imensas minuciosidades. A prática do relativismo cultural pressupõe a vontade de conhecer o que já julgamos conhecer, mas que é passível de ser compreendido por outro ponto de vista, aquele que rejeitamos por não se enquadrar em nossos padrões.

2.4 – O ETNOCENTRISMO NA PRÁTICA DA ESTRATÉGIA.

A estratégia³¹, seguindo a linha de argumentação de Booth, é uma matéria etnocêntrica e conseqüentemente, a profissão do estrategista seria uma profissão etnocêntrica. A estratégia seria desse modo, concebida como etnocêntrica porque parte de concepções nacionais de segurança, no qual o Estado possui a centralidade, enquanto objeto a ser defendido, além de representar toda a visão de mundo de uma sociedade.

A crítica levantada, por Booth, é a de que, em sua grande maioria, os estrategistas convivem com concepções etnocêntricas acerca de outras nações e se recusam a adotar uma outra perspectiva capaz de abranger as diferenças. O fato de o etnocentrismo ser ignorado na prática e na teoria estratégica se deve, possivelmente, há três fatores: o primeiro seria que o pensamento estratégico está em tal ponto desenvolvido, avançado, que o etnocentrismo não representaria nenhum problema concreto; o segundo fator seria que os estrategistas reconhecem a existência desse fenômeno, mas convivem com ele sem nenhuma preocupação e necessidade de escrever sobre o tema; a última justificava para a permanência do etnocentrismo seria a simples rejeição dos estrategistas do o impacto que esta visão de mundo causa, ou causaria em sua área de estudos e ação (BOOTH, 1979: 21).

Dessa maneira, a estratégia teria se constituído como uma disciplina que relegou importantes assuntos referentes ao mundo político para segundo plano, configurando-se em

³¹ “Strategy is premised on a clear conception of the nation-state (billiard-ball) model of international relations: governments are seen as the chief actors; defence is conceived to be the primary duty of the authorities; defence is conceived to be the primary duty of the authorities; national stereotypes are seen at their clearest; so-called realism is the prevailing philosophy; relations between groups are conceived in terms of power; conflict, and war are seen to be necessary and normal because of the struggle for power which determines the major clash of interests” (BOOTH, 1979:22).

um escopo muito restrito. Porém, nota-se no desenvolvimento teórico de Ken Booth que este, no momento em que escreve, reconhece as relações internacionais como um sistema no qual as relações de força, e conseqüentemente militares, ainda prevalecem em conjunto com os choques de interesses das nações, ou seja, a “*power politics*”.

A estratégia vai ser concebida como uma técnica arraigada no etnocentrismo devido ao método de análise e à constituição de seu pensamento que seria baseado em um estreito silogismo baseado em dois estágios. O primeiro estágio do silogismo sustenta-se da seguinte maneira: “(a) *strategy abhors a vacuum. (b) strategists need enemies. (c) Therefore enemy images (and ‘inherent bad faith’ theories) are elaborated*” (BOOTH, 1979:110).

Este primeiro estágio do pensamento estratégico mostra que sem a figura do inimigo a estratégia não pode definir seus objetivos e afirmar-se enquanto doutrina de segurança de um Estado, pois é por meio da imagem do inimigo que o estrategista irá calcular todas as suas ações. Assim, todo o problema na estratégia surgiria no momento em que o inimigo é definido e escolhido.

As imagens que construímos dos inimigos causam um grande impacto em como a estratégia é elaborada e conduzida, e a presença do etnocentrismo exacerba a distorção dessas imagens. Porém, é importante ressaltar que apesar da existência do etnocentrismo na criação das imagens dos inimigos isso não significa que são fatores necessariamente interligados, porque o etnocentrismo é apenas um dos fatores que, juntamente com outros, irá influenciar na criação da imagem inimiga (BOOTH, 1979: 25):

Among other mechanisms the two most relevant are the ‘intolerance of ambiguity’ and ‘cognitive dissonance’. Intolerance of ambiguity is the idea that individuals are unable to recognize the contradictory characteristics of a situation, and are reluctant to suspend judgment while examining the evidence. Intolerant of ambiguity, the individual tends to construct an interpretation of a situation based not on the balance of diverse evidence, but on the basis of existing beliefs or hopes. Cognitive dissonance is closely related. It is concerned with the ways in which we try to increase our comfort with the decisions we have taken. Individuals do not like the psychological discomfort which comes from having ‘dissonant’ thoughts, images or attitudes. Consequently they employ a range of techniques to reject or avoid discrepant ‘cognitions’. Both these mechanisms can lead to misperception and self-delusion (BOOTH, 1979:25).

Com isso, a construção da imagem do inimigo conjuga uma série de fatores que acabam por refletir a falta de curiosidade dos estrategistas, sobre o tema, mostrando uma série de dificuldades que aparecem quando se analisa a figura do inimigo. O principal ponto é que essas barreiras que interferem na construção da imagem do inimigo, não são superadas, pela simples falta de curiosidade. É importante elucidar que a questão da consolidação da imagem

do inimigo e suas possíveis falhas é uma característica comum aos estrategistas, pois esta análise de Booth pressupõe um maior refinamento teórico por parte dos acadêmicos ao lidarem com estas questões, já que a pesquisa contém, implicitamente, e ainda que minimamente, em alguns casos, certa dose de curiosidade investigativa.

Esta falta de curiosidade aparece como um fator normal no pensamento estratégico, pois aqueles que estão ligados à estratégia preocupam-se mais com o desenrolar das ações militares e como o seu planejamento, do que com se questionarem sobre as causas que desencadearam os eventos, além dos efeitos gerados, isto é, suas conseqüências (BOOTH, 1979:27). Nesse sentido, os estrategistas aparecem como técnicos: “...*they cannot claim to be Clausewitzian in any rounded sense*” (BOOTH, 1979:27).

Dessa maneira, a criação da figura do inimigo ao não intentar descobrir as especificidades da sociedade analisada, ao encobri-las, acaba por desempenhar funções psicológicas, sociais e políticas para o Estado que elabora sua estratégia, ou seja, a imagem do inimigo é construída para se adequar à estratégia de uma nação, para justificá-la, além do fato da estratégia, muitas vezes moldar-se de acordo com o comportamento esperado do inimigo (BOOTH: 1979).

A dimensão política da definição do inimigo relaciona-se intimamente com o nacionalismo, pois uma vez que se conhece o oponente pode-se identificar os interesses nacionais, articulando-os a todas as metas e orientações da política de segurança do Estado, o que representará para os cidadãos uma coerência nas ações de seus tomadores de decisões, o que em muitos cenários possibilita a polarização da sociedade entre o bem o mal, entre o eu e o inimigo (BOOTH, 1979:25).

Esta polarização maniqueísta, entre o que é bom e ruim, sempre foi uma peça importante na formulação e justificação de políticas dos Estados-Nacionais, porque para que estes pudessem agir com o respaldo do povo, de maneira a evitar conflitos internos e manifestações contra sua política externa de segurança, era necessária a descaracterização do inimigo que passaria a ser demonizado, perdendo sua dimensão humana.

No que tange ao escopo sociológico da figura do inimigo, esta pode servir como elemento catalisador de expectativas mútuas e objetivos entre os cidadãos, abrindo espaço para ações solidárias entre os seus membros aumentando, desse modo, a coesão do grupo e tornando mais fácil a aceitação de normas em determinadas conjunturas, como por exemplo a necessidade de se prestar serviço militar em época de guerra. A solidariedade do grupo contra o agressor externo oriunda da aceitação da idéia de se vencer o inimigo, faz com que o serviço

militar seja aceito sem contestações, já que o indivíduo estaria servindo a um propósito maior que resultaria em um bem para toda sociedade no qual se encontra inserido.

O aspecto psicológico da função representada pela imagem do inimigo, do oponente, serve ao propósito de em determinadas situações políticas de um Estado, mudar o foco de atenção da população e permitir o alívio de sentimentos de frustração, todavia a dimensão psicológica também pode ser orientada para justificar comportamentos impróprios e até mesmo promover um foco maior de agressividade para lidar com o oponente (BOOTH, 1979:25).

Assim, o que se pode inferir do primeiro silogismo estratégico, desenvolvido por Booth, é que os estrategistas não trabalham no vácuo, no vazio, eles precisam construir a figura do inimigo, defini-lo, não somente para saber com quem estão lidando, mas também para justificar suas ações, e em conjunto, toda a estratégia elaborada pelo o Estado. A imagem do inimigo é uma das peças fundamentais da estratégia, pois sempre haverá a necessidade de descobrir o que o adversário está pensando, com intuito de antever suas ações e elaborar políticas de defesa e ataque. A política de poder dos Estados depende da presunção de que as forças do Estado vizinho representam um perigo em potencial, e que por isso, qualquer um pode ser entendido como uma ameaça à sua soberania.

O segundo estágio do silogismo presente na estratégia é o seguinte: “(a) *The capabilities of other nations are readily definable as threats because of their intrinsic destructive potential.* (b) *There is always room for doubt about a nation’s intentions.* (c) ***Therefore*** *it is argued that threat assessment should concentrate on capabilities rather than intentions. Subsequently the preoccupation with capabilities leads to the guideline that what the enemy can do it will do*” (BOOTH, 1979:111).

Neste silogismo pode-se perceber a presença do dilema de segurança entre as nações, assim como, mais uma vez, da figura do inimigo. Primeiramente, a corrida pela maximização das forças dentro do Estado, orientada para a defesa deste, deve-se a existência do inimigo, que ao ser definido como o estrategista imagina que este seja, acaba por permitir o enfoque nas capacidades materiais do Estado oponente e não nas suas reais intenções. As capacidades materiais totais do Estado, entendido como o opositor, seriam compreendidas não só como sua reserva militar, mas também como a ameaça contra a qual se deveria preparar, pois para os estrategistas se os Estados possuem determinada capacidade militar, eles sempre estarão dispostos a utilizarem completamente, criando um cenário de frágil equilíbrio.

O fato de um Estado possuir grande capacidade de mobilização de recursos, não quer dizer que ele a faça completamente, utilizando-se de todo o seu arsenal, porém os estrategistas

trabalham com essa última hipótese, ou seja, se o Estado inimigo possui uma relativa capacidade de promover dano em outro país, ele o fará, independentemente de quais sejam suas reais intenções. As reservas militares dos outros Estados sempre serão vistas como hostis pelos olhos daqueles que o analisam dentro de um referencial cultural diferente.

Se um Estado possui determinado arsenal militar, isto se deve a inúmeras variáveis, incluindo-se as culturais e sociais, todavia elas não são levadas em consideração pelos os estrategistas que analisam esse Estado e que acabam por superestimar suas reais intenções, além de supervalorizarem o seu papel enquanto alvo deste Estado oponente. Por isso ocorrem muitas surpresas no campo da estratégia quando se trata de prever as ações do inimigo, já que há um erro de interpretação do comportamento do oponente.

O trabalho do estrategista por ser, em grande medida, baseado e orientado por cálculos racionais, não expõe a grande quantidade de fatores irracionais que existem por detrás de todas as decisões estratégicas, porque, antes de tudo, a estratégia é uma matéria dependente dos fatores psicológicos, culturais, emocionais, entre tantos outros, de seus comandantes e tomadores de decisões. Toda tomada de decisão envolve os aspectos subjetivos dos indivíduos que a realizam, de maneira que a estratégia não pode ser entendida somente como um sistema que lida com armas, mas também como um sistema de valores que orienta um sistema de armas específico, isto é, de cada de Estado.

Ken Booth afirma que a existência de capacidades materiais em um Estado não justifica a assunção de que o dilema de segurança predomina em um sistema internacional propenso à guerra (BOOTH. 1979:112):

However, the prudential recognition that international politics do have some of the characteristics of a state of nature does not justify an extreme view of the propensity of most nations for war, or the view that capabilities offer a more sensible basis for threat assessment than do intentions. Indeed, the thinking which informs such attitudes rests on a number of weak assumptions, some of them deriving from or being reinforced by ethnocentric perceptions.

O problema que a questão das capacidades militares de um Estado traz para a estratégia do Estado que o observa enquanto inimigo é o grau em que estas capacidades devem se sobrepor sobre o estudo e análise das intenções daquele, pois isso é um fato de profundo impacto na avaliação da ameaças. Colocando-se as capacidades à frente das intenções a tendência é a de se projetarem, cada vez mais, cenários de guerra.

É importante destacar, aqui, que várias vezes as intenções são deduzidas com base no arsenal militar do Estado, e acabam por serem pensadas neste referencial restrito, e desse

modo o que se intenta é uma maior articulação entre capacidades e intenções, que de acordo com Booth, não são tão mutáveis como se pensa (BOOTH, 1979).

Dessa maneira, Ken Booth afirma que a estratégia não é um assunto livre de falhas, assim como todas as outras áreas de conhecimento, esta sujeita aos efeitos provindos de erros de análise, sendo que para Booth os principais problemas na estratégia seriam: a noção de superioridade; a utilização de uma metodologia falaciosa; chamado “*culture-bound thinking*”³² que seria um pensamento vinculado, atado pela cultura, e a percepção da nação como o centro do universo.

A noção de superioridade nacional é muito marcante no cálculo estratégico de um Estado, e aparece, segundo Booth, como uma das maiores responsáveis pelos erros nos cálculos estratégicos (BOOTH, 1979:33). A crença na superioridade nacional faz com que um Estado superestime suas capacidade em relação ao adversário, subestimando-o, porém é importar apontar que não é um comportamento sempre presente em um Estado.³³ O orgulho nacional representa um papel importante em qualquer Estado, independentemente de disposições beligerantes.

Booth ressalta, em sua abordagem, que se uma nação entrou em guerra e perdeu isso não significa, necessariamente, que ela subestimou as capacidades do adversário, da mesma maneira que a decisão de um país de não entrar em um conflito armado não implica que ele tenha subestimado suas próprias capacidades (BOOTH, 1979:34).

A metodologia falha, ou falaciosa, seria outro ponto que influencia negativamente o pensamento estratégico, constituindo-se em um de seus problemas. Esta metodologia falha parte do princípio de que o meu jeito de observar o outro Estado é melhor, de que o que é bom para um Estado também tem que ser bom para o outro Estado, e isto acaba por desconsiderar todos os fundamentos culturais deste último, e este fenômeno possui grandes implicações no campo teórico (BOOTH, 1979:37). A aplicação de uma metodologia etnocêntrica leva a universalização de idéias que não são compatíveis com a realidade de todo o sistema internacional, mostrando uma inclinação para perpetuar estas idéias sobre estratégia, independente do contexto histórico em que é elaborada.

³² Tradução minha.

³³ Alguns exemplos sobre como a subestimação das capacidades dos adversários levaram a grandes erros estratégicos são apontados por Booth: “*Familiar British illustrations include the underestimation of the Russians in the Crimea and the equally serious dismissal of the Boers in South África. The British have frequently disparaged the Arabs, to the ludicrous extent of arguing in 1956 that Egyptian pilots would not be able to navigate the Suez Canal. More serious in its consequences was the blatant underestimation of the military skills of the Japanese before World War II. Among other weaknesses, the Japanese were credited with having ‘slow brains’ and ‘overtired minds’ by what passed as authoritative British opinion*” (BOOTH, 1979:33).

Earlier, Admiral Mahan had produced voluminous works on naval strategy, but this theory of command of the sea was relevant only to the United States and Britain. His theories have not been relevant to those states with neither the need nor the inclination to use the seas in ambitious ways. Nevertheless, alternative approaches to naval strategy have been deemed inferior by the classicists of the Mahanite School. The traditional monopolist maritime powers have seen their own doctrines to be 'right and best', and those who have not modeled themselves on Mahan have been discredited as 'not understanding seapower'... (BOOTH, 1979:38).

Nesse sentido, a tendência de um Estado a generalizar seu ponto de vista sobre assuntos estratégicos, colocando-os como superiores e melhores do que o de outros adversários é também um dos elementos responsáveis pelos erros existentes na prática da estratégia.

O pensamento vinculado à cultura é responsável pela dificuldade em se desenvolver um conhecimento intersubjetivo acerca das capacidades militares do inimigo, e principalmente sobre a construção da imagem deste. É sempre difícil colocar-se no lugar do outro, e tentar compreender o mundo por meio de um ponto de vista radicalmente diferente do seu, visto que a primeira reação é a de taxá-lo como errado, como inferior, como mal desenvolvido.

Booth levanta os pontos principais que são responsáveis pela dificuldade de superação do pensamento arraigado e influenciado pela cultura, sendo eles: “a) é difícil compreender os problemas dos outros; b) é difícil sentir a dor dos outros; c) é difícil entender as ambições alheias; d) é difícil internalizar as experiências dos outros; e) é difícil compreender como nossas ações irão causar impacto nos outros; f) é difícil sentir-se ameaçado como o outro pode estar se sentido”³⁴ (BOOTH, 1979:39).

Estes pontos levantados por Booth demonstram que a falta de empatia para com o adversário é uma das principais responsáveis pela ignorância sobre outras sociedades – assim como a falta de conhecimento – pois não permite que uma maior troca de experiências, que proporcionariam uma melhor relação de alteridade.

O último exemplo de falha na estratégia seria oriundo do entendimento da nação como o centro do universo, refletindo a perspectiva estadocêntrica. O Estado como o foco principal da análise faz com que todas as ameaças sejam pensadas tendo ele como referencial, e as atitudes dos adversários são sempre tidas como uma ameaça potencial. Isto faz com que uma nação subestime sua importância como agente influente no sistema internacional, assim como o de alvo potencial (BOOTH, 1979:35).

³⁴ Tradução minha.

Ao superestimarem os seus papéis no concerto das nações, muitos dirigentes estatais e estrategistas esquecem-se de analisar como suas ações aparecem para os outros, isto significa dizer que o que para um Estado representa apenas sua capacidade defensiva, para outro poderá representar o indício de possíveis agressões contra sua sociedade. O Estado assim tenderá a exacerbar o seu papel enquanto alvo, bem como a dimensão da ameaça a ser enfrentada, e se pensarmos nesses elementos somados à confiança acentuada advinda da crença na superioridade nacional, teremos uma conjugação de fatores etnocêntricos geradores de percepções errôneas.

Estes elementos desenvolvidos representam fatores etnocêntricos que contribuem para as distorções das análises e elaborações dos estrategistas, que como já foi demonstrado anteriormente, pecam pelo alheamento ao conhecimento de outros grupos nacionais, e principalmente pelo desinteresse do exercício da empatia. Nesta análise de Booth, pode-se inferir que fica subentendido uma preocupação humana com a estratégia, uma preocupação em não deixar os fatores subjetivos dos homens serem suprimidos por metodologias que buscando a objetividade acabam por perpetuar determinadas visões de mundo.

2.5 – ETNOCENTRISMO: CONTRIBUIÇÕES E PROBLEMAS PARA O PENSAMENTO ESTRATÉGICO.

“In the final choice a soldier’s pack is not so heavy a burden as a prisoner’s chains.”

Dwight Eisenhower

Até o momento apontamos como o etnocentrismo pode provocar graves erros de percepções no cálculo dos estrategistas, e também na disciplina de estratégia, mas agora desenvolveremos os pontos que mostram como o etnocentrismo pode ajudar no campo militar, e também interferir mudando o curso dos acontecimentos. Todavia, Booth aponta que às vezes o que possui um impacto positivo no campo militar, não necessariamente implica uma positividade na esfera política, muito pelo contrário (BOOTH, 1979:94).

O etnocentrismo pode servir como um elemento catalisador da identidade do grupo militar, visto que a coesão desta identidade é fator importante para o bom funcionamento da organização militar de um Estado. A promoção da identidade militar, muitas vezes, passa pela aplicação de técnicas preconceituosas e que promovem e perpetuam o ódio contra o inimigo, e uma vez que o militar possui um alvo contra o qual a sua nação deve ser protegida, torna-se

bem mais fácil fomentar sua motivação para o combate. Quanto mais coesa a identidade de um grupo militar, mais facilmente eles aceitarão a imagem criada do inimigo.

Com isso, o etnocentrismo atuará no sentido de manter a imagem inferior do inimigo, sustentada pelo sentimento de que sua nação é superior às outras, devendo servi - lá em todos os propósitos militares (BOOTH, 1979:95). Mais uma vez o etnocentrismo por meio da distorção da imagem inimiga, para adequá-la aos seus meios militares e fins políticos, acaba por incentivar a criação de expectativas mútuas dentro de um grupo, seja ele militar, seja de outra esfera da sociedade, o que acaba por servir aos objetivos nacionais de um Estado.

Nations live by their enemies. We need enemies, like we need culture, to realise who we are. Consequently, whether one is talking about the motivating of troops or the sense of identity of a national group, ethnocentrism is a magical compound which helps oil the military machine while solidifying the home front (BOOTH, 1979:96).

Ao aumentar a coesão dentro do grupo militar, necessariamente ocorrerá o aumento do vínculo de compromisso entre o grupo, o que facilitará a aceitação do alistamento compulsório em tempos de guerra, além de promover a aquiescência da população para uma maior taxação de impostos que é típica destes períodos para financiar as operações militares (BOOTH, 1979:96). O etnocentrismo, nesta perspectiva, irá facilitar um maior comprometimento com as causas das Forças Armadas tanto dos militares quanto dos civis, assim como proporcionará uma maior motivação para a organização militar. Quanto mais intensificado o etnocentrismo, mais forte será o empenho para com a causa pela qual o Estado está lutando.³⁵

O etnocentrismo também ocasionará, no desencadear de um conflito, uma maior união do grupo contra uma ameaça já designada, pois como já foi exposto anteriormente, criará sentimentos mútuos dentro deste que promoverão uma maior cooperação e comunicação nos períodos de guerra, dentro e fora das organizações militares (BOOTH, 1979:97). Um outro ponto de destaque da influência do etnocentrismo, é que este pode servir ao propósito de promover a deterrência, pois quanto menor o conhecimento acerca das reais intenções e capacidades do inimigo, quanto maior a ignorância, segundo Booth (1979), maior será a propensão, em determinados Estados, para evitar o conflito armado devido ao medo do desconhecido.

³⁵ *“Patriotism can bring out the best in people (at least a narrowly conceived ‘best’), and the greater the degree of ethnocentrism, the more intense will be the sense of purposing and belonging: the group will feel all the more that it is fighting for an important cause. Soldiers need causes as well as capabilities”* (BOOTH, 1979:96).

Nessa abordagem, percebe-se que o etnocentrismo serve a vários propósitos militares, por mais duvidosos que alguns possam parecer, porém nem um destes pontos anteriormente discutidos é tão desumano quanto à capacidade de o etnocentrismo fomentar a aceitação de assassinatos em grande escala, no âmbito da guerra: *“It was Voltaire who told us that we do not think that killing is murder as long as it is done in large numbers, and to the sound of trumpets”* (BOOTH, 1979:99).

Desse modo, o etnocentrismo pode encobrir as brutalidades da guerra por meio de um discurso de superioridade nacional, no qual o inimigo aparece descaracterizado de sua condição humana e inferiorizado em relação a nossa sociedade. Um outro fator relevante é que a perpetuação da visão etnocêntrica do grupo ajuda os soldados a aceitarem os fatos brutais do conflito, pelo os quais eles são responsáveis diretamente, como é o caso dos assassinatos e abusos ocorridos nas guerras, além de facilitar para os dirigentes estatais a explicação do porque de seus soldados executaram as operações militares de determinada maneira (BOOTH, 1979:98). Se os soldados passam a aceitar as atrocidades da guerra como fatos normais e que devem ser executados para o bem maior da nação, o inimigo perde toda a sua dimensão humana.

Uma vez apontados os resultados que podem ser entendidos como positivos e que são oriundos de visões etnocêntricas acerca do mundo e do inimigo – sob a ótica dos estrategistas para um bom funcionamento da corporação militar – desenvolver-se-á os dois principais problemas que podem aparecer nas ações estratégicas por causa dessa falta de conhecimento e empatia para com o adversário.

A presença do etnocentrismo no pensamento estratégico irá levantar falsas suspeitas com relação às ações e capacidades de um Estado, o que poderá gerar um excesso de confiança no seu potencial quando comparado com o Estado inimigo, e se essas suspeitas, bem como a excessiva confiança, são trabalhadas erroneamente, os resultados poderão ser catastróficos.

Este acontecimento na estratégia, no qual um determinado Estado elabora sua política estratégica baseada no que ele espera que o inimigo faça, vai caracterizar a profecia que se auto-realiza e que aparece como intimamente relacionada ao pensamento etnocêntrico (BOOTH, 1979:106).

A profecia que se auto-realiza parte da presunção de que algo irá acontecer, porém esta é uma situação sem referencias na realidade, ou seja, falsa, mas que acaba por se realizar devido às expectativas do agente que acaba por, inconscientemente, colaborar para a concretização desta situação, antes concebida apenas como uma mera hipótese. Esta situação

é geradora de muitos problemas do plano da estratégia, pois acaba por desencadear situações que se fossem analisadas cuidadosamente, na tentativa de romper-se o enfoque etnocêntrico, poderiam ter sido evitadas.

In the military context the danger of the self-fulfilling prophecy has been seen most often as providing fuel for arms race by stimulating the procurement of weaponry by one nation on the basis of the adversary's anticipated behaviour. By responding in this way, the adversary's anticipated behaviour is likely to become his actual behaviour (BOOTH, 1979:106).

Segundo Booth, a única maneira de se possibilitar um melhor desenvolvimento da relação entre as capacidades materiais de um Estado e suas reais intenções é mudar o foco conceitual do realismo tradicional para um realismo mais refinado, um realismo construtivo (BOOTH, 1979:121). Contudo, por mais que Booth fale nesse momento de um realismo construtivo não se pode afirmar que haja, nesse sentido, alguma intenção em romper com o paradigma realista. É importante não confundir construtivo com construtivismo que é uma outra abordagem das relações internacionais.

O outro problema importante que surge no campo da estratégia é o chamado “*groupthink*”³⁶, ou pensamento de grupo, que de acordo com Booth não necessariamente está relacionado ao etnocentrismo, mas que por permitir uma maior coesão entre o grupo age como fator facilitador da construção de esteriótipos, além de promover a desumanização do inimigo.

O “*groupthink*” surge da coesão que advém do pensamento etnocêntrico dentro de um grupo, o que faz com que este crie sentimentos de superioridade e moralidade ao lidar com o grupo oponente, criando certo grau de inflexibilidade nas reflexões deste grupo, uma vez que não estariam abertos para o exercício do relativismo cultural.

Sendo assim, ao abordar a estratégia pela perspectiva da influência do etnocentrismo, Ken Booth intenta mostrar o perigo não só deste fenômeno discutido, mas também da falta de curiosidade e empatia para com o inimigo criado pelos estrategistas, assim como a forte tendência a se criarem esteriótipos sobre o que eles pensam ser o oponente, dificultando a sua real compreensão.

Essa perspectiva vai apontar para a necessidade de se reconhecer e trabalhar com as variáveis culturais da estratégia, por meio do fomento a estudos de outras sociedades, buscando romper com os nossos próprios pré-conceitos, e assim poder compreender como

³⁶ “*Ethnocentrism encourages groupthink, groupthink exacerbates ethnocentrism, and ethnocentrism reinforces groupthink. The interplay between them is subversive of rational strategic analysis*” (BOOTH, 1979:108).

uma outra nação se compreende no sistema internacional e em relação às quais outros Estados ela se define enquanto unidade estatal e militar.

To attempt to comprehend strategy requires cultural relativism as well as basic knowledge; it requires an understanding of humanities as well as of technology and economic styles of thinking; and it requires imagination as well as reasoning ability. Strategy is a subject which has its roots in a sort of military logic, set by the constraints of time, space, and capability, but its branches reach out far into history, culture and philosophy (BOOTH, 1979:182).

Porém, essa busca pela empatia, pelo entendimento das reais intenções e perspectivas do adversário e que seria responsável pela elaboração de uma melhor estratégia, contraria um dos pressupostos clássicos da estratégia que postula que um dos principais objetivos é derrotar o inimigo: “*O objetivo da guerra deveria sempre ser, segundo o seu conceito, a derrota do inimigo; tal é a idéia fundamental de onde partimos*” (CLAUSEWITZ, 1996:725). O objetivo, para o estrategista, é derrotar o inimigo e não promover divagações sobre o eu e outro no campo estratégico.

Para o estrategista clássico o que interessa é conhecer as variantes geográficas, econômicas e políticas do Estado adversário, para derrotá-lo, inexistindo esta preocupação humana em fomentar a empatia para o inimigo, que poderia ser compreendido como uma perda de tempo.

Booth não deixa claro se o objetivo de sua estratégia com rosto humano é promover melhores articulações para as elaborações estratégicas, ou se ele busca por meio da superação do etnocentrismo criar estratégias que evitem a deflagração do conflito. Pode-se presumir que existe uma maior tendência para a segunda opção, que buscaria evitar conflitos violentos resultantes de falhas das percepções dos reais interesses dos Estados envolvidos.

“*World problems can be word problems*” (BOOTH, 1979:80), nesta sentença pode-se afirmar que se condensa muito sobre o pensamento do autor, pois ele irá afirmar que um dos grandes problemas que a estratégia enfrenta, é o problema das palavras, pois muitas vezes os estrategistas às utilizam como tendo o mesmo significado conceitual para o Estado inimigo. Isto significa dizer que os conceitos aplicados a determinadas palavras em minha sociedade, não necessariamente se aplicam às outras, visto que uma mesma palavra pode ter diferentes significados, dependendo da cultura que a dá sustentação.

Nesse sentido, Booth irá demonstrar uma grande preocupação com a linguagem estratégica, pois em algumas ocasiões não sabemos o que um estrategista ou político de um país vizinho quer dizer pela a palavra que ele designa: paz, guerra, détente, entre outros

termos estratégicos, variam de significado em cada cultura. E de acordo com essa abordagem, várias vezes, nem nós mesmos sabemos o que queremos dizer pelo significado que damos às palavras.

Um exemplo que Booth (1979) irá discorrer é sobre o diferente conceito de *détente* para os EUA e a ex-URSS, e que acabou por fomentar um acirramento das relações da Guerra Fria no começo da década de 80. *Détente* para os EUA significava um período de paz e boa-vontade, e por isso os políticos e estrategistas norte-americanos acreditaram que o mesmo se aplicaria aos soviéticos e foi a partir desse ponto que os desentendimentos se deram no desenrolar dos fatos da Guerra Fria.

Para os soviéticos o significado de *détente* estava muito mais próximo de paz e má-vontade, uma vez que o conceito de paz³⁷ para os soviéticos não o era de prosperidade e boa-vontade, mas sim da continuação da guerra por outros meios, um armistício temporário entre as duas superpotências, o que não impediria que os soviéticos incentivassem revoluções em outros países (BOOTH, 1979:50).

Assim, tem-se um breve exemplo de como o fenômeno do etnocentrismo, em conjunto com o problema conceitual das palavras, pode produzir expectativas erradas do comportamento do inimigo, criando situações delicadas no sistema internacional. De modo que o pensamento estratégico, assim como o seu ensino, deve ser orientado para um multidisciplinariedade, que busque compreender as diferenças, e assimilá-las por meio da empatia para com o oponente, e nesse sentido gerar um planejamento estratégico mais humano e menos perigoso para a sociedade internacional.

³⁷ O conceito de paz para os soviéticos: “*To Lenin, a peace treaty was ‘a means of gaining strength’, and a peace policy was one ‘designed to further a communist takeover’. In sum, peace and goodwill towards the bourgeois world is a belief which is impossible for a communist to hold.*” (BOOTH, 1979:50).

CAPÍTULO III

3 - SEGURANÇA COMO EMANCIPAÇÃO.

3.1 – A ESCOLA GALESA DE ESTUDOS CRÍTICOS DE SEGURANÇA.

“We must be the change we wish to see in the world”

Mahatma Ghandi

“Only a mindless person is objective”

Johann G. Droysen

A Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança, ou *“Welsh School of Critical Security Studies”* é uma expressão utilizada para designar um grupo de pesquisadores da Universidade de Aberystwyth que se uniram em torno de um projeto de estudos críticos de segurança, em que seus principais autores são: Ken Booth e Richard Wyn Jones.

Os autores de Aberystwyth buscam uma nova concepção de segurança por meio da retomada dos trabalhos da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Richard Wyn Jones permanece mais próximo dos teóricos de Frankfurt enquanto Ken Booth que ao buscar pelo o que ele chama de *“global critical theorizing”* ou teorização crítica global³⁸, na tentativa de produzir a âncora³⁹ de conhecimento de uma Teoria Crítica da Segurança, irá apontar teorias que poderiam fazer parte desta conceptualização, sendo que estas se originariam de duas vertentes: a da crítica na teoria social e a radical na teoria das relações internacionais.

A origem dos Estudos Críticos de Segurança de Aberystwyth remonta a um trabalho de mestrado entregue por Richard Wyn Jones em uma matéria ministrada por Ken Booth, quando este era seu professor e que teria escrito ao fim do trabalho, algo como: *“It is one thing to propose this and it is another thing to deliver. She/he who is able to deliver such work will be a very successful academic”* (INFORMAÇÃO VERBAL).

Ken Booth ao discorrer sobre os Estudos Críticos de Segurança aponta que na sua concepção uma abordagem crítica da segurança seria toda aquela que rejeita os parâmetros estabelecidos na disciplina durante a Guerra Fria, e que se comprometa com a emancipação como contraponto de deixar o poder *“where it is”*, e que também possua uma noção de

³⁸ Tradução minha.

³⁹ *“Anchorages for knowledge do not allow the settling of ultimate answers, but they do give the opportunity for asking the big questions (as far as possible at the time) about directions for thinking about what is real, what can we know, and what might we do”* (BOOTH, 2007:235).

“*common humanity*”, como o oposto do essencialismo comunitário (BOOTH, 1994:18). Observa-se o desejo de questionar a ordem estabelecida, o *status quo* do sistema internacional, que nessa abordagem aparece como perpetuador das estruturas de poder e de ordem do período da Guerra Fria.

Como foi exposto no capítulo anterior, o pensamento de Booth era influenciado pelo realismo político, ainda que houvesse elementos que apontassem para uma preocupação mais humana e intersubjetiva do autor para com os Estudos Estratégicos. No decorrer do seu desenvolvimento como acadêmico, Booth irá romper com o paradigma realista, se autointitulando como um “*fallen realist*”, e nesse momento já se encontram os indícios das auto-reflexões do autor sobre a disciplina de relações internacionais e sobre o seu papel nesta, afirmando que passou por um processo de reinvenção ontológica (BOOTH, 1994:5):

In Mead’s words: “the ‘I’ is the response of the organism to the attitudes of others; the ‘me’ is the organized set of attitudes of the others which one himself assumes. The attitudes of the others constitute the organized ‘me’, and then reacts towards that as an ‘I’. In terms of the development of individuals as academic specialists, the me is the identity ascribed by the profession to an individual (and therefore the identity taken on through seeing oneself in relation to those of the same profession); the I is the inner self, which, to a lesser or greater degree, may subjectively want to play the role differently. One’s identity as security specialist evolves through the interplay of I and me, psychology and culture, the individual and social structures.

Booth irá mostrar uma grande preocupação com a relação entre teoria e teorizar, discorrendo sobre a importância e responsabilidade do teórico não só na academia como na sociedade, sendo que uma de suas maiores críticas dirige-se à maneira como o realismo político moldou o “*mindset*” acadêmico das relações internacionais e conseqüentemente dos estudos de segurança. A perspectiva da virada da teoria crítica nas relações internacionais não nega o papel do Estado e das forças militares, mas rejeita o *status* prático e moral dado ao realismo, afirmando que este é reducionista da múltipla realidade do sistema internacional (BOOTH, 1994).

Percebe-se no pensamento de Booth, uma grande influência da perspectiva feminista⁴⁰ das relações internacionais, pois esta teria sido silenciada por uma sociedade internacional que ele descreve como patriarcal e racista, e este silêncio teria forjado uma epistemologia das relações internacionais que nega o papel da mulher enquanto sujeito observador da realidade,

⁴⁰ “... ‘the oppression of woman is not a contingent historical fact... Woman has always been subordinate to man’ and they ‘have internalized the alien point of view that man is essential, woman inessential’. Ideas about women being both different and inferior have played out over time in men having protective roles and superior rights, evident in everything from political and military decision-making to inheritance advantages, and from unequal pay to honour killings” (BOOTH, 2007:22).

e criado, assim, todo um sistema cognoscitivo que teria o homem como o seu observador, e que conseqüentemente replicaria suas perspectivas na sociedade em detrimento da mulher.

A ruptura de Ken Booth com o realismo ocorre especificamente, em 1991, com a publicação de seu artigo *“Security and Emancipation”*, sendo interessante notar que todo o seu desenvolvimento teórico posterior estará, em grande medida, baseado neste texto que condensa muito do pensamento do autor. Neste momento, o autor introduz a conceito de segurança como equivalente à emancipação, e irá retomar um argumento do seu trabalho sobre o etnocentrismo o do *“World problems and word problems”*.

A questão de como as palavras como guerra, paz, estado, estratégia, armas e superpoderes, entre outras, são definidas faz com estas não sejam palavras confiáveis, pois elas não teriam sido bem definidas, ou foram conceitualizadas com o intuito de servir a determinados propósitos e contextos, e agora se apresentam como obsoletas. Estas palavras, de acordo com Booth, deveriam adquirir novos conceitos para poderem corresponder melhor às novas circunstâncias *“We are the creatures of words, as well of their creators, and in the study on internacional relations the medium often becomes the message”* (BOOTH, 1991:314).

Nesta perspectiva, a maneira como o significado foi imprimido às palavras criou uma linguagem de exclusão e divisão nas relações internacionais, e que não mais produziria significados condizentes com a complexidade do mundo pós-Guerra Fria, e nesse sentido, se os problemas com as palavras não podem ser resolvidos, os problemas mundiais também não o serão, pois estariam replicando estruturas passadas (BOOTH, 1991:314). Assim, como em 1979 havia a preocupação sobre como determinadas sociedades dão diferentes significados às mesmas palavras, e que segundo Booth os estrategistas recusavam-se a compreender, agora há uma inquietação sobre como determinadas palavras adquiriram significado para corresponder à realidade do mundo da Guerra Fria, e que agora se mostram anacrônicas pra a resolução dos problemas presentes.

Pode-se inferir que o etnocentrismo também está presente na elaboração dos conceitos na subárea de segurança internacional, pois estes foram desenvolvidos pela perspectiva do Ocidente, deixando o ponto de vista não só soviético, mas como também dos países subdesenvolvidos de fora. Assim, existe uma preocupação semântica do autor nos estudos de segurança, não somente na estratégia como foi caso em 1979, propondo a elaboração de uma nova linguagem sobre a qual esta subárea possa ser repensada, adquirindo novo significado.

Ao propor uma abordagem crítica de segurança, Booth em um primeiro momento irá nomeá-la realismo utópico, como sendo mais uma atitude da mente do que uma teoria com

poder explanatório, no qual o autor retomará o trabalho de Edward. H. Carr “Vinte anos de crise”, unindo duas palavras antagônicas: realismo e utopismo (BOOTH, 1991). O Realismo utópico teria uma abordagem holística e negaria o papel do Estado como agente central das relações internacionais (Booth: 1991:316). Esta abordagem seria um meio de ser instigar críticas aos padrões estabelecidos pelo realismo clássico, destacando o papel do pensamento utópico.⁴¹

Na esteira do desenvolvimento teórico de Ken Booth e conseqüentemente do que virá ser chamado de Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança, merece destaque o conceito de “*human wrongs*”, ou erros humanos, elaborado por este autor e que como se verá adiante, irá permear toda a sua Teoria da Segurança Mundial.

A noção de *erros humanos* parte da concepção de que a orientação política do sistema internacional, fundamentada no poder e na soberania, criou condições sob as quais determinados grupos, como os judeus, negros, escravos, entre outros, foram descaracterizados de sua condição humana porque não correspondiam à visão global do que seria humano, e por isso foram destratados e marginalizados (BOOTH, 1991b). Com isso, esta concepção de mundo em que determinados grupos são inferiores e por isso não merecem ser tratados dignamente, ou como em alguns casos sendo, até mesmo, desmerecedores do direito a vida, acabou por criar inúmeros *erros humanos*, e esses *erros* constituíam-se em tratar as pessoas como meios e não como fins.

Os *erros humanos* perpetuaram uma sociedade excludente, na qual muitos indivíduos não possuem as condições mínimas para viverem e desenvolverem-se em sociedade, o que os torna inseguros visto que não podem se afirmar livremente das suas opressões estruturais, ou seja, a grande parte dos problemas que enfrentamos no passado e enfrentaremos no futuro, sejam eles políticos, culturais, econômicos ou de segurança, devem-se às más decisões e políticas elaboradas pelos homens no decorrer da história. A questão do indivíduo aparece já, em 1991, na obra de Booth, em que ele vai adotar a concepção kantiana do indivíduo que passa a ser tratado como fim e não como meio, ao passo que Estado deveria ser tratado como meio para o fim último que seria a segurança do indivíduo.

Em conjunto com a concepção de erros humanos está a afirmação de que a Paz de Westphália é uma das grandes falhas do Ocidente que moldou a noção de comunidade internacional, principalmente as democracias, em torno dos conceitos de poder, autenticidade,

⁴¹ “The sense in which I and others in the fields of political theory and sociology want to use the term ‘utopia’ these days is neither pejorative nor absolute. It crystallizes into the idea that the world does not to have to look like the one we are familiar with: “Utopian thinking is the ‘the Great Refusal’ and it can be justified on a number of different grounds” (BOOTH, 1991b:535).

e soberania, sem levar em consideração que estes dificilmente serviriam a propósitos comunitários: “*Can we hope that this ‘community’ of dignitaries and states will deliver the world from massive human wrongs? We clearly cannot, since these same dignitaries and states are often a serious part of the problem*” (BOOTH, 1991b:116).

E nesse sentido, Ken Booth vai apontar cinco razões pelas as quais a comunidade internacional não faz jus ao seu nome. O Estado seria o primeiro ponto, pois a sua ênfase como ator principal nas relações internacionais teria legitimado a prática da tirania, além destes serem responsáveis, em grande medida, pelas violações dos direitos humanos de seus cidadãos, o que impossibilitaria a superação dos *erros humanos* (BOOTH, 1991b:122). Os direitos humanos é, na visão de Booth (1991b:113), a melhor construção etnocêntrica do Ocidente, deixando subentendido que em determinados contextos e situações o ponto de vista diferente de uma nação pode ter um efeito positivo sobre o de outra, por meio da preservação dos direitos de seus cidadão contra ações arbitrárias de seus governantes. Assim, tem-se um valor criado pela sociedade Ocidental e que passa a ter validade global, mesmo para os que não o respeitam, pois impõe sanções morais aos Estados detratores das garantias individuais.

A segunda justificativa é a de que não existe uma concepção verdadeira de comunidade na comunidade internacional, pois faltaria reciprocidade entre os atores do sistema internacional, e como exemplo Booth cita a maneira com as nações poderosas reagem diante de decisões favoráveis das Organizações das Nações Unidas (ONU) para com os países do Terceiro Mundo, (BOOTH, 1991b: 122):

Take the United Nations at the litmus test. The powerful welcome the UN when it is not democratic (but it’s effective for their interests), but ignore or reject it when its democratic (when, for example, the Third World has a voice and calls for economic justice) and in those cases ensure as far as possible that UN is not effective.

O terceiro fator e que se relaciona diretamente com o trecho citado, é o que de os Estados não se comportam orientados pelos seus interesses nacionais, pelo contrário, eles são unidades egoístas que, quando se faz necessário o espírito comunitário, fecham os olhos para as necessidades dos outros.⁴² A crítica à ausência deste comunitarismo *de facto* é um ponto que permeia a obra da Escola Galesa de Estudos Críticos, pois existe uma grande preocupação em superar os problemas estruturais globais, promovendo os direitos humanos e a igualdade

⁴² “*Western governments-from whom we expect most-do not appear through their policies to be other-regarding except to governments; nor have I much reason to believe that individuals within those governments spend much time agonizing over the fate of wretched foreigners-except, perhaps, those whose personal or group plight is particularly photogenic-when the streets of their own capital cities are so frequently paved with homeless.*” (BOOTH, 1991b:122).

entre os povos. Os autores de Aberystwyth estão preocupados com “*real people in real places*” (BOOTH, 2005: 272).

O apontamento final referente à comunidade internacional é o de que esta, nos seus últimos 350 anos, foi um fracasso normativo, pois a grande maioria das teorias desenvolvidas adotou a lógica do poder e da soberania, permanecendo em um quadro referencial que privilegia o Estado ao invés do indivíduo.

O indivíduo é nesta perspectiva, o último referente da segurança, colocando-o acima dos Estados soberanos e das nações, pois é o sobre o indivíduo que se refletem todos os problemas estruturais de uma sociedade. São estes que sofrem as conseqüências da insegurança de seus Estados, e que muitas vezes pagam o preço por políticas estatais beligerantes que não levam em consideração a dimensão humana.

Wyn Jones, ao discorrer sobre a questão do indivíduo, discorre que existem muitas críticas acerca desta elaboração, pois para muitos ela seria baseada em um tipo de individualismo liberal que seria reducionista, colaborando para uma visão atomizada da segurança. (WYN JONES, 1999:88). Desse modo, se a perspectiva do indivíduo, abordada por Booth, é interpretada sob este aspecto, ela tenderá a ser tornar limitada, e trará muitos problemas para a subárea de segurança.

O indivíduo como o principal referente da segurança vai implicar com que o contexto em que este vive seja conhecido, e como cada indivíduo possui suas especificidades e necessidades, isto conseqüentemente levará ao conhecimento de várias realidades e conjunturas. Para Wyn Jones ao enfatizar-se os indivíduos há uma grande possibilidade em se evitar a tendência de reificação da identidade humana, pois permitiria que a identidade fosse compreendida em toda a sua complexidade multicultural (WYN JONES, 1999:89).

Os Estudos críticos de Aberystwyth, além desta preocupação com o indivíduo, vão tecer algumas críticas sobre como a disciplina de segurança foi estruturada e ainda é pensada nos moldes do pensamento realista. Ken Booth, após sua ruptura com o realismo, elabora vários motivos pelos quais o realismo político deveria ser rejeitado na disciplina de segurança, sendo estes: 1) O realismo não é realista, ou seja, não corresponde à realidade do sistema internacional; 2) o realismo utiliza-se impropriamente do próprio nome, porque na concepção Kantiana o realismo é entendido como algo que existe independente da nossa vontade – o que fez com que os teóricos realistas impusessem sua visão de mundo – tolhendo nossas percepções sobre a realidade que nos cerca; 3) o realismo é uma teoria estática e a-histórica, pois não está preocupado com uma concepção de futuro; 4) o realismo possui uma metodologia grosseira que dissocia o observador da coisa observada, criando a separação

entre fato e valor; 5) o realismo não passa no teste prático quando se pensa no nível de insegurança presente no mundo atual, de modo que este tende a perpetuação do *status quo*; 6) o realismo é regressivo, uma vez que não aborda pontos importantes como a questão de gênero, a política econômica internacional, entre outros exemplos que se apontam como de extrema relevância no cenário contemporâneo; 7) a agenda realista é muito reduzida; 8) as éticas realistas são hostis aos interesses humanos: “*Realism is a tribal doctrine*”; 9) o realismo é intelectualmente rígido, rejeitando outras perspectivas (BOOTH, 2005:5-7).

Para Wyn Jones, os estudos tradicionais de segurança, ao adotarem a abordagem realista, moldaram uma disciplina que se foca e compreende o mundo pela perspectiva do Estado, imprimindo à disciplina a necessidade do conhecimento objetivo, além de reificar a questão do “*inside/outside*” tendo como base o conceito de soberania (WYN JONES, 1999:73). O realismo político, para os autores de Aberystwyth, ordenou a realidade de uma maneira pré-determinada, que dificulta a inserção de novos objetos referentes na ontologia da segurança.

Segundo Booth, a disciplina de segurança se apresenta atrelada ao realismo devido às nossas heranças culturais, que moldaram não só sociedades específicas, mas toda uma mentalidade sustentada em um legado de patriarcalismo que oprimiu o papel das mulheres no decorrer da história que passou a ser contada pelo ponto de vista do homem; de proselitismo religioso; do capitalismo enquanto sistema de produção; do estatismo, do enfoque estatal; da raça sendo usada como meio de propagação de diferenças que incitaram o ódio e o conflito; e da democracia consumista que moldou os valores ocidentais em cima da chamada indústria cultural, criando uma sociedade de consumo que juntamente com o processo de globalização gerou uma sociedade dividida e excludente entre os que possuem, e os que nada possuem (BOOTH, 2007:21).

Essas idéias-conceitos teriam servido ao propósito de criar estruturas de opressão e exclusão, fazendo com que pré-conceitos fossem consolidados e instigados contra determinados grupos sociais, como os negros na África do Sul.⁴³ E esses elementos impactam de maneira negativa no campo da segurança, pois ajudariam a perpetuar a política do mais forte, a política do poder entre as nações, tolhendo cada vez mais a dimensão do indivíduo, especialmente as mulheres, nas relações internacionais. A conceptualização de segurança

⁴³ No que se refere ao papel dessas idéias na sociedade global, Ken Booth discorre: “*Each of these world-constructing ideas, separately, offered answers to great riddles of life; in doing so, they helped make today’s very particular and peculiar global sociology. By their excesses and successes, the structures produced by these ideas created patterns of power that have tended to corrupt, replicate, and oppress. They have promoted mistrustful identity groups that degrade efforts to bring people willingly together, and they have contributed to destruction of nature*” (BOOTH, 2007:26).

como emancipação vai ao sentido de tentar liberar os indivíduos dessas idéias-conceitos que criaram as condições para que a insegurança se perpetuasse entre os indivíduos.

A segurança como emancipação é antes de tudo um processo de tomada de consciência, de conhecimento sobre as necessidades que atingem os mais diferentes grupos, e essa busca por um maior conhecimento acerca da realidade da segurança internacional é influenciada pelo Iluminismo. Os autores de Aberystwyth, ao permanecerem em um foco referencial da Teoria Crítica, vão buscar uma releitura do Iluminismo, afirmando que os problemas que existem na atualidade, não são resultados diretos do Iluminismo, mas sim da falta deste.

Theodor Adorno e Max Horkheimer, no texto *“Dialética do Iluminismo”* criticam o Iluminismo, descrevendo-o como totalitário e como responsável pela presença da racionalidade instrumental na sociedade que seria o conjunto de meios pelos quais o homem teria domesticado a natureza, constituindo-se em um processo técnico e manipulador, além de eliminador dos elementos instintivos e éticos do caráter humano. (WYN JONES, 1999:26). O Iluminismo é assim identificado com o processo de dominação da natureza pelo homem, no qual a consciência é reificada e a história da humanidade atrofia-se pela técnica (WYN JONES, 1999: 26). Assim, o Iluminismo teria sido responsável pela sobreposição da técnica à razão, tornando os indivíduos alienados, uma vez que a capacidade de auto-reflexão seria reduzida, e estes perderiam o seu sentido de pertencimento e de significado dentro de uma sociedade, pois estariam imersos em uma cultura industrial na qual tudo tem seu preço (WYN JONES, 1999:26).

Desse modo, para Adorno e Horkheimer o Iluminismo vai ser igualado ao totalitarismo, pois ao invés de propor os meios para se evitar sociedades repressoras acabou por criar as condições para o uso e justificação da repressão entre os homens. Os campos de concentração da Alemanha nazista, nos quais centenas de milhares de judeus foram mortos, são para estes autores um claro exemplo dos resultados oriundos da razão instrumental propagada pelo Iluminismo. A indústria cultural, como já foi citada no parágrafo anterior, aparece como um meio criado pela sociedade para reduzir os indivíduos tornando-os programados e controlados, em um sistema aonde tudo tem seu preço até mesmo a existência humana: *“In such a society, ‘the individual is na illusion’”* (WYN JONES, 1999:27). O Holocausto teria sido o ápice dessa tentativa de se controlar a sociedade por meio de técnicas violentas, buscando justificativas até mesmo para o assassinato em massa de um grupo.

O Iluminismo, nesta abordagem, teria provido as ferramentas para a emancipação da sociedade, visto que fomentou a produção do conhecimento para a produção de técnicas que

proporcionassem um maior bem-estar para a sociedade, tornando-a mais desenvolvida e auto-sustentável, porém ao mesmo tempo teria empriionado os indivíduos na lógica da razão instrumental, anulando a subjetividade destes e permitindo a perpetuação de técnicas e idéias repressoras, como o anti-semitismo.

Booth, ao apontar as bases de sua Teoria da Segurança Mundial discorrerá que os campos de concentração da Alemanha nazista não foram resultados direto das propostas do Iluminismo, mas sim da falta deste. A idéia de progresso está intimamente relacionada com o Iluminismo, e se tomamos a visão de Adorno e Horkheimer sobre o tema, o progresso sempre tenderá à especialização técnica e a deturpação dos valores morais da sociedade. Porém, para Booth é possível, sim, falar-se em um progresso moral em contrapartida à decadência humana associada ao termo, e para ele o espírito do progresso dentro do pensamento iluminista seria traduzido da seguinte maneira (BOOTH, 2007:125):

“...the belief that it is possible to create the conditions in which humans can dare to hope and dare to know in the interests of developing individual self-responsability towards creating a world community of reciprocal responsibility”.

Na visão de Booth, uma perspectiva que iguale o Iluminismo à dominação da natureza é ingênua, pois para ele a reflexividade⁴⁴ é um elemento central no processo de conhecimento e pode ser orientada para compreender as questões acerca do progresso. A reflexividade é apontada como a essência da razão e ao permitir conhecer a idéia de progresso permitirá que se compreenda não como ela se constituiu, mas como esta idéia de progresso poderia progredir em relação ao que ela já é (BOOTH, 2007:126).

Retomar o pensamento iluminista seria, nesta Escola, uma maneira de revisitar os ideais de justiça e igualdade da modernidade, que foram relegados devido à crença do progresso como sendo gerador de repressão e coação, e aplicá-los para a promoção da emancipação do indivíduo de suas amarras estruturais, permitindo que eles exerçam todas as suas potencialidades de vir-a-ser. O processo de emancipação está relacionado ao de conhecimento sobre o ideal de progresso, pois este é responsável por moldar as agendas e discursos políticos, econômicos, culturais e sociais de um Estado que em grande medida elaboram políticas opressoras do indivíduo e que geram condições de insegurança (BOOTH, 2007).

⁴⁴ “**Reflexivity** is the idea that societies strategically monitor their own and other’s behaviour to ‘manage the rules that make the game of interaction possible, with the resources at their disposal, and regenerate them in so doing’ (BOOTH, 2007:126).

O projeto de segurança como emancipação, propõe não somente esta busca pelos ideais do Iluminismo, como também a necessidade de se desenvolver o conhecimento, colocando a razão em destaque. A razão aqui no sentido kantiano, em que é capaz de oferecer as bases para que o indivíduo se liberte de seus pré-conceitos e ignorância, adquirindo, com isso, a chamada maioria kantiana, na qual ele seria capaz de produzir conhecimento. Além disso, existe uma proposta diferente quanto ao método para se compreender o mundo e a subárea de segurança internacional, postulando a necessidade de uma distância crítica para com o objeto estudado.

Para a Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança o que importa é a distância crítica para com o objeto, e não a objetividade que nesta perspectiva tende a replicar visões de mundo como verdadeiras, sem promover uma maior reflexão sobre o tema. A distância crítica aproxima-se muito do relativismo cultural discutido no capítulo dois, uma vez que está distância seria uma maneira do sujeito observador compreender a perspectiva do outro e não analisar esse outro sob sua perspectiva, o que abriria espaço à intersubjetividade, aos valores e principalmente à emoção no processo de conhecimento. A busca excessiva pela objetividade, segundo estes autores, teria propagado a noção de que o conhecimento na subárea de segurança deveria ser realizado tendo como quadro referencial o objetivismo e a epistemologia positivista, de modo que a elaboração de conhecimento sobre a matéria poderia ser desviada para servir aos interesses do poder.

Para os autores de Aberystwyth a Teoria Crítica, e sua epistemologia, é que seriam capazes de elaborar um conceito de segurança que levaria em consideração a dimensão humana das relações internacionais, ao contrário do realismo político, que para eles é uma teoria que reifica a realidade, perpetuando o *status quo* do sistema internacional ao tentar estandardizar a disciplina em torno de questões de poder e de ordem. É importante ressaltar que a Teoria Crítica intenta compreender o mundo para transformá-lo, e é isso que os autores da Escola Galesa irão fazer no campo da segurança, buscar compreendê-lo para transformá-lo.

Segundo Booth, a distância crítica seria um meio de se engajar com a crítica imanente, o que resultaria na emancipação, presente em seu projeto (BOOTH, 2001:11). A crítica imanente parte da rejeição epistemológica da diferenciação científica entre sujeito e objeto, assim como das noções idealistas de um sujeito supra-histórico que tudo conhece (POSTONE; BRICK, 1993: 230 apud WYN JONES, 1999:21): *“An immanent critique does not critically judge what ‘is’ from conceptual position outside of its object-such as transcendental ‘ought’. Instead it must be able to locate that ‘ought’... as a possibility that is immanent to the unfolding of the existent society”*.

Quando aplicada à segurança, a crítica imanente⁴⁵ poderá servir ao propósito de trazer à tona as múltiplas possibilidades não realizadas desta subárea que ainda não foram exploradas. Assim a Teoria Crítica ao ser utilizada como ferramenta na reconceptualização da segurança deve prover as bases, de uma discussão crítica, para que se encontrem os potenciais emancipatórios dentro desta.

A segurança como emancipação, além de adotar a postura crítica da Teoria Crítica da Escola Frankfurt, irá colocar em discussão não a centralidade do positivismo, mas sim do naturalismo que, de acordo com Smith (1996), seria a noção de que o mundo social poderia ser analisado pelo mesmo método que o da área das ciências naturais. Neste ponto de vista, rejeitar o naturalismo, e não o positivismo seria um meio de se evitar a negação da existência de verdades e dos fatos, de não se abster da tentativa de se explicar o mundo real, evitando relativizações, assim como de não negar o valor que possui a investigação empírica (BOOTH, 2007:245).

A critical theory of security is therefore empirical without being empiricist. It is interested in the reality of what is experienced, but does not believe that all knowledge is verifiable by experience. Accessing the real in the social world is not amenable to the same methods as those involved in accessing the natural world, but that is not a reason for not trying, as systematically and with as much as critical distance as possible (BOOTH, 2007:246)

Dessa maneira, enquanto Richard Wyn Jones concentra seu trabalho em um debate sobre o desenvolvimento da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, buscando fazer as ligações entre os pensadores específicos, como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Axel Honneth, entre outros, ao campo de segurança. No que se refere aos autores apontados por Wyn Jones para uma reconceptualização da segurança, Ulrich Beck é apontado como o que melhor contribuiria para os estudos de segurança, ressaltando que este não possui uma relação direta com a Escola de Frankfurt (BOOTH, 1999:63).

Beck é destacado por Wyn Jones por possuir uma abordagem da teoria crítica menos filosófica, possuindo um pensamento crítico com um maior enfoque político e sociológico, o que poderia contribuir na constituição de uma visão mais concreta da emancipação, além de sua denominação da sociedade contemporânea como uma “sociedade de risco” que traz em

⁴⁵ Ao discorrer sobre a relação da crítica imanente com o iluminismo Richard Wyn Jones argumenta: “*But of course if it is true that enlightenment and domination are thoroughly entwined as the ‘black writers of the bourgeoisie’ argue (Adorno and Horkheimer 1979:117), if the baleful effects of instrumental reason have insinuated themselves into every aspect of human existence, if Adorno is correct to argue that ‘nothing complicitous with this world can have any truth’ (Jameson 1990:177-178), then immanent critique becomes impossible. In the hermetic society dissected in Dialectic of Enlightenment, there is no immanent ‘ought’ or ‘might be’ according to which the ‘is’ might be measured*” (WYN JONES, 1999:29).

seu escopo a análise das ameaças ecológicas enfrentadas pela humanidade, nos dias atuais, que segundo Wyn Jones, forneceria elementos relevantes para a discussão de um novo conceito de segurança (WYN JONES, 1999:63).

Em contrapartida, Ken Booth foca-se no desenvolvimento de sua Teoria Crítica da Segurança mundial, definindo o seu conceito de segurança mundial, “*world security*”⁴⁶ dentro de uma perspectiva humana e bastante ampla ao englobar variados setores da sociedade, porém seu ponto de discussão principal é o da emancipação que possui suas raízes no pensamento da Escola de Frankfurt. Contudo, ambos os autores partem do princípio de que os Estudos Críticos de Segurança de Aberystwyth devem englobar três dimensões: segurança, emancipação e comunidade.

Nas próximas secções serão desenvolvidas as argumentações dos autores sobre esta nova trindade que se apresenta como uma alternativa para o conceito tradicional de segurança, sendo que a noção de segurança mundial desenvolvida por Booth constitui-se sob esses três elementos, é o que ele chama de Teoria Crítica da Segurança. A Teoria Crítica da Segurança de Booth pode ser definida como o projeto da Escola da Escola, pois se em primeiro momento adota-se a postura de Estudos de Críticos de Segurança, em outro, mais atual, Booth irá chamá-lo “*Critical Theory of Security*”.

Uma Teoria Crítica da Segurança deve orientar-se por um comprometimento teórico e por uma orientação política, ambos voltados para a construção da segurança mundial, sendo que enquanto orientação política por meio da teorização crítica global irá promover as bases para uma nova epistemologia, ontologia e *práxis* da segurança, fomentando o desenvolvimento de uma política de emancipação e redes de comunidades emancipatórias, que ajudarão na criação da humanidade comum, isto é, de uma segurança mundial em todos os níveis de uma sociedade (BOOTH, 2007:31).

Desse modo, a Escola de Galesa irá propor uma nova ontologia da segurança pela qual novos objetos referentes seriam introduzidos na agenda, norteando-se por uma epistemologia pós-naturalista que não negaria o papel da investigação empírica, entre outras variantes que postulam uma maior objetividade, buscando o conhecimento do mundo real sem relativizá-lo, porém rejeitando a abordagem cientificista do positivismo (BOOTH, 2007:31). No que tange

⁴⁶ World Security: “...*world security refers to the structures and processes within human society, locally and globally, that work towards the reduction of the threats and risks that determine individual and group lives. The greater the level of security enjoyed, the more individuals and groups lives. The greater the level of security enjoyed, the more individuals and groups (including human society as a whole can have an existence beyond the instinctual animal struggle merely to survive. The idea of world security is synonymous with the freedom of individuals and groups compatible with the reasonable freedom of others, and universal moral equality compatible with justifiable pragmatic inequalities*” (BOOTH, 2007:5).

a relação entre teoria e prática, aquela é orientada com o intuito de promover o propósito emancipatória nesta, unindo ambas na realidade política, sem perder a perspectiva universal da emancipação (BOOTH, 2007:31).

3.2 – SEGURANÇA

O conceito de segurança é basicamente definido como a ausência de ameaças, porém sob a ótica da Escola Galesa, este conceito não pode ter um significado final, pois é dependente das teorias políticas que concebem os processos e estruturas dentro de uma sociedade, isto significa dizer que a segurança é o resultado dos mais diversos entendimentos sobre o que a política é e deveria ser (BOOTH, 2001:21). Para Booth, o importante é politizar a segurança e não *securitizar* a política como o faz a Escola de Copenhague, citada no primeiro capítulo. *Securitizar* os temas da agenda política, nesta perspectiva, seria um meio de manter o vínculo com o campo militar, não abrindo espaço para a elaboração de uma política de emancipação dos indivíduos (BOOTH, 2007:31).

A segurança é concebida com o Estado como seu objeto referente, pois para os realistas é sobre relações estatais que o sistema internacional é constituído, e assim foca-se no chamado estatismo, o que vai levar Wyn Jones a questionar: “*How realistic is the realist’s statism?*” (WYN JONES, 1999:73). Para este autor, a presença do estatismo como uma das peças centrais dos estudos tradicionais de segurança fez com que se acentuasse a dicotomia entre as esferas internas e externas de um Estado, relegando quase sempre a arena doméstica para o segundo plano, o que não corresponderia à realidade.

Segundo Wyn Jones, a idéia de um Estado-Nação como protetor e promotor dos direitos e garantias do cidadão, criaria certa homogeneidade entre as necessidades destes e os deveres do Estado que seriam orientados para a promoção da paz dentro desta nação, e os realistas se utilizariam deste argumento para a justificava da primazia do estatismo na abordagem tradicional de segurança como sendo uma condição para bem-estar do indivíduo dentro da sociedade (WYN JONES, 1999:75). Neste sentido, o conceito de segurança aparece como equivalente ao de cidadania, onde a segurança do Estado é entendida como a segurança do indivíduo.

Os estudos tradicionais de segurança, nessa perspectiva, são apontados como responsáveis pela manutenção do *status quo* econômico, político e social, ao focarem no Estado como objeto referente central da segurança, e de desenvolverem uma epistemologia que busca descrever o mundo como ele é por meio de uma neutralidade objetiva do processo cognoscitivo (WYN JONES, 1999:76).

Para Wyn Jones e Booth, o Estado aparece muito mais como a fonte de inseguranças dos indivíduos do que como seu protetor, pois nesta abordagem, o estatismo é sinônimo da tirania do abuso do poder e da força, onde muitas vezes a liberdade dos cidadãos é reprimida em nome da segurança nacional.

Even if a narrow, military understanding of security is applied, it is apparent that the arms purchased and powers accrued by governments in the name of national security are far more potent threats to the liberty and physical safety of their citizens than any putative external threat. This is true not only of states in the disadvantaged South but also of those in the North. When a broader definition of security that includes nonmilitary threats is applied, it is clear that many states are deeply implicated in the creation of other forms of insecurity for their own populations, for example, in such issues as food and environmental security (WYN JONES: 1999, 76).

O conceito de segurança, para esses autores, deve ser ampliado de modo a deixar o seu foco no militarismo de lado, e enfatizar em questões mais importantes para a vida dos indivíduos, como a preocupação com a degradação ambiental, a fome, a miséria, entre outros fatores geradores de insegurança no âmbito individual. Quando se aponta o escopo individual é importante não se perder o fato de que a proposta de uma nova reconceptualização do conceito de segurança parte de uma abordagem holística em que o todo e as partes estão integrados, isto é, os indivíduos e suas comunidades em um sistema internacional.

Na perspectiva dos autores de Aberystwyth, o conceito de segurança deveria perder a sua característica de *“problem-solving theory”*, amparada pela epistemologia científica do positivismo, para adotar a abordagem de uma Teoria Crítica da Segurança. Wyn Jones (1999:78) aponta que até mesmo nas ciências naturais a crença na capacidade de se apreender a realidade de maneira objetiva, com uma nítida separação entre sujeito e objeto foi contestada por meio da física quântica, frequentemente associada ao trabalho de Albert Einstein.

A física quântica rejeita a concepção de que existe um mundo exterior independente de nossas observações, admitindo que o simples ato de observar possa influenciar no objeto observado, e esta descoberta, segundo Wyn Jones, minou a distinção entre fato e valor, entre sujeito e objeto nas ciências naturais (WYN JONES, 1999:78). Assim, utilizando-se da física quântica como exemplo, Wyn Jones busca mostrar o quão incoerente a epistemologia adotada pelos realistas é, pois se sustentaria em uma metodologia desgastada até mesmo dentro de seu próprio campo, o das ciências naturais.

A Escola Galesa busca, por meio da rejeição à standardização do conhecimento pela epistemologia científica, mostrar que a segurança é antes de mais nada uma questão humana e

não militar, e que deve ser trabalhada como uma filosofia da ação e não como uma técnica instrumental (BOOTH, 2007:97).

Nesta abordagem, o conceito de segurança é compreendido a partir das especificidades de cada indivíduo, pois o que é segurança para cada um destes varia em acórdância com sua sociedade, cultura e política. A segurança é aqui preocupada com pessoas reais em lugares reais, em contrapartida à ênfase em armamentos dada pela perspectiva tradicional: *“Like health and status, security is a condition that is not difficult to define; in each case, the starting-point should begin in the experiences, imaginings, analyses, and fears of those living with insecurity, ill-health, or low status”*(BOOTH, 2007:98).

Nesse sentido, encontra-se uma grande preocupação para com as pessoas à margem do sistema, passando desde pelas pessoas que se sentem ameaçadas pela possibilidade de ataques terroristas, até chegar naquelas que não possuem as mínimas condições de sobrevivência. A segurança não deve ser definida com base nas expectativas das ações dos Estados Vizinhos, mas sim se orientando pelos fatores responsáveis pela insegurança entre os indivíduos, pois estes são os objetos centrais da segurança.

Booth ao questionar o conceito de segurança, desenvolve que este não é essencialmente contestado, como aponta Buzan, pelo contrário, este só passou a ser debatido a partir da década de 80, ao final da Guerra Fria, em que se passou a questionar os valores tradicionais na Nova Ordem Mundial. Segundo Booth, a segurança possui elementos centrais que irão constituir o seu significado, dependendo da abordagem adotada, e que são: a existência de um objeto referente, a presença do perigo, e o desejo de superar a ameaça, de vencê-la (BOOTH, 2007:100).

Para reconceptualizar este conceito, transformando seus valores centrais, seria necessário compreender as dimensões da insegurança que atingem os indivíduos, sendo que Booth discorre que a insegurança é uma condição universal na determinação das vidas de todas as pessoas, e em maior ou menor grau é uma condição que sempre existirá (BOOTH, 2001:22).

Viver em insegurança significa viver no medo, e as ameaças surgem de vários pontos, configurando-se em ameaças diretas, como o caso do emprego da violência pelos Estados, e as ameaças indiretas, que não deixam de ser menos perigosas, como a representada pela pobreza estrutural (BOOTH, 2007:101). A questão da sobrevivência, quando se pensa nas condições de insegurança, transforma-se em um ponto fundamental do desenvolvimento do conceito de segurança

A segurança é entendida, na abordagem de Booth, como sendo equivalente a sobrevivência, mas com o acréscimo de um *plus*: “*Survival is an existential condition: it means continuing to exist. Survival is not synonymous with living torelaby well, and less still having the conditions to pursue cherished political and social ambitons*” (BOOTH, 2007:102). O *plus* da segurança como sobrevivência seriam as possibilidades do indivíduo se transformar, pois ao ser livre das ameaças estruturais e da insegurança ele teria espaço para realizar suas escolhas livremente e para se reinventar.

Um ponto interessante nesta abordagem é o entendimento de que a insegurança não é somente uma questão estrutural, pois ela pode ser também eletiva quando um Estado, por exemplo, resolve invadir um país vizinho para realizar a propósitos dúbios de sua política externa, como foi o caso da invasão do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003, ele assume os riscos oriundos da situação de insegurança por ele mesmo criada. Não somente os Estados elegem seus perigos, os indivíduos também podem escolher a submeter-se a condições de risco, conscientemente, ou seja, existe a opção de se escolher entre estar seguro e estar inseguro em determinadas circunstâncias.

Todavia, pelo ponto de vista de Booth, a segurança eletiva é um privilégio daqueles que já vivem em condições de segurança estrutural, ao contrário dos que vivem marginalizados em um meio marcado por condições perigosas que por estarem mais suscetíveis à ao perigo direito e inevitável, dificilmente se engajariam em uma situação de risco eletiva.

A segurança é também um valor instrumental, dentro da abordagem de Aberystwyth, pois como foi discutido, permite que os indivíduos sejam livres para realizem outras coisas que não sejam só lidar com suas ameaças. Assim, Booth (2007) aponta que a segurança será sempre um conceito relativo, pois embora possam existir condições de insegurança absoluta, uma condição de segurança absoluta seria impossível, afirmando também que quanto a mais insegurança um indivíduo for submetido, mais sua liberdade de tomar decisões e agir será restringida. O conceito de segurança de Booth é então definido da seguinte maneira:

“Security in world politics is an instrumental value that enables people(s) some opportunity to choose how to live. It is a means by which individuals and collectivities can invent and reinvent different ideas about being human” (BOOTH, 2001:23).

Desse modo, o conceito de segurança, ao ser um valor instrumental traria esta oportunidade para o indivíduo se reinventar, assim como os grupos nos quais estão inseridos. Pode-se inferir que a emancipação é a condição principal para o indivíduo ou grupo poder se

transformar, pois junto com a emancipação das inseguranças surge a possibilidade de afirmação do indivíduo e conseqüentemente da exploração de seus potenciais.

Outro aspecto importante da segurança, e que é desenvolvido nessa abordagem, é o de que a segurança é um conceito político muito poderoso e capaz de mobilizar grandes recursos, de modo que não se pode negar aos pressupostos éticos dos realistas clássicos seu grau de relevância até mesmo dentro do pensamento crítico, na matéria de mobilização de recursos. Ao afirmar que a segurança é um conceito político poderoso, Ken Booth vai ao sentido de concordar com a teoria do *speech act* desenvolvida por Ole Waever.

A teoria do *speech act* entende a segurança como relacionada ao poder do discurso, constituindo-se em uma atividade comunicativa, pois ao se declarar que determinada matéria é uma questão de segurança promove-se a sua politização, colocando o assunto em destaque na agenda estatal. Porém, Booth (2007) irá contra o desenvolvimento do “*speech act*” na teoria da “*securitização*” afirmando que esta teria chegado muito longe ao militarizar os novos temas de segurança por meio de uma abordagem em que tudo é passível de ser *securitizado*.

Assim, como já foi apontando anteriormente, a segurança, na Escola Galesa, é um conceito essencialmente derivativo, pois a conceptualização da segurança é o resultado de diferentes compreensões sobre a política (BOOTH, 2001:21), e isso significa dizer que o significado da segurança depende da posição adotada por aqueles que a estudam, de modo que a reconceptualização do conceito de segurança pela ótica feminista será diferente da de um realista, ou marxista.

Desenvolver este novo conceito de segurança, na Escola Galesa, envolveria também os movimentos de “*broadening and deepening*”, além de um terceiro adotado por Booth que seria o da reconstrução do conceito. “*Broadening*” é o que se convencionou chamar de ampliação da agenda de segurança, ou seja, esta deve ser ampliada para dar conta dos novos temas que surgiram, retirando o enfoque militar da agenda (WYN JONES, 1999).

O “*deepening*” é um ponto relevante na reconceptualização da segurança, pois envolve o entendimento de que a segurança é um epifenômeno, e por isso deve-se aprofundar ao máximo em seu conceito na busca de suas raízes oriundas da teoria política (BOOTH, 2007:157). É importante compreender que o “*deepening*” não significa utilizar um método de níveis de análise para compreender a segurança, pois isto faria com que a segurança permanecesse dentro da esfera de uma “*problem-theory*” do realismo, mas sim descobrir a teoria política que orienta os comportamentos e atitudes dos Estados (BOOTH, 2007:157). “*Broadening*” a agenda de segurança é considerada como sendo função do “*deepening*”.

A reconstrução do conceito de segurança envolve a politicização da segurança, pois uma Teoria Crítica da Segurança concebe a segurança como teoria política, e que somente pode ter significado se for compreendida com relação à emancipação (BOOTH, 2007:169). A reconstrução do conceito de segurança envolveria, nesta perspectiva, o conteúdo emancipatório sem o qual uma Teoria Crítica da Segurança Mundial não poderia existir.

3.3 – EMANCIPAÇÃO.

“Emancipation is at the controversial heart of critical security studies”

Ken Booth

*“Freedom of speech
Freedom of worship
Freedom from want
Freedom from Fear”*

Franklin D. Roosevelt

O conceito de emancipação é central no projeto de Estudos Críticos de Segurança de Aberystwyth, e retoma em grande medida o trabalho da Escola de Frankfurt sobre tema. Richard Wyn Jones discorre sobre o trabalho de Horkheimer argumentando que seu objeto referente principal é o indivíduo, postura essa que também será adota pelos autores da Escola Galesa, a da emancipação (WYN JONES, 1999:20). A concepção de emancipação de Horkheimer se baseava na promoção da liberdade dos indivíduos, permitindo que estes vivessem sem condições opressoras, orientando-se para a busca de sua felicidade, sendo que a emancipação deveria ser compreendida como um meio para chegar-se a um fim que seria o domínio da sociedade pelos indivíduos, ou seja, a emancipação se originaria da dominação do homem pela natureza (WYN JONES, 1999:20).

Para a Escola Galesa é importante não perder a ligação existente da emancipação com a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt (1999). Nesse sentido, Ken Booth propõe a sua própria definição sobre o significado da emancipação, dentro do projeto de Estudos Críticos de Segurança (BOOTH, 2001, 181):

Emancipation is the theory and practice of inventing humanity, with a view to freeing people, as individuals and collectivities from contingent and structural oppressions. It is about a discourse of human self-creation and the politics of trying to bring it about. Security and community are guiding principles, and at this stage of history the growth of a universal human rights culture is central to emancipatory politics. The concept of emancipation shapes strategies and tactics of resistance, offers a theory of progress for society, and gives a politics of hope for common humanity.

A Emancipação para Ken Booth é o meio pela qual o indivíduo ou grupo adquire sua liberdade, pois é concebida como uma teoria e prática capaz de (re) inventar a humanidade, libertando as pessoas das amarras estruturais e contingências as quais estão submetidas. Nesse sentido, a emancipação é exposta como sendo capaz de criar estratégias e táticas de resistência, de trazer uma política de esperança para a humanidade. Este comprometimento teórico e prático de Booth com a emancipação nos Estudos Críticos de Segurança, é chamado de realismo emancipatório, em contrapartida ao conceito de realismo utópico elaborado na primeira fase do autor.

A emancipação é a política de inventar a humanidade, de explorar as inúmeras possibilidades do que possa ser esse humano no desenvolvimento da segurança como emancipação (BOOTH, 2007:256). O ser humano, no sentido de vivenciar uma humanidade, é na Escola Galesa um processo de evolução histórica no qual a consciência humana desempenha um papel importante ao abrir espaço para as idéias de progresso. O progresso possui uma estreita relação com a segurança como emancipação, pois é este que desenvolverá a noção de emancipação, uma vez que somente pelo a idéia racional de progresso se pode chegar à formulação de políticas (BOOTH, 2007:258).

Contudo, por mais irônico que possa parecer, Booth discorre que a relação entre segurança e emancipação é muito mais fácil de ser explicada na prática do que na teoria.⁴⁷ Desse modo, pode-se ter noção de quão controversial é emancipação dentro dos estudos de segurança crítica, o que faz com que para muitos teóricos, até mesmo os mais críticos, o projeto de emancipação apareça muito mais como parte do problema do que da solução, pois para alguns ele legitimaria o etnocentrismo quando observado por uma perspectiva terceiro-mundista. Todavia, é importante ressaltar que o projeto de emancipação nunca pressupõe que os indivíduos ou grupos se rebelariam contra outros grupos nacionais, pois a emancipação, além de estar profundamente relacionada com a segurança, não está dissociada do intuito de criação de uma política comunitária.

Nesse sentido, o conceito de emancipação pode representar três funções: a primeira seria como uma âncora filosófica, a segunda como uma teoria do progresso e a última como uma prática de resistência (BOOTH, 2001:182). Enquanto âncora filosófica a emancipação pode servir como base para afirmar quando um determinado algo é verdadeiro, ou seja,

⁴⁷ Na discussão acerca da relação entre prática e teoria na concepção de segurança como emancipação, Booth discorre: *"The relationship between emancipation and security is more difficult to explain in theory than in practice, but it is the latter that is more important, the real test of emancipatory politics always takes places in concrete historical circumstances to the extent individuals and groups are freed from oppression"* (BOOTH, 2001: 182).

quando os fundamentos de um dado conhecimento devem ser tomados seriamente. Como uma teoria do progresso a emancipação oferece um quadro sobre como o mundo é, de maneira a identificar quais projetos seriam passíveis de serem realizados neste. No que se refere a prática de resistência, a emancipação pode ser atingida por meio da ação política e estratégica, baseada na crítica imanente. A praticidade da emancipação reside nos potenciais que deverão vir à tona por meio da crítica imanente (BOOTH, 2007:112).

Booth ao desenvolver seu conceito de emancipação, busca distinguir entre a falsa e a verdadeira emancipação, apontando que a emancipação não pode existir em sociedades nas quais a opressão é imperativo, ou seja, a emancipação verdadeira só pode vir-a-ser em um contexto livre de estruturas opressoras. Uma emancipação falsa seria aquela compreendida como estática e atemporal, seja com relação às instituições ou idéias, e também a que se realizaria em detrimento de outros indivíduos, impedindo às possibilidades destes se emanciparem, além de caracterizar-se também como um disfarce para encobrir entidades ou Estados que proclamam o monopólio da sabedoria, de um determinado ponto de vista (BOOTH, 2007:113). O potencial emancipatório, necessário para a realização da segurança emancipação, só pode ser atingido, nesta abordagem, por meio da crítica imanente, como já foi exposto no parágrafo acima, de modo a levantar as possibilidades não exploradas da emancipação.

A perspectiva que Booth adota, sobre a emancipação, parte do princípio de os homens nasceram acorrentados, presos aos seus instintos e somente por meio de sua evolução, da sua tomada de consciência de que o conhecimento é o único caminho para liberdade, é que estes conseguiram desenvolver-se enquanto seres humanos, em contrapartida ao que Booth chama de “ser” humano como referente à mera categorização física, representando uma escolha moral (BOOTH, 2007:114). Porém, alguns dos fatores que acorrentam os homens não são resultados de uma percepção instintiva dos fatos, mas foram impostos a estes como sua condição de sobrevivência, e que em grande medida não a promovem e impedem os homens de desenvolverem todas as suas potencialidades. O caminho para a segurança é nesta abordagem, o do realismo emancipatório.

A emancipação é então entendida como um meio dos homens chegarem a uma política de segurança mais humana, em que poderiam explorar o significado de uma verdadeira humanidade comum, erradicando todos os fatores opressivos da sociedade em busca da igualdade. A emancipação pode então ser definida, na abordagem da Escola Galesa, como um meio para se atingir ao fim último que seria a segurança do indivíduo. E nesse sentido, realizar a emancipação é equivalente a praticar a segurança, e praticar a segurança, no

sentido de libertar os indivíduos da insegurança estrutural, seria o mesmo que abrir espaço para a emancipação (BOOTH, 2007:115). Nesta perspectiva, a relação entre segurança e emancipação é como sendo a de dois lados de uma mesma moeda, no qual a moeda representaria a invenção da humanidade que superaria os *erros humanos* (BOOTH, 2007).

No que se refere à prática da emancipação, esta aparece ainda como um ponto controverso e que encontra pouco referencial na realidade. Booth, escrevendo em 1997, vai levantar o exemplo da África do Sul, no qual os negros, na busca pela libertação das amarras estruturais que os oprimiam e que se erigiam sob o preconceito racial, um dos *erros humanos* apontados por Booth, conseguiram se organizar, promovendo as condições para serem emancipados, colocando fim ao *apartheid*.

Porém, quando se pensa no processo de emancipação dos negros na África do Sul, este aparece mais como uma emancipação política, e não das amarras estruturais, pois a liberdade política neste país não foi sinônima da promoção dos valores de igualdade, o que fez com que a grande maioria dos negros permanecesse em condições de pobreza e miséria, que ao impedirem o pleno desenvolvimento emancipatório dos indivíduos, caracterizam-se como condições de insegurança. Nesse sentido, quando se pensa na praticidade da emancipação proposta por Booth, ainda se encontram muitos obstáculos na realidade.

Para promover este ideal de emancipação, seria realmente necessário, segundo Booth (2007), a criação de uma humanidade comum, pois somente por meio de relações de solidariedade e compaixão, pela busca da cooperação para a melhoria do mundo e para a promoção de igualdade é que se poderia chegar próximo desta conceptualização de emancipação, e que Booth chama de realismo emancipatório. Contudo, esta abordagem de Booth ainda parece permanecer mais próxima de um realismo utópico, do que emancipatório, destacando-se o utopismo enquanto elemento predominante nesta perspectiva.

Richard Wyn Jones, norteando-se pela concepção de emancipação de Booth, ao falar sobre a relação entre a teoria e a prática da emancipação nos estudos de segurança, irá revisitar o trabalho da Escola de Frankfurt mostrando como a questão da emancipação foi problematizada. Segundo Wyn Jones (1999), o projeto de emancipação dentro dos estudos críticos de segurança é problemático, uma vez que a rigidez do *mindset* realista, bem como a linguagem excludente por este desenvolvida, dificultam a inserção de qualquer alternativa para esta realidade de poder e de ordem na qual o complexo industrial-militar é imperativo.

O trabalho de Adorno é citado como justificativa para se ter uma maior preocupação com a emancipação dentro dos estudos de segurança, pois este concebia seu trabalho uma mensagem em uma garrafa que seria resgatada pelas águas da história com esperança, mas

sem nenhuma expectativa de que sua teoria influenciasse na prática (WYN JONES, 1999). Para Wyn Jones (1999), Adorno simplesmente esperava que as pessoas que encontrassem a mensagem a lessem tal qual como ele a escreveu. Assim, quando os próprios teóricos reconhecem as dificuldades práticas de seus conceitos, qualquer tentativa de buscar a prática deve ser levada com muito cuidado.

Desse modo, para Wyn Jones (1999:112) a prática de uma emancipação nos estudos de segurança é mais bem compreendida quando baseada nas idéias de Gramsci, e de maneira específica na sua estratégia revolucionária da guerra de posição⁴⁸, que produziria importantes “*insights*” sobre o desempenho da teoria em influenciar progressivas mudanças sociais. Nesse sentido, os novos movimentos sociais podem trazer os elementos, ou agentes catalizadores da mudança, de modo corresponder aos anseios dos Estudos Críticos de Segurança (1999:112).

A teoria dos intelectuais orgânicos, de Gramsci, também é apontada como capaz de ajudar no projeto da prática da emancipação na Escola Galesa, pois na perspectiva de Wyn Jones (1999:120) seu foco na classe e no papel do partido enquanto guia permite que a vontade de engajamento esteja presente no centro dos Estudos Críticos de Segurança. O papel dos intelectuais orgânicos⁴⁹ iria ao sentido de fomentar, articular e organizar a união de diferentes pessoas ou grupos em movimentos sociais que se orientariam pela luta de questões diretamente relacionadas à emancipação, organizando assim a contra-hegemonia que ao ir diretamente contra a hegemonia dominante traria a liberdade, a emancipação (WYN JONES, 1999: 120).

Quando Wyn Jones discorre sobre esta união de indivíduos em torno de propósitos comuns direcionados para a emancipação, o autor busca a orientação da Teoria Crítica que é a de dar voz aos oprimidos, aos marginalizados, aos destituídos de poder e que se encontram em situações de constante insegurança: *“If ‘all theory is for someone and for some purpose’, then*

⁴⁸ Sobre a Guerra de Posição de Gramsci, Wyn Jones escreve: *“Gramsci intention is to harness his potential for change and ensure that it moves in the direction of emancipation. To do his he suggests of a ‘war of position’ (Gramsci, 1971:229-239). Gramsci argues that in states with developed civil societies, such as those in Western liberal democracies, any successful attempt to progressive at progressive social change requires a slow, incremental, even molecular, struggle to break down the prevailing hegemony and construct alternative counterhegemony to take its place. Organic intellectuals have a crucial role to play in this process by helping to undermine the ‘natural’, ‘commonsense’, internalized nature of the status quo. This in turn helps create political space within which alternative conceptions can be developed and the new historic blocs created. I contend that Gramsci’s strategy of a war of position suggests an appropriate model for proponents of critical security studies to adopt in relating their theorizing to political practice”* (WYN JONES, 1999:121).

⁴⁹ *“Organic intellectuals play a crucial and far more self-conscious role in articulating and organizing the interests and aspirations of a particular social class. [...] The central political task of the intellectuals is to aid in the construction of a counterhegemony and thus undermine the prevailing patterns of discourse and interaction that make up the currently dominant hegemony. This task is accomplished through educational activity, because, as Gramsci argues, ‘every relationship of ‘hegemony’ is necessarily a pedagogic relationship (Gramsci 1971:350)”* (WYN JONES, 1999:117).

critical security studies is for the ‘voiceless, the unrepresented, the powerlesse, and its purpose is their emancipation’ (WYN JONES, 1999:120). Existe aqui o interesse em colocar o sofrimento e os problemas dos homens como o cerne dos estudos de segurança, ao invés de se perpetuar o foco na razão de Estado, e nos elementos relacionados ao poder e a ordem. O indivíduo deve ser, antes de mais nada, a maior preocupação na elaboração da segurança.

Assim, essa abordagem de Wyn Jones vai de encontro com a perspectiva de Booth de que a segurança deve ser trabalhada no sentido de libertar os oprimidos, os que estão à margem do processo histórico, isto é, a segurança deve acima de tudo ser reorientada para dar poder aos que não têm, para promover as necessidades básicas para a dos indivíduos em sociedade, visto que somente assim eles poderão se sentir livres.

Contudo, a crítica de Wyn Jones contra a dificuldade dos teóricos críticos das relações internacionais em relacionarem a emancipação à prática é contundente, e isto traz implicações para o projeto de emancipação da Escola Galesa.

Because emancipatory political practice is central to the claims of critical theory, one might expect that proponents of a critical approach to the study of international relations would be reflexive about the relationship between theory and practice. Yet their thinking on the issue thus far not seem to have progressed much beyond the grandiose statements of intent. There have been no systematic considerations of how critical theory can help generate, support, or sustain emancipatory politics beyond the seminar room or conference hotel (WYN JONES, 1999:114)

Para Wyn Jones, apesar do fato da Teoria Crítica levantar pontos importantes contra a teoria tradicional de segurança, apontando que esta perpetua a realidade ao invés de promover mudanças, ele afirma que devido à ênfase, nessa abordagem, no vínculo entre teoria e prática da emancipação, era de se esperar que a proposta de emancipação fosse mais convincente (WYN JONES, 1999: 115). Com isso, o autor levanta a complexidade da prática da emancipação, afirmando ser necessário uma reconceptualização do nexo teoria-prática não somente Estudos Críticos de Segurança, mas também na teoria crítica internacional, pois é uma preocupação que deve permear ambas as perspectivas (WYN JONES, 1999:116).

3.4 – COMUNIDADE

“Where do we end and they start?”
Ken Booth

“...the ideal of a plurality of morally autonomous, jus communities relating to one another in a framework of peace and law is a more conceivable future than that of a world community with its own substantive ends”.
Chris Brown

O conceito de comunidade no projeto da Escola Galesa é de extrema relevância, pois se relaciona intimamente com a questão da emancipação, todavia é um tema delicado, pois é apresenta-se como de difícil definição. Compreender as bases sob as quais uma sociedade se erige, é uma tarefa complexa e que muitas vezes pode incorrer em reducionismos. A comunidade é uma instituição que define quem somos em relação ao outro grupo, expressando um sentimento de pertencimento, de vínculo para com uma sociedade.

Cada comunidade possui suas especificidades, sua cultura, política e economia, e isto significa dizer que as comunidades se constituem e se expressam de maneira diferente um das outras, sendo que as ações de uma não necessariamente seriam bem vistas, ou aceitas por outra. É a diferença que caracteriza cada um desses grupos, e é dentro destas unidades que os indivíduos irão encontrar as estruturas necessárias para sua sobrevivência, pelo menos é o que se espera da vida em comunidade. A expectativa do bem-estar dentro de uma comunidade é compartilhada por todos os que nela vivem, todavia, muitas destas ao contrário de promoverem as condições necessárias para uma vida segura, acabam por gerar uma insegurança estrutural que tolhe a liberdade de seus indivíduos.

O conflito entre as comunidades tem sido algo freqüente no decorrer da história, e estes ocorrem principalmente, na contemporaneidade, em um nível intra-estatal, o que se configura como quadro ainda mais complexo. O conflito intra-estatal pressupõe a existência de comunidades menores no seio de uma maior, o que descaracterizaria a identidade da última e geraria cenários de intenso conflito, como foi o caso dos Bálcãs. Indivíduos que deveriam conviver pacificamente sob uma mesma comunidade, influenciados por diversos fatores e principalmente, valores, agruparam-se em grupos menores dificultando, assim, a criação de uma nação, e principalmente de uma consciência nacional.

O significado da instituição representada pela comunidade, como foi apontado no começo deste capítulo, não é de fácil definição, sendo um termo vago e mal definido no mundo político, porém, sempre apresentando uma conotação positiva que remeteria a união dos indivíduos dentro da mesma (BOOTH, 2007:134). Um exemplo sobre o sentido positivo

pelo qual a palavra comunidade é aplicada é no caso das relações internacionais, pois como contraponto à expressão sistema internacional que apresenta um significado mais próximo das relações técnicas entre os Estados, ou até mesmo de uma “*power politics*”, utiliza-se a expressão comunidade internacional para expressar a existência de valores e costumes comuns entre os Estados que os permitem conviver harmônicamente, compartilhando até mesmo de princípios morais.⁵⁰

Booth ao discorrer sobre o aspecto positivo adquirido pela comunidade, irá argumentar contra o fato de muitos celebrarem a diferença como um meio para explorar a boa convivência entre os Estados, ou grupos, pois ele acredita que não existe motivo algum para que celebremos a diferença que se expressa na constituição de Estados ou grupos racistas e preconceituosos que reprimem seus indivíduos, e os impedem de se afirmarem livremente (BOOTH, 2007:140). Infere-se a partir deste ponto de vista que a diferença entre as comunidades só é bem vista quando acrescenta algo positivo à nossas visões de mundo e concepções, caso contrário não haveria motivo para se respeitar comunidades que elaboram políticas que não levam em consideração às necessidades dos indivíduos.

Apesar da dificuldade em se definir o conceito de comunidade, Booth, aponta para a existência de dois tipos de comunidades, as comunidades locais e as comunidades de valor. As comunidades locais⁵¹ estão mais próximas de uma conceptualização tradicional da comunidade, e comumente referem-se a pequenos grupos de pessoas em determinadas localizações geográficas e que possuem algum elemento orgânico ou natural em comum, estes elementos poderiam ser a história, o ambiente físico e os contatos, alguns exemplos destas comunidades são: cidades pequenas, um bairro, ou um vilarejo (BOOTH, 2007:137).

O outro tipo de comunidade, as comunidades de valor baseiam-se em idéias e éticas comuns orientadas em torno de um ideal, e nesse sentido não são orgânicas, pois buscam se organizar sobre os mesmo princípios e percepções sobre a vida, o que para Booth (2007) é um tipo muito especial para a segurança mundial, por ele defendida. Os exemplos de comunidades de valor apontados são: os da comunidade gay, da comunidade acadêmica e até mesmo de comunidades religiosas, quando se pensa sob uma perspectiva relacionada à modernidade (BOOTH, 2007: 137).

⁵⁰ Sobre a idéia de comunidade internacional quem Booth critica: “*The most powerful states attempt to legitimise their (specially controversial) policies by claiming that they are acting for something they call ‘international community’, surely one of the falsest terms ever spun.*” (BOOTH, 2007:136). As críticas de Ken Booth à comunidade internacional foram levantadas na primeira secção deste capítulo.

⁵¹ Ao definir comunidades locais, Booth discorre: “*Communities here are bigger than families, but smaller than nations or regional identities*” (BOOTH, 2007:137).

Ken Booth reconhece todas as dificuldades em se definir o conceito das comunidades, mas argumenta que estas são importantes para a promoção da segurança como emancipação, além de fornecer as bases para se construir um mundo político diferente, e nesse sentido elabora a sua definição de comunidades emancipatórias (BOOTH, 2001:109):

A community is a free association of individuals, recognizing their solidarity in relation to common conceptions of what it is to live an ethical life; it binds people together, providing a distinctive network of identity and ideas, support and society. Communities in general are social organizations whose separateness expresses human variety, but an emancipatory community will recognize that people have multiple identities, that a person's identity cannot be defined by one attribution, and that people must be allowed to live simultaneously in a variety of communities. Emancipatory communities, in recognizing the right of individuals to express themselves through multiple identifiers of difference, will, above all, celebrate human equality.

Sendo assim, pode-se inferir que a segurança está intimamente relacionada com o sentimento de pertencimento a uma comunidade política, como pode ser explicitado na questão dos refugiados que somente se sentem seguros quando possuem os mesmos direitos que os outros membros da comunidade sob a qual passaram a fazer parte. É importante notar a influência do ideal kantiano no intuito de tentar propor um modelo de política de segurança cosmopolita, orientada por ações comunicativas, tanto no âmbito doméstico como externo, como essencial para o desenvolvimento de uma teoria crítica da segurança. A melhor maneira de se relacionar comunidade com segurança é a do diálogo e da deliberação, com o conceito de emancipação permanecendo como forte elo de consolidação das relações de segurança/comunidade (BOOTH, 2001).

A comunidade, nesta abordagem, rejeita qualquer tentativa de homogeneidade e propõe que em uma Teoria Crítica da Segurança Mundial a comunidade permita que os seus indivíduos sejam eles mesmos, mas associados aos outros, pois é por meio da convivência com os outros que se pode chegar ao que Booth (2007:138), chama de *“the I-that-is-another”*⁵². Esta conceptualização sobre o “eu que é o outro” fundamenta-se na teoria de Gandhi sobre a existência humana que seria marcada pela relação entre a união e a discórdia, em um constante processo dialético de busca pela reconciliação entre “eu” que é singular, e o “nós” que é plural (BOOTH, 2007:138):

The southern África concept of ubuntu expresses this well. Barbara Nussbaum has explained that ubuntu refers to the interconnectedness of people, and the responsibility people have towards each other that results; it is about ‘self-in-community’ that gives rise to sayings such as the Zulu idea that ‘It is through others that one attains

⁵² “O eu que é outro”, Tradução minha.

selfhood'. While Nussbaum concentrated on relations at the face-to-face level, she believed that the ideas of interconnectedness associated with ubuntu – compassion, justice, reciprocity, dignity, harmony and humanity – were essential for informing thinking at the global level. This Zulu word expresses the idea I have more awkwardly characterised as 'the- I- that – is another'.

Assim, ao propor que o indivíduo viva em uma comunidade que o aceita como um sujeito que possui um “eu” múltiplo e diferenciado de cada um dos outros dentro da comunidade, postulando a convivência deste ‘eu’ não homogêneo em conjunto com um ‘nós’ plural, complexo e diferenciado, essa abordagem ao invés de celebrar a diferença afirma que celebra a igualdade sobre a identidade (BOOTH, 2007:139). Nesse sentido, a comunidade aparece como um meio de chegar-se à igualdade em uma Teoria Crítica da Segurança Mundial, uma vez que acredita ser relevante fomentar as condições para que todos os indivíduos vivam em um patamar de equidade que não poderia ser atingido quando se pensa em celebrar a diferença, em ressaltar as especificidades do outro em relação ao eu.

Com isso, existe um contraponto com relação à idéia de etnocentrismo desenvolvida no segundo capítulo, pois em grande medida, esta parece buscar pela celebração da diferença com um meio de se compreender a cultura, o olhar dos outros na elaboração da estratégia, sem julgá-las em relação ao nosso ponto de vista. Ao propor a empatia como superação do etnocentrismo, Booth, em 1979, acaba por permitir que se tente entender as motivações culturais, sociais, políticas e econômicas por detrás das ações do outro, mas nesta abordagem mais atual ele reclama que perspectivas tiranas e opressoras não devem ser aceitas, ou seja, se elas reprimem o indivíduo não há intenção nenhuma em buscar compreendê-las melhor para aceitar a diferença.

Ao propor sua abordagem crítica da segurança norteando-se pelas comunidades emancipatórias, Booth (2007), como foi abordado no início do capítulo, tece uma crítica a comunidade criada pela Paz de Westphália, em 1648. Para o autor a estrutura internacional que emergiu, com a Paz de Westphália, teria sido responsável pela criação do sistema de Estados corruptos, contemporâneo, em que estes agem preocupados estritamente com sua soberania e seus interesses nacionais, gerando muitos problemas para os seus cidadãos.

A proposta da Escola Galesa é *contra*-Westphália, postulando a da criação de uma rede de comunidades emancipatórias em conjunto com ou dentro dos estados cosmopolitanos em uma sociedade internacional sustentada por valores comuns (BOOTH, 2007:142). Ao referir-se aos estados cosmopolitanos, Ken Booth, aponta para a importância do trabalho de Ulrich Beck sobre o tema, assim como o fez Richard Wyn Jones ao abordar a relevância deste autor para os Estudos Críticos de Segurança.

Na abordagem de Booth, essas redes de comunidades emancipatórias, tanto intra-estatais como internacionais, transformar-se-iam no que Beck define como estados cosmopolitanos nos quais não haveria divisão entre a esfera doméstica e internacional, e na qual a solidariedade seria praticada tanto dentro quanto fora das fronteiras estatais: “*Cosmopolitan states, unlike the Westphalian model, would be sensitive to their limits*” (BOOTH, 2007:142). Assim, nesta perspectiva adotada pela Escola Galesa, englobando uma concepção mais pluralista do indivíduo dentro da comunidade, e buscando aproximações com autores como Ulrich Beck, a comunidade aparece como o local da segurança (BOOTH, 2007).

Desse modo, a Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança ao desenvolver sua abordagem da segurança como emancipação sob uma perspectiva comunitária, reconhece a existência de múltiplas realidades e universalidades que seriam representadas por cada uma dessas comunidades emancipatórias. Nesse sentido, não buscam reproduzir uma única realidade, estática e a-histórica, mas, sim, compreender as mais variadas especificidades presentes na realidade de cada um dos indivíduos, para produzir uma política que os oriente na convivência com as diferentes realidades.

O conhecimento emancipatório, isto é, o desenvolvimento de uma política de emancipação por meio da ciência do indivíduo das inseguranças que o cercam, é extremamente relevante para a idéia de comunidade, pois este seria responsável por promover a conscientização dos indivíduos sobre a necessidade de se libertarem destes problemas que os oprimem, para que possam viver plenamente. E nesse sentido, a crítica imamente pode trazer à tona as possibilidades de emancipação não-realizadas pelos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA GALESA PARA A SUBÁREA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL: EMANCIPAÇÃO E ETNOCENTRISMO.

O tema desta dissertação, a Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança, em grande medida confunde-se com o desenvolvimento da obra de um de seus principais autores, Ken Booth. E nesse sentido, ao buscar analisar e sistematizar os principais conceitos desta Escola de pensamento, este trabalho acaba por adquirir um caráter biográfico, uma vez que tentou acompanhar o desenvolvimento da obra de Booth, até se chegar aos fundamentos do que seria uma Teoria Crítica da Segurança, ou seja, as noções de comunidade, emancipação e segurança. Todavia é importante destacar o papel de Richard Wyn Jones como sendo o primeiro a aplicar a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt aos estudos de segurança, abrindo espaço para o desenvolvimento da segurança como emancipação.

O etnocentrismo, como início do projeto que viria a ser o de uma Teoria Crítica da Segurança Internacional, aparece como elemento deturpador dos fatos e das realidades de cada cultura, o que trouxe impactos no âmbito do conflito mundial da Guerra Fria, por fomentar concepções erradas acerca do inimigo, o que conseqüentemente refletiu nas ações estratégicas dos Estados. Esta argumentação em torno dos problemas causados pelo etnocentrismo na matéria de estratégia busca propor uma nova maneira para se estudar os chamados Estudos Estratégicos, que ao adotarem uma metodologia científica próxima das ciências econômicas gerou conceitos e ações estratégicas falaciosas, dificultando a execução de um dos princípios fundamentais da estratégia: antever as ações dos inimigos para poder agir.

A falta de interesse pelos teóricos da estratégia em se colocarem no lugar no de outro ator pertencente à outra comunidade, adotando o chamado relativismo cultural, é na perspectiva discutida, um exemplo de desinteresse pelo exercício da empatia, isto é, pela busca de entender o mundo adotando como referencial a realidade dos outros. Ao se ignorar a perspectiva das múltiplas realidades presentes no mundo, as ações tomadas pelos estrategistas geraram, para Booth, enormes erros de cálculos estratégicos que tiveram conseqüências desastrosas para os Estados que as praticaram.

Desse modo, existe uma preocupação humana ao tentar-se superar o etnocentrismo na estratégia, pois Booth aponta para a necessidade de uma estratégia com rosto humano, que

leve em conta as especificidades políticas, econômicas e culturais de cada Estado. A estratégia com o rosto humano não pode ser definida como sinônima de uma segurança humana, mas como mais próxima de um rompimento com os pré-conceitos e visões de mundo que influenciam na metodologia daqueles que elaboram e ensinam a disciplina da estratégia.

A questão do método do ensino é imperativa na obra de Booth, mesmo que em 1979 ele ainda não proponha a ruptura para com o positivismo, já são nítidos os sinais de que a docência, para o autor, deve ser levada de maneira séria e responsável, buscando instigar os alunos na busca pela compreensão do outro, do diferente, daqueles que são excluídos dos grandes centros de poder. O método proposto agora, em uma teoria crítica da segurança, é o do pós-naturalismo, pois se fosse adotada uma abordagem pós-positivista os autores acreditam que estariam adotando uma postura que negaria o papel da investigação empírica e da observação.

A Escola Galesa não nega a importância da investigação empírica, e muito menos da objetividade, mas acredita que uma distância crítica deve ser adotada para com o objeto com o qual focamos nossa atenção, visto que uma objetividade completa seria sem sentido e inútil para o processo de conhecimento. A distância crítica como meio para se conhecer o objeto estudado, neste caso específico de reconstrução do conceito de segurança, aproxima-se muito da proposta inicial de Booth de superação do etnocentrismo e da adoção do relativismo cultural. Com isso, esse distanciamento crítico colaboraria para que o indivíduo se colocasse no lugar do outro, tentando compreender – por mais complexa que seja esta tarefa – como o outro se sente em relação a minha perspectiva, ou seja, como ele se define em relação ao que eu sou para poder se chegar a uma política de igualdade nas diferenças. Porém, a questão da diferença, nessa perspectiva, aparece como um tema delicado e que deve ser analisado pela lente da humanidade, isto significa dizer que diferenças culturais que se norteiem pela tirania, pela repressão e corrupção, não devem ser respeitadas, e sim combatidas.

Nesse aspecto, existem duas aproximações entre o etnocentrismo e a emancipação. O primeiro é de o etnocentrismo enquanto fenômeno que perpetua de visões mundo sobre as outras, não abrindo espaço para o exercício da alteridade, o que acabaria por anular qualquer possibilidade de emancipação do homem, pois não reconheceria suas diferenças como elementos formadores de sua realidade específica, pelo contrário, tenderia a sua anulação e exclusão. Neste ponto, o etnocentrismo serviria ao objetivo de perpetuar o *status quo* do sistema internacional, impedindo qualquer ruptura com as estruturas de opressão.

Mas, o etnocentrismo quando identificado em determinadas relações pode ser superado, e a busca por essa superação da preponderância do eu sobre o outro, voltada para o

entendimento e convivência das diferenças, pode vir a permitir a realização da emancipação em determinados grupos que se encontram sob governos repressivos, além de estarem imersos em difíceis condições de vida.

Romper com comunidades tirânicas e repressivas, por meio da propagação do conhecimento como gerador da autoconsciência nos indivíduos é um dos objetivos desta Escola que reconhece que as inseguranças de um indivíduo não são as mesmas de um Estado. O Estado está orientado a sobreviver em um sistema completamente diferente da esfera doméstica do cidadão que além de possuir inúmeros problemas estruturais, ainda arca com os custos de uma possível guerra de seu Estado contra um vizinho.

Desse modo, ao modificar seu foco teórico do realismo político, e propor uma mudança radical em sua conceptualização dos estudos de segurança adotando a Teoria Crítica como fundamento de sua teoria, Booth irá trazer para a Escola Galesa a preocupação em entender o que é diferente, dentro de suas múltiplas realidades, colocando o indivíduo como o objeto referente último da segurança. Os indivíduos apresentam-se aqui como o fim último da segurança, de modo que a segurança emancipará os homens de tudo aquilo os impede de exercerem suas ações livremente e de realizarem sua humanidade, este é o realismo emancipatório.

Assim, a proposta é a de se adotar a postura de um Teórico Crítico, mas que faça jus ao termo crítico revisitando as idéias da Escola de Frankfurt, e principalmente a idéia da emancipação que na perspectiva crítica intenta libertar os homens da racionalidade instrumental ao qual foram submetidos na tentativa de se dominar a natureza para tornar os homens menos dependentes. Tanto para a Escola de Frankfurt, quanto para a Escola Galesa o melhor meio de se chegar à emancipação dos indivíduos seria por meio da crítica imamente, que exploraria todos os potenciais de uma política de emancipação.

A segurança, na Escola Galesa, só possível quando o indivíduo consegue se libertar de tudo aquilo que o impeça de viver sua vida e exercer seus direitos de maneira digna, e assim a segurança acaba por adquirir um aspecto bem mais humano, preocupando-se com questões como degradação ambiental, fome, miséria, entre outras. Com isso existe a intenção de se desmilitarizar a segurança, e transformá-la em um processo de tomada de consciência sobre o conhecimento emancipatório, pois é este que traria as condições para que os indivíduos elaborassem políticas voltadas para a promoção de suas liberdades individuais.

Contudo, a busca pela libertação do indivíduo não significa que este irá se rebelar contra seu grupo, ou contra o Estado no qual está inserido, mas sim que ele tomará consciência de que o conhecimento é poder, e que este pode orientá-los a chegarem a

condições de vida mais seguras. Nesse momento, aponta-se para uma análise das comunidades norteando-se pelo fato de que estas possuem suas realidades específicas, o que configura uma realidade internacional plural e complexa. Há nesta abordagem a busca por compreender o que pode ser conhecido e como este conhecimento deve ser orientando para a prática da emancipação.

As comunidades emancipatórias seriam o ponto principal deste novo conceito de segurança, visto que promoveriam as bases para se chegar ao sistema cosmopolitano de estados no qual normas morais e valores éticos poderiam ser compartilhados entre as comunidades, o que criaria uma rede de solidariedade entre estas que seriam orientadas para a promoção de políticas de igualdade.

A segurança como emancipação seria um meio de dar voz aos oprimidos, aos que sofrem as conseqüências de políticas estatais opressoras, e que por isso devem ser retirados de sua condição de insegurança, pela prática da emancipação. E nesse ponto, chegasse ao ponto frágil da equivalência da segurança como a emancipação do indivíduo, o da prática.

Em grande medida, esta proposta possui certo grau de utopismo, pois a prática da emancipação encontra muito mais referencial na teoria do na realidade do sistema político internacional. Wyn Jones reconhece isso e aponta o tema da emancipação como merecedor de grande atenção por parte não só dos teóricos críticos da segurança tradicional, mas também dos próprios autores da Teoria Crítica Internacional.

As guerras de libertação nacional e os conflitos nos Bálcãs podem, em certo grau, serem apontados como exemplos de como a união de indivíduos de um mesmo grupo em torno da busca por um ideal comum pôde trazer liberdade para uma determinada comunidade, porém, na grande maioria dos casos, esta se configura em uma emancipação política. Esta emancipação seria somente política porque se respaldaria no reconhecimento de determinados grupos que se encontravam em situações de repressão dentro de seus Estados ou até mesmo de um grupo maior que não chegaria a se configurar em uma nação. Nesse sentido, a emancipação adquiri o *status* de ferramenta para a autodeterminação dos povos.

O sentido de emancipação proposto pela Escola Galesa é muito amplo, e de difícil realização, pois mesmo que determinado grupo consiga sua emancipação política no quadro de uma comunidade maior, dificilmente este a conseguirá de todos os fatores que os impedem de realizarem todos os seus potenciais. As questões de fome, miséria, desemprego, que para Booth se configuram como geradoras de insegurança, não apresentam uma fácil solução, até mesmo pelo fato de vivermos um modo capitalista de produção que privilegia a lei do mercado acima das necessidades dos homens. Na sociedade internacional de hoje, tudo tem o

seu preço, tudo pode ser comprado e negociado, até mesmo a dignidade humana, basta olhar para o continente africano para se entender a complexidade que é a realização da emancipação em escala global.

A África é um continente à margem do sistema internacional, pois mesmo tendo passado por guerras de libertação que permitiram que seus governos se livrassem do colonialismo do Ocidente, não conseguiu, em sentido algum, diminuir os problemas estruturais de suas comunidades que fazem com que este seja o continente mais pobre do mundo, no qual a morte tanto por inanição como por guerras entre tribos diferentes é diária. As mortes neste continente transformaram-se em uma estatística pela qual nos tornamos acostumados, são números e números serão somente números e não vidas. As imagens de horror, de guerra, de fome chocam as pessoas, mas são raras as que estão realmente empenhadas em promover a liberação destes indivíduos de todos os problemas estruturais que os cercam, com o intuito da criação de uma humanidade global.

Desse modo, a prática da emancipação tende a se tornar um fato cada vez mais endógeno que exige um aprofundamento em todos os níveis de uma sociedade, para que se possa trazer à tona a segurança para os indivíduos, todavia esta emancipação nunca será plena. Booth (2007) reconhece que uma segurança plena é praticamente impossível, pois sempre existiria certo grau de insegurança dentro de um grupo, e assim, pode-se inferir que uma emancipação total não seria possível, pois se a insegurança sempre existirá as amarras que prendem os indivíduos sempre existirão, em um grau maior ou menor.

Mesmo que a emancipação como equivalente à segurança dos indivíduos ou de seu grupo possua certo utopismo representado na dificuldade em se pensar na sua praticidade, a abordagem da Escola Galesa sobre os estudos de segurança é de extrema importância, pois ao tentar ir além dos limites estabelecidos pela disciplina enriquece a subárea de segurança com novos temas e perspectivas. A segurança como emancipação permite se repensar a segurança mundial pela ótica do indivíduo, e esta proposta de ruptura com os padrões tradicionais aproxima-se muito do que Ana Esther Ceceña chama de subversão epistemológica (2006:6):

La experiencia nos ha enseñado que las subversiones epistemológicas son siempre difíciles de hacer y de asir no sólo por las barreras con que las circunda el pensamiento conservador sino porque, como corresponde, antes de ser atrapadas en los conceptos huyen provocando nuevas subversiones. De cualquier manera, la construcción de nuevos conceptos y nuevos modos de mirar la vida es ineludible para permitirles salir de viejos encierros. No hay subversión posible si no abarca el pensamiento, si no inventa nuevos nombres y nuevas

metodologías, si no transforma el sentido cósmico y el sentido común que, como es evidente, se construyen en la interacción colectiva, haciendo y rehaciendo socialidad.

Assim, se teoria da segurança como emancipação conseguir romper as barreiras teóricas e produzir efeitos contundentes no mundo político, não somente nas decisões dos dirigentes estatais, mas também na dimensão do indivíduo, irá gerar uma grande ruptura com os pensamentos tradicionais que tendem à burocratização, tanto na segurança como em outras áreas do conhecimento. E com isso, a Escola Galesa estaria fornecendo as bases para um mundo em que as relações humanas seriam concebidas de uma nova maneira, produzindo novos significados e conseqüentemente, uma nova linguagem da segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Amitav. The Pheriphery As The Core: the third world and security studies. In: WILLIAMS, M.; Krause, K. (Org.) **Critical Security Studies: Concepts and Cases**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

ARON, Raymond. Estudos Políticos. Brasília: Unb, 1985.

_____. Pensar a Guerra. Brasília: Unb, 1976.

ASHLEY, R.; WALKER, R.B.J. Introduction: Speaking the Language of Exile: Dissident Thought in International Studies. **International Studies Quartely**, v.34, 1990, p.259-268. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0020-8833%28199009%2934%3A3%3C259%3AISTOLE%3E2.0.CO%3B2-O>>.

BAYLIS, John. The Continuing Relevance of Strategic Studies in the Post-Cold War Era. *Defence Studies*, v.1, n.2, 2001.

BOOTH, Ken. Security and Emancipation. **Review of International Studies**, 17, 1991, p.317-326.

_____. Human Wrongs and International Relations. **International Affairs**, v.71, n.1, p.103-126. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0020-5850%28199501%2971%3A1%3C103%3AHWAIR%3E2.0.CO%3B2-%23>>. Acesso em 05 set. 2007.

_____. Security in Anarchy: Utopian Realism in Theory and Praticce. **International Affairs**, v. 67, n.3, 1991, pp.527-548. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2623435>>. Acesso em 25 abr. 2008.

_____. The Writing on the Wall. **International Relations**, v.21, 2007. Disponível em: <<http://ire.sagepub.com>>.

_____. ; VALE, P. Security in Southern Africa: After Apartheid, beyond Realism. **International Affairs**, v.71, n.2, 1995, p.285-304. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2623435>>.

_____. **Strategy and Ethnocentrism**. New York: Holmes&Publishers, 1979.

_____ (Org.) **Critical Security Studies and World Politics**. United Kingdom: Lynne Rienner, 2005.

_____. Dare not to Know: International Relations Theory versus the Future. In: **International Relations Theory Today**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1997.

_____. **Theory of World Security**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2007.

_____. **Three Tyrannies**. In: Human Rights in Global Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p.31-70.

BETTS, Richard. Should Strategic Studies Survive? John Hopkins University Press, 1997.

BROWN, M. E.; COTÉ, O. R. Jr.; LYNN-JONES, S.; Miller, S. (edited) **Theories of War and Peace**. London: The MIT Press Cambridge, 1998.

BUZAN, Barry. **An introduction to strategy studies**: military technology and international relations. London: Macmillan, 1987.

_____. Rethinking Security after de Cold War. **Cooperation and Conflict**, v. 32, n.5, 1997. Disponível em: <<http://www.cac.sagepub.com/cgi/content/abstract/32/1/5>>. Acesso em 30 nov. 2007

_____. The United States and the Great Powers: World Politics in the Twenty-First Century. Cambridge: Polity Press Ltd, 2004.

_____; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. **Security**: a new framework for a nalysis. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BROWN, Chris. "Turtles All The Way Down" Anti-Foundationalism, critical theory and international relations. **Millennium – International Relations**. Disponível em: <<http://site/ebrary.com/lib/ebraryanddbd/Doc?id=2002464&page=41>>.

CECEÑA, ANA ESTHER. Sujetizando el OBJETO DE ESTUDIO, o dela subversión epistemológica como emancipación. Em: Los desafíos de las emancipaciones em um contexto militarizado. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, Argentina, 2006, p.14-43.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

COLLECTIVE, c.a.s.e. Critical Approaches to Security in Europe: a networked manifesto. **Security Dialogue** vol. 37, p.487-443. Disponível em: <<http://sdi.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/4/443>>.

COX, Robert. Gramsci, Hegemony, and International Relations: An Essay in Method. **Millennium–Journal of International Studies**, v.12, 1983, p, 162-175. Disponível em: <<http://www.mil.sagepub.com>>.

_____. Dialogue, Dialectic, and Emancipation in International Relations at the End of the Post-War Age. **Millennium-Journal of International Studies**, v.23, n.119, 1994. Disponível em:<<http://mil.sage.com>>.

_____. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations. **Millennium-Journal of International Studies**, v. 10, n.2, 1981.

DEUDNEY, Daniel. The Case Against Linking Environmental Degradation and National Security. **Millennium – Journal of International Studies**, v.19, n.3, p.461-476. Disponível em: <<http://mil.sagepub.com/cgi/reprint/19/3/461>>.

DUNNE, Tim. International Relations and the Mirror of History. **European Journal of International Relations**, 4, 347, 1998.

FLOYD, Rita. **Towards a consequentialist evaluation of security**: bringing together the Copenhagen and the Welsh school of security studies. **Review of International Studies**, v.37, p.350-327. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/download.php?file=%2FRIS%2FRIS33_02%2FS026021050700753Xa.pdf&code=b62399c16a08411d3f42f347c677729f>.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n.3, 1969, p.167-191. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0022-3433%281969%296%3A3%3C167%3AVPAPR%3E2.0.CO%3B2-P>>.

GUZZINI, Stefano. 'The Cold War is what we make of it':when peace research meets constructivism in International Relations. Copenhagen Peace Research Institute, CEEISA-NISA-RISA Convention, Moscou, 2002.

HANSEN, Lene. A Case for Seduction?: Evaluating the Poststructuralist Conceptualization of Security. **Cooperation and Conflict**, 32, 369, 1997.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

HUYSMANS, JEF. Security! What do You Mean?: From Concept to Thick Signifier. **European Journal of International Relations**, v.4, 1996, p.226-255. Disponível em: <<http://ejt.sagepub.com/cgi/content/abstract/4/2/226>>.

JØRGENSEN, Knud Erik. Continental IR Theory: The Best Kept Secret. **European Journal of International Relations** , v.6, 9, 2000.

KATZENSTEIN, Peter J. **The culture of national security, norms and identity in world politics**. New York: Columbia Press University, 1996.

KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. Broadening the Agenda of Security Studies: Politics and Methods. **International Studies Review**, v.40, n. 2, 1996, p.229-254. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/222776>>.

KRAUSE, Keith. Critical Theory and Security Studies: The Research Programme of 'Critical Security Studies'. **Cooperation and Conflict**, v.33 (3), 1998, p.298-333. Disponível em: <<http://www.sagepub.com>>.

KNUDSEN, Olav F. Post-Copenhagen Security Studies: Desecuritizing Securitization. **Security Dialogue**, 35, 32, 2001.

LINKLATER, Andrew. The Question of the Next Stage in International Relations Theory. **Millennium-Journal of International Studies**, v.21, n.77, 1992. Disponível em: <<http://mil.sagepub.com>>.

LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.) **On Security**. New York: Columbia University Press, 1995.

MUTIMIER, David. Critical Security Studies: A Schimastic History. In: COLLINS, Alan. *Contemporary Security Studies*, p.53-73.

PRICE, Richard; REUS-SMIT, Christian. Dangerous Liaisons?: Critical International Theory and Constructivism. **European Journal of International Relations**, v.4, 259, 1998.

QUESTER, George H. International-Security Criticisms of Peace Research. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, 504, 98, 1989.

ROE, Paul. Former Yugoslavia: The Security Dilemma that Never Was? **European Journal of International Relations**, v.6, n.3, 2000.

ROSS, Andrew A. G. Coming in from the Cold: Constructivism and Emotions. **European Journal of International Relations**, v. 12(2), 2006.

ROTSCHILD, Emma. What is Security? Daedalus – **Journal of the American Academy of Arts and Sciences**, v. 124, n.3, 1995, p.53-90.

SAMHAT, Nayef. H.(Draft). Tragedy, Comedy and Critical International Theory. **International Studies Association Meeting**, Chicago, IL, Feb. 28 - March 4, 2007.

SMITH, Steve. Positivism and Beyond. In: International Theory and Beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.11-44.
Theory. **Millennium– International Relations**, v.4, 200, p.1537-1564. Disponível em : <<http://site.ebrary.com/lib/ebrayanddbd/Doc?id=20022464&page=293>>.

WALT, Stephen. The Renaissance of Security Studies. **International Studies Quarterly**, v. 35, n. 2, 1991, p.221-239. Disponível em : <<http://links.jstor.org/sici?sici=0020-8833%28199106%2935%3A2%3C211%3ATROSS%3E2.0.CO%3B2-4>>.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1999.

WILLIAMS, C. Harvey. Doing Critical Thinking Together: Applications to Government, Politics, and Public Policy. **Political Science and Politics**, v.24, issue 3, 1991, p.510-516. Disponível em: <<http://uk.jstor.org>>. Acesso em 15 jun. 2007.

WILLIAMS, M.; Krause, K. (Org.) **Critical Security Studies: Concepts and Cases**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

_____. Hobbes and International Relations: A Reconsideration. **International Organization**, v.50, n.2, 1996, p.213-236. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2704077>>.

_____. Why Ideas Matter in International Relations: Hans Morgenthau, Classical Realis, and the Moral Construction of Power Politics. **International Organization**, v.58, n.4, 2004, p.633-665. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3877799>>. Acesso em 25 mar. 2008.

WYN JONES, Richard. (ed.) **Critical Theory & World Politics**. London: Lyenne Rienner Publishers, 2001.

_____. **Security, Strategy and Critical Theory**. United Kingdom: Lyenne Rienner Publishers, 1999.